

RELATÓRIO E CONTAS 2016

Departamento de Jogos
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

RELATÓRIO E CONTAS 2016

Departamento de Jogos
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa





NOTA INICIAL

DO PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

E DO VICE-PROVEDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

O ano de 2016 foi um ano de grandes desafios para os Jogos Sociais do Estado, desafios estes que reforçam o orgulho com que apresentamos os melhores resultados de sempre do Departamento de Jogos da Santa Casa, o que se traduz num maior retorno social e na continuidade das políticas de apoio às pessoas que mais necessitam.

Os resultados são integralmente distribuídos aos Beneficiários, Estado e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pelo que o crescimento desta fonte de financiamento permitiu à Santa Casa desenvolver e alargar o âmbito da sua atuação em áreas como a Saúde, a Ação Social, a Investigação, a Cultura, o Património, entre outras.

O crescimento das vendas dos Jogos Sociais, que felizmente se mantém ao longo dos últimos anos, exige um acompanhamento rigoroso e responsável dos gastos de exploração, pelo que a sustentabilidade financeira do Departamento de Jogos da Santa Casa está sempre presente nas decisões e na gestão criteriosa dos recursos.

No respeito por este princípio, é com satisfação que reconhecemos que foi possível consolidar a atribuição de patrocínios ao Desporto e ao Talento Nacional e reforçar o apoio às Federações Desportivas e aos Comités Olímpico e Paralímpico.

Este impacto financeiro na sociedade é acompanhado diariamente pela promoção do Jogo Responsável, num difícil mas gratificante equilíbrio entre melhorar a performance e assegurar a salvaguarda do património das famílias, num ambiente controlado e seguro. Para tal, foram este ano alocados recursos financeiros sem precedentes.

A renovação e o alargamento da rede de mediadores, constituída sobretudo por micro e pequenas empresas distribuídas por todo o país, veio beneficiar as economias locais onde estão inseridas, assumindo as remunerações pagas pelos apostadores um importante papel como fonte de recursos financeiros e como garantia de postos de trabalho, que já se estimam ser aproximadamente catorze mil e quinhentos.

Verificou-se o sucesso do Placard neste primeiro ano completo de atividade, atentos às características específicas deste jogo e a um novo contexto do mercado do jogo, onde o peso do sector online está a crescer e onde estão habilitados também a participar operadores privados.

Lançámos o Milhão, novo jogo associado ao Euromilhões mas com uma identidade própria e associada à portugalidade. Com início em setembro de 2016, é um jogo com um papel muito importante na prossecução da estratégia definida de reforço de peso das Apostas Mútuas no portefólio dos Jogos Sociais do Estado.

Investimos valores consideráveis na renovação da rede de mediadores, nas infraestruturas físicas e tecnológicas e no lançamento de novos jogos, preparando o Departamento de Jogos da Santa Casa para dar respostas às exigências de uma atividade que nos últimos 6 anos duplicou de volume e para assegurar inovação e capacidade de resposta aos vários novos desafios que se afiguram.

Por fim, uma palavra de agradecimento a todos os que diariamente trabalham com afinco para que a credibilidade, força e solidez da Instituição aumente a cada dia que passa.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Pedro Miguel de Santana Lopes

Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho



ÍNDICE

NOTA INICIAL DO PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA E DO VICE PROVIDOR DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA	3
ÍNDICE.....	5
Capítulo 1: O Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.....	9
1.1 Missão, visão e valores	9
1.2 Órgãos do Departamento de Jogos	11
1.3 Portefólio de Jogos	11
1.4 Cronologia	14
1.5 Partes Interessadas.....	15
Capítulo 2: Os Jogos Santa Casa em números.....	19
2.1 Números-chave	19
2.2 As vendas dos jogos sociais do Estado.....	19
2.3 A salvaguarda do património das famílias	22
2.4 Os valores devolvidos à Sociedade	23
2.4.1 Boas Causas	23
2.4.2 Retorno Social.....	30
2.4.3 Coesão Social	30
2.4.4 Retorno Total.....	31
Capítulo 3: Os grandes marcos de 2016	35
3.1 Placard: 1 ano de consolidação no mercado das apostas desportivas à cota.....	35
3.2 MILHÃO: o lançamento do novo jogo social do Estado e as alterações ao Euromilhões..	36
3.3 “A sorte não escolhe o momento”: o lançamento da App JSC	37
3.4 Novas instalações no Porto.....	38
3.5 Os jogos sociais do Estado mais próximos dos portugueses.....	38
O ANO EM REVISTA	38
UMA APOSTA EM GRANDE NA LOTARIA!	39
MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SORTEIOS	41
NOVAS FARDAS: DOS PREGOEIROS DA LOTARIA NACIONAL AOS COLABORADORES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO	41
Capítulo 4: Responsabilidade, Segurança e Gestão do Risco do negócio	43
4.1 Política de Jogo Responsável: foco na melhoria contínua e na segurança do negócio.....	43

MAIS DE 111 MIL HORAS DE FORMAÇÃO AOS MEDIADORES DOS JOGOS SANTA CASA	43
REFORÇO DA COMUNICAÇÃO JUNTO DOS NOSSOS COLABORADORES	44
A PRIMEIRA CAMPANHA DE JOGO RESPONSÁVEL: “HÁ JOGOS PARA TODAS AS IDADES”	44
LINHA DE APOIO A JOGO RESPONSÁVEL	45
4.2 Prevenção e gestão das situações de risco no negócio	45
4.3 Recertificação do Sistema de Gestão da Segurança e da Informação	47
4.4 Jogos Santa Casa: uma referência internacional.....	48
Capítulo 5: CONTEXTO DE MERCADO E RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	51
5.1. Enquadramento socioeconómico	51
5.2. Análise de Exploração	52
RENDIMENTOS	52
GASTOS.....	53
RESULTADOS.....	55
RENDIBILIDADE	56
RESULTADOS DISTRIBUÍDOS	57
Capítulo 6: Demonstrações Financeiras.....	59
Balanço	61
Demonstração dos resultados por naturezas	62
Demonstração das alterações no capital próprio	63
Demonstração dos fluxos de caixa	64
Anexo.....	65
1. Introdução	65
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	66
3. Adoção pela primeira vez NCRF – divulgação transitória	67
4. Principais políticas contabilísticas.....	67
5. Fluxos de caixa.....	82
6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	83
7. Ativos fixos tangíveis.....	83
8. Ativos intangíveis.....	85
9. Participações financeiras - outros métodos.....	85
10. Outros investimentos financeiros.....	86
11. Inventários.....	90
12. Mediadores.....	90
13. Estado e outros entes públicos.....	91

14.	Outros créditos a receber	91
15.	Diferimentos – gastos a reconhecer	93
16.	Fundo social.....	94
17.	Resultados	94
18.	Outras variações no capital próprio.....	96
19.	Provisões	97
20.	Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros	98
21.	Prémios a pagar	101
22.	Fornecedores.....	102
23.	Outras dívidas a pagar	102
24.	Diferimentos – rendimentos a reconhecer	104
25.	Rédito	105
26.	Subsídios à Exploração.....	107
27.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	107
28.	Fornecimentos e serviços externos	108
29.	Gastos com o pessoal	108
30.	Juros e rendimentos similares obtidos	109
31.	Outros rendimentos	109
32.	Outros gastos.....	109
33.	Juros e gastos similares suportados.....	110
34.	Compromissos	110
35.	Matérias ambientais	110
36.	Partes relacionadas.....	110



Capítulo 1: O Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O Departamento de Jogos é um departamento estatutário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) que tem por objetivo assegurar a exploração dos jogos sociais do Estado, através da marca corporativa **Jogos Santa Casa**, em nome e por conta do Estado, em regime de exclusividade para todo o território nacional, bem como proceder à distribuição dos respetivos resultados líquidos aos beneficiários previstos na lei.

O Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (DJSCML) dispõe de orçamento e contas próprias, anexos ao orçamento e contas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

1.1 Missão, visão e valores

MISSÃO

A Missão do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, representado sob a marca Jogos Santa Casa, é criar as condições necessárias para canalizar a procura de jogo a dinheiro para a oferta de jogos sociais do Estado, no quadro das orientações definidas pelo mesmo, por forma a assegurar a proteção da ordem pública, a preservação do património das famílias, promovendo a redistribuição dos gastos em jogo. Este retorno é feito principalmente através dos prémios atribuídos e da distribuição dos seus resultados líquidos a um vasto conjunto de beneficiários que atuam nas áreas da ação social, saúde, desporto e cultura.

Enquanto entidade que explora os jogos sociais em nome e por conta do Estado - que regula a sua atividade -, o Departamento de Jogos desempenha um papel fulcral na promoção de hábitos de jogo moderados e prevenção do chamado “jogo problemático”. Disponibilizando aos seus apostadores uma oferta moderada e atrativa de jogos, com baixos valores de apostas, mecânicas simples e diversos níveis de prémios, possibilita-lhes, em simultâneo, a realização de escolhas informadas sobre os seus hábitos de jogo, promovendo a componente lúdica do jogo a dinheiro, no total cumprimento da sua Política de Jogo Responsável.

VISÃO

Num ano de resultados financeiros incomparáveis, o Departamento de Jogos reforça o seu desígnio de continuar a ser a referência de excelência no setor de atividade de jogo a dinheiro em Portugal, posicionando-se como a escolha de eleição dos apostadores que, diariamente,



apostam nos Jogos Santa Casa: para a realização dos seus sonhos - através dos muitos prémios atribuídos -, e com a plena consciência de que ao apostar nos nossos jogos estão, também, a apoiar muitas e nobres causas – as designadas “Boas Causas”.

É desígnio do Departamento de Jogos continuar a merecer a total confiança dos Portugueses, quer dos que representam as entidades beneficiárias das suas receitas – que, com as verbas que lhes são destinadas por lei, garantem a prossecução do seu trabalho e o seu papel na sociedade –, quer dos demais *stakeholders* com quem o DJSCML estabelece permanentemente relações de parceria importantes, sejam apostadores, mediadores, o público em geral, os próprios colaboradores da Santa Casa, ou mesmo as lotarias com as quais mantemos um relacionamento alinhado nos mesmos valores.

A sólida dimensão e notoriedade que o DJSCML atingiu no mercado de jogo a dinheiro em Portugal permite, por isso, continuar a ambicionar um contínuo crescimento dos resultados dos jogos sociais que, por sua vez, permite gerar valor para a nossa sociedade.

À medida que se aproxima de um total de 5000 mediadores dispersos por Portugal Continental e Ilhas, é intenção do DJSCML rentabilizar todos os seus pontos de venda, investindo no seu desenvolvimento, na sua sustentabilidade e na formação dos seus mediadores.

O sucesso dos Jogos Santa Casa assenta, hoje e sempre, na dedicação, empenho e no total compromisso que todos assumem na prossecução da sua Missão e no alcance das metas traçadas, aliado a uma vincada capacidade de inovar, estudar e antecipar desafios com a atitude de quem quer fazer mais e melhor. O sucesso da marca Jogos Santa Casa representa, acima de tudo, a instituição histórica que lhe dá o nome – a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa –, cujo trabalho e atividade desenvolvidos junto da nossa sociedade são plenamente reconhecidos por todos.

O nosso grande desafio passa, portanto, por continuar a assegurar o cumprimento desta missão estatutária de apoio às Boas Causas. Esta, sim, é e será sempre a maior aposta do Departamento de Jogos!

VALORES

O Departamento de Jogos, sob a marca corporativa JOGOS SANTA CASA, é...

-  ÍNTEGRO
-  SEGURO
-  RESPONSÁVEL
-  SOLIDÁRIO
-  TRADICIONAL
-  PRÓXIMO

1.2 Órgãos do Departamento de Jogos

São órgãos do Departamento de Jogos o Administrador Executivo, o Júri dos Concursos, o Júri das Extrações e o Júri das Reclamações.

1.3 Portefólio de Jogos



A **Lotaria Clássica** é uma das modalidades da Lotaria Nacional. Criada por Carta Régia a 18 de novembro de 1783 e anteriormente designada “Lotaria Nacional Portuguesa”, foi o primeiro jogo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tendo a sua primeira extração sido realizada a 1 de setembro de 1784. Explorada sob a forma de emissões de bilhetes numerados, físicos e desmaterializados, para participação em sorteios de números denominados extrações, a Lotaria Clássica obedece ainda a um plano de prémios previamente definido que determina as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. Cada extração, e respetivas séries de bilhetes e frações, está associada a épocas especiais, comemorações ou outros eventos festivos, dependendo o preço da fração do tipo de extração: Ordinárias, 5 euros; Especiais, 10 euros; Extraordinárias, 15 euros. O valor do prémio na fração corresponde a 1/5 do valor atribuído ao bilhete. O maior primeiro prémio desta Lotaria atingiu, até hoje, os 12,5 milhões de euros, correspondente ao prémio total das dez séries, na Lotaria do Natal.

O sorteio da Lotaria Clássica acontece semanalmente, à segunda-feira.



A Lotaria Popular é outra das modalidades da Lotaria Nacional. Tal como a Clássica, também a Lotaria Popular se insere na categoria das lotarias onde cada sorteio corresponde à emissão de bilhetes numerados, para participação em sorteios de números ou extrações. O plano de prémios é previamente definido, determinando as categorias, quantidades e valores dos prémios a atribuir face à emissão total de bilhetes. Os preços da fração da Lotaria Popular também variam consoante o tipo de extrações: Ordinárias, 2 euros; Especiais, 3 euros; Extraordinárias, 5 euros. O maior primeiro prémio desta Lotaria atingiu, à data, os 150 mil euros, correspondente ao prémio total das seis séries.

A primeira extração da Lotaria Popular aconteceu a 10 de março de 1987, estando o seu lançamento relacionado com a necessidade de disponibilizar uma oferta de jogo mais acessível e de combater a proliferação do jogo ilegal, onde se incluem as rifas.

O sorteio da Lotaria Popular realiza-se, semanalmente, à quinta-feira.



A Lotaria Instantânea foi lançada a 31 de julho de 1995, na rede física, com o objetivo de financiar políticas sociais do Estado na área da ação social, designadamente o apoio a crianças e jovens carenciados. Em março de 2010, este jogo assumiu uma nova identidade comercial, com a marca “Raspadinha”, tal como já era conhecida pelos apostadores. No dia 1 de julho de 2013, este jogo foi lançado no canal digital, em www.jogossantaca.pt, com o objetivo de alargar a oferta dos jogos sociais já existentes na rede física também ao Portal Jogos Santa Casa.

A Raspadinha insere-se na categoria das lotarias, obedecendo cada um dos seus jogos a um plano de prémios previamente definido, constante do verso do respetivo bilhete, que define as categorias, quantidades e valores de prémios a atribuir, face à emissão total de bilhetes. Caracteriza-se ainda pela exploração da emissão de jogos independentes (autónomos) entre si, com temas, mecânicas e planos de prémios distintos, vendidos através de bilhetes em que a atribuição do prémio é conhecida de imediato por ação do apostador. Na Raspadinha existem várias categorias de prémios, que permitem ganhar desde o valor mínimo de um bilhete (0,50 euros, no canal digital, ou 1 euro, na rede física) até um máximo de 504.000 euros, dependendo do plano de prémios do jogo. É também possível ganhar prémios faseados mensalmente no tempo, como acontece nos jogos da família “Pé-de-Meia”, com valores máximos de prémios que variam entre 1.800 euros a 504.000 euros.

euromilhões

O primeiro sorteio do **Euromilhões** realizou-se no dia 13 de fevereiro de 2004 em Paris, sendo o grupo de países organizadores inicialmente constituído por Espanha, França e Reino Unido. Em Portugal, o primeiro sorteio do Euromilhões realizou-se no dia 8 de outubro de 2004, data em que mais 5 países se juntaram ao grupo inicial: Irlanda, Áustria, Bélgica, Suíça e Luxemburgo.

O Euromilhões consiste num concurso de apostas mútuas da categoria dos lotos, no qual os apostadores prognosticam o resultado sobre o acerto de 5 números em 50 possíveis, da grelha de “Números”, combinado com o acerto de 2 números em 12 possíveis, da grelha das “Estrelas”. O preço por aposta é de 2,20 euros e 50% desse valor reverte diretamente para prémios.

A partir de 2016 passou a garantir um primeiro prémio mínimo de 17 milhões de euros, podendo atingir um jackpot máximo de 190 milhões de euros.

Os sorteios do Euromilhões têm lugar duas vezes por semana, à terça-feira e à sexta-feira.

M1LHÃO

Legalmente designado como “Totosorteio”, o **M1LHÃO** é um jogo adicional associado ao Euromilhões que garante, semanalmente, a atribuição de um prémio no valor de 1 milhão de euros, em Portugal.

Surgido no âmbito das alterações implementadas ao Euromilhões, em setembro de 2016, e que determinaram que a aposta no Euromilhões passasse a implicar, obrigatória e automaticamente, a participação neste novo jogo social, o **M1LHÃO** tem um valor de aposta de 0,30 euros.

Por cada aposta simples registada no Euromilhões (5 Números + 2 Estrelas), o sistema central de apostas gera, automaticamente, um código alfanumérico único, composto por 3 letras e 5 algarismos, que constituem o código que habilita ao prémio do **M1LHÃO**.

O primeiro sorteio, que é digital, do mais recente jogo do portefólio dos Jogos Santa Casa teve lugar no Departamento de Jogos, no dia 30 de setembro de 2016.

Com uma periodicidade semanal, o sorteio do **M1LHÃO** é realizado à sexta-feira e a divulgação do código premiado é feita na televisão, quando da transmissão dos resultados do sorteio do Euromilhões de sexta-feira.

totobola

O **Totobola** foi o primeiro jogo de apostas desportivas mútuas lançado em Portugal, baseado nos “concursos de prognósticos ou apostas mútuas sobre resultados de competições desportivas”. O primeiro concurso do Totobola teve lugar no dia 24 de setembro de 1961. Criado, inicialmente, para financiar a construção e manutenção do primeiro centro de reabilitação em Portugal – o

Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão, os resultados líquidos deste jogo social são, atualmente, repartidos por outras entidades, após alteração da Lei, em Março de 1985.

O atual modelo do Totobola assenta numa grelha com 13 jogos base, em que os apostadores prognosticam o resultado de vitória da equipa visitada (“1”), o empate (“X”) ou a derrota da mesma (“2”), e ainda o acerto do jogo “Super 14”, em que se prognostica o número de golos marcados por cada uma das duas equipas em jogo (“0”, “1” ou “M” – de mais golos). Com um montante mínimo de aposta de 0,80 euros, a chave de resultados completa do Totobola é, habitualmente, conhecida aos domingos à noite (concursos normais) ou, no caso dos concursos extraordinários, ao domingo (extra domingo), à terça, à quarta ou quinta-feira à noite (extra quinta), dependendo das competições desportivas a que pertencem os jogos do elenco do concurso em questão.



O **Totoloto** foi o segundo jogo de apostas mútuas lançado em Portugal, cujo primeiro concurso se realizou no dia 31 de março de 1985.

Do tipo loto, em que os participantes prognosticam resultados de sorteios de números para obter o direito a prémios em dinheiro, o atual sistema de apostas do Totoloto consiste no acerto de 5 números em 49 possíveis na grelha de “Números”, combinado ainda com o acerto de 1 número em 13 possíveis na segunda grelha, do “Número da Sorte”. Com um montante base de aposta de 0,90 euros, garante, atualmente, um primeiro prémio mínimo de 1.000.000 euros.

Hoje em dia, os sorteios do Totoloto têm lugar duas vezes por semana, à quarta-feira e ao sábado.



O **Joker** consiste num jogo adicional de apostas mútuas sobre o sorteio de 7 algarismos (de 0 a 9.999.999) e cuja ordem de extração determina um número único que corresponde ao primeiro prémio. É designado um jogo *add-on* por implicar a participação obrigatória em jogos principais, nomeadamente no Totobola, Totoloto e Euromilhões.

O primeiro sorteio deste jogo realizou-se a 1 janeiro de 1994, tendo agora lugar aos domingos. Com um preço por aposta de 1 euro, o Joker garante, atualmente, um primeiro prémio no valor mínimo de 500 mil euros.



O **Placard** foi lançado a 9 de setembro de 2015.

Trata-se de um jogo de apostas desportivas à cota de base territorial, explorado pelo Departamento de Jogos em regime de direitos exclusivos para todo o território nacional, que testa o conhecimento dos apostadores em três modalidades desportivas disponíveis (futebol, ténis e basquetebol), nas diferentes competições e eventos desportivos. Neste jogo, o apostador poderá fazer apostas simples, combinadas e múltiplas, com diferentes prognósticos para cada evento desportivo. A cada prognóstico está associada uma cota que, multiplicada pelo valor da aposta, determina os ganhos possíveis (prémio). Com um montante base de aposta por bilhete entre 1 euro (aposta simples) e 1.000 euros (aposta múltipla), o prémio a atribuir varia em função do tipo de aposta, caso os prognósticos selecionados se concretizem, até um ganho máximo possível, estabelecido por regulamento, de 100 mil euros.

1.4 Cronologia

- 1783** – Nasce a Lotaria Nacional. Foi criada por Carta Régia a 18 de novembro de 1783, outorgada pela rainha D. Maria I, a quem a *“Mesa da Santa Casa da Misericórdia e Hospitais Reais de Enfermos “requereu” a graça de conceder-lhe a faculdade de fazer uma lotaria anual para acorrer com os lucros dela às urgentes necessidades dos ditos dois Hospitais”*.
- 1784** – Com um primeiro prémio de 12.000\$ réis iniciou-se, no dia 1 de setembro, a 1ª Extração da Lotaria Nacional. O apuramento dos números premiados durou 34 dias.
- 1961** – É lançado o 1º jogo de Apostas Mútuas Desportivas em Portugal: o Totobola.
- 1984** – Inauguração do Edifício Totobola, na Rua das Taipas n.º1, Lisboa.
- 1985** – Nasce o Totoloto. O 1º concurso foi realizado no dia 30 de março e teve transmissão em direto na RTP.
- 1987** – A 10 de março realizou-se a primeira extração da Lotaria Popular.
- 1991** – Criação do Departamento de Jogos da SCML. Pelo Decreto-Lei n.º 322/91 de 26 de agosto, compete-lhe gerir, em nome do Estado “a exploração de lotarias, apostas mútuas e quaisquer outros jogos que, a qualquer título, sejam cometidos à Misericórdia de Lisboa e, bem assim, controlar e fiscalizar o integral cumprimento das disposições legais que os regulamentam”.
- 1994** – No dia 1 de janeiro é lançado o Joker, jogo adicional de apostas mútuas diretamente associado às apostas no Totoloto ou no Totobola.
- 1995** – Surge a Lotaria Instantânea, hoje conhecida por “Raspadinha”.
- 2001** - É introduzido o sistema de registo de apostas em tempo real, na rede de mediadores, denominado *online*;
Início do Contact Center a 11 de julho de 2011.
- 2004** - Abril: O Departamento de Jogos adota uma nova marca e identidade visual: Jogos Santa Casa.
Agosto: O DJSCML passa a ser uma das primeiras lotarias, a nível mundial, a ser certificada no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança e da Informação, de acordo com as Normas de Controlo de Segurança da *World Lottery Association*.
Outubro: No dia 6 de outubro, foi disponibilizado um novo canal de comunicação e de apostas - o Portal Jogos Santa Casa (www.jogossantacasa.pt).
Outubro: No dia 8 de outubro, realizou-se o primeiro sorteio do Euromilhões em Portugal, com a seguinte chave sorteada: 1, 10, 12, 16, 48 + 2 e 6.
- 2010** - É criada a marca comercial Raspadinha.

- 2011** - Introdução dos 2^{os} sorteios semanais do Euromilhões (às 3^{as} feiras) e do Totoloto (às 4^{as} feiras).
- 2012** - Lançamento da campanha da marca Jogos Santa Casa, intitulada “Há mais em jogo”.
- 2013** – A Raspadinha é disponibilizada *online*, no Portal Jogos Santa Casa.
- 2014** - Inserido no projeto de modernização da exploração dos jogos sociais do Estado, conclui-se o processo de substituição dos terminais de jogo existentes na rede de mediadores; É inaugurado o novo armazém de logística.
- 2015** – Inauguração da Nova Sede do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, na Avenida da Liberdade, nº 194;
Lançamento do jogo de apostas desportivas à cota, de base territorial - Placard.
- 2016** – São introduzidas alterações ao Euromilhões e, nesse âmbito, lança-se o M1LHÃO, jogo adicional ao Euromilhões mas de participação obrigatória;
Nova localização da delegação do Departamento de Jogos, no Porto, agora sita na Rua de Aleixo da Mota, nº 86.
Os pregoeiros da Lotaria Nacional estreiam novas fardas.

1.5 Partes Interessadas

APOSTADORES

Os portugueses que apostam nos Jogos Santa Casa constituem a energia impulsionadora da missão do DJSCML. É para eles que desenvolvemos a nossa atividade da forma mais criteriosa e íntegra possível, assumindo o compromisso da idoneidade e da confiança perante todos.

Os apostadores dos Jogos Santa Casa estão distribuídos de forma regular pelas diferentes faixas etárias (divididos entre diferentes escalões, desde os maiores de 18 aos maiores de 65 anos), com uma prevalência muito ligeira do segmento 35/44 anos. Divididos de forma igualitária entre o género masculino e feminino, cerca de 27% dos nossos apostadores são provenientes da região da Grande Lisboa à qual se segue o litoral norte do país, onde residem 20% dos apostadores.

MEDIADORES

O DJSCML desempenha um papel fulcral na promoção de hábitos de jogo moderados e na prevenção do jogo problemático, por forma a assegurar a proteção da ordem pública e a preservação do património das famílias. Para assumir tal compromisso, é fundamental o papel que a rede de mediadores dos jogos sociais do Estado, a quem o DJSCML atribui autorização administrativa para o exercício da atividade de mediação, presta nos serviços de assistência aos apostadores na celebração do contrato de jogo.

Esta rede, constituída por 4.969 mediadores, em 2016, está distribuída por todo o território nacional e ilhas, encontrando-se a sua atividade económica concentrada, sobretudo, em duas diferentes áreas: a restauração (45,6%) e as papelarias/tabacarias (45%).

COLABORADORES

Os colaboradores do DJSCML desempenham, diariamente, as suas funções no sentido do escrupuloso cumprimento da missão que foi incumbida, pelo Estado, ao DJSCML, pautando a sua atuação pelo rigor e responsabilidade que a crescente complexidade que envolve o mercado do jogo a dinheiro e do respetivo negócio exigem.

Com frequência, participam em inúmeras ações e dinâmicas promovidas internamente que contribuem, de certo modo, para reforçar o sentimento de identificação e pertença no seio da organização. Em 2016, foram promovidos 8 eventos internos que contaram com a presença da grande maioria dos 332 colaboradores do DJSCML (não incluindo prestadores de serviços), tendo sido também desenvolvidos, ao longo do ano, 13 passatempos internos que contaram com uma significativa adesão por parte dos mesmos.

BENEFICIÁRIOS

Os beneficiários dos jogos sociais do Estado são entidades públicas que desenvolvem a sua atividade em áreas como a promoção da saúde e a prevenção da doença e da incapacidade, programas de combate à pobreza e exclusão social, proteção civil, segurança social, cultura, policiamento de espetáculos desportivos, desporto escolar ou turismo social e sénior. Com efeito, a totalidade dos resultados líquidos dos jogos sociais do Estado é, integralmente, aplicada no financiamento das políticas sociais do Estado, de acordo com a lista de beneficiários prevista no Decreto-Lei n.º56/2006, de 15 de março, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º44/2011, de 24 de março, e pelo Decreto-Lei n.º106/2011, de 21 de outubro, e pelo Decreto-Lei n.º67/2015 de 29 de abril.

ESTADO

O jogo a dinheiro é uma competência reservada do Estado que tem justificado, histórica e consistentemente, as restrições impostas às atividades de jogo a dinheiro com a prossecução de objetivos de ordem pública e por razões imperiosas de interesse geral, tais como a proteção dos consumidores, designadamente dos grupos mais vulneráveis, e do combate à criminalidade. Nesse sentido, entendeu o Estado atribuir, em regime de direitos exclusivos, a exploração dos jogos sociais à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, através do seu Departamento de Jogos, como reconhecimento da capacidade, integridade e idoneidade desta Instituição para desenvolver esta atividade em seu nome e por sua conta.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

Instituição com 518 anos de História a quem o Estado atribuiu, em regime de exclusividade para o território nacional, a exploração dos jogos sociais, missão que é desenvolvida através do seu Departamento de Jogos. A Misericórdia de Lisboa é parte integrante da lista dos beneficiários das receitas dos jogos sociais do Estado, revertendo ainda a favor da sua reconhecida Ação Social o

valor dos prémios caducados do Euromilhões, da Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), do Placard e do M1LHÃO.

FORNECEDORES

É ao abrigo da Lei da Contratação Pública que os parceiros externos, fornecedores de bens e de serviços ao Departamento de Jogos, são selecionados, encontrando-se, na sua totalidade, contratualmente vinculados ao cumprimento dos requisitos normativos de acordo com os sistemas de certificação do DJSCML, nomeadamente o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação.

ENTIDADES REGULADORAS

A atividade do DJSCML é regulada pelo Governo, cabendo ao membro do Governo que superintende a área da Segurança Social a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

LOTARIAS CONGÉNERES

A relação de grande proximidade que a denominada “Lotaria Portuguesa” mantém com um significativo número de lotarias congéneres, oriundas dos vários continentes, é pautada pela partilha de conhecimento e prossecução da adoção das melhores práticas do mercado, sendo o DJSCML referenciado como um exemplo de boas práticas no mercado das lotarias.

ASSOCIAÇÕES DE LOTARIAS

- **EL** (*European State Lotteries and Toto Association*) - Sediada em Lausanne, na Suíça, é a organização de lotarias de Estado que reúne instituições, com e sem fins lucrativos, que operam em nome do Estado. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa é membro da EL desde a data da sua criação, em 1983.
- **CIBELAE** (*Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado*), constituída em 1988 com o objetivo de promover o contacto e a troca de experiências que possam ser úteis para a gestão e comercialização dos jogos entre as Lotarias de Estado dos países ibero-americanos. A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa participa ativamente neste fórum desde 1993.
- **WLA** (*World Lottery Association*) foi criada em 1999 e é uma associação que reúne Lotarias de Estado provenientes de mais de 80 países, com o objetivo de promover e defender os interesses deste sector. A Misericórdia de Lisboa é membro desta associação desde a data de criação da mesma, em 1999.



Capítulo 2: Os Jogos Santa Casa em números

2.1 Números-chave

Vendas (M€)	2.775
Retorno à Sociedade (%)	97,0%
Boas Causas (M€)	677
Retorno Social (M€)	861
Coesão Social (M€)	1.087
Retorno Total (M€)	2.691
Registos de apostas (n.º)	1.128
Prémios (M€)	1.668
Prémios >= 1M€ (n.º)	25
Pontos de Venda (n.º)	4.969
Utilizadores registados no Portal JSC (n.º)	678.441
Investimento em modernização dos sistemas de suporte ao jogo (M€)	14
Colaboradores (n.º)	332

2.2 As vendas dos jogos sociais do Estado

Em 2016 as vendas brutas dos Jogos Santa Casa (JSC) foram de 2.775,2 milhões de euros, o que representou um crescimento inédito em volume de vendas. O aumento verificado neste ano foi de 534,9 milhões de euros, mais 23,9% do que o registado em 2015.

Este crescimento continua a ser o resultado de uma estratégia de alargamento da base de apostadores, através da diversificação e rejuvenescimento da oferta e da expansão da rede comercial com o objetivo de cobertura integral do território nacional.

As medidas em os JSC têm assentado esta estratégia têm permitido angariar e fidelizar novos apostadores, com perfis que valorizam aspetos lúdicos e de entretenimento, para além do fator prémio, o que se prende, não apenas com a evolução das tendências da procura, como com as características de um mercado de jogo a dinheiro em Portugal que no último ano conheceu profundas alterações decorrentes da legalização de novos operadores.

A forma como os JSC se posicionaram junto dos apostadores, já neste novo contexto, foi bem sucedida. Comprovou-se pelo volume de vendas atingido que os jogos sociais do Estado não só

continuaram a ser os preferidos pelos apostadores portugueses como reforçaram a sua capacidade de captação de procura.

Para além das características da oferta, contribui fortemente para este reforço o crescimento da rede comercial, tornando-se acessível a um conjunto mais vasto de apostadores, sendo disso reflexo o elevado aumento do número de registos de apostas que em 2016 ascendeu a 1.128 milhões, superando em 24,1% o número de registos observado no ano anterior.

A oferta dos JSC em 2016 ficou essencialmente marcada pela consolidação do Placard no ano do pós-arranque, com uma aceitação pelos apostadores que superou as melhores perspectivas e o lançamento de um novo Jogo – o M1LHÃO, com o qual se introduziu no portefólio dos JSC uma nova categoria de jogo, que por estar associado ao Euromilhões, veio alavancar as vendas neste segmento.

Tabela 1- Evolução das Vendas JSC, por Jogo: 2014 – 2016
(milhões de euros; %)

	2014	2015	2016	
	Valor	Valor	Valor	Var. 2016/2015
Vendas Brutas JSC	1.880,3	2.240,3	2.775,2	23,9%
Totobola	10,2	11,3	9,2	-18,6%
Totoloto	126,2	129,0	110,3	-14,5%
Joker	39,4	35,6	31,2	-12,5%
Euromilhões e M1lhão*	917,0	820,5	809,7	-1,3%
Lotaria Clássica	51,1	51,8	46,8	-9,8%
Lotaria Popular	25,7	25,1	23,5	-6,4%
Raspadinha	710,8	1.101,5	1.359,1	23,4%
Placard**		65,4	385,4	489,3%

* Lançamento do M1LHÃO em setembro/2016

**Lançamento do Placard em setembro/2015

O Placard atingiu um volume de negócios de 385,4 milhões de euros, o que representou 72,1% do acréscimo global de vendas de 2016.

O lançamento do M1LHÃO e as alterações introduzidas no Euromilhões mostraram-se eficazes na atenuação da tendência de queda de vendas do Euromilhões nos últimos anos (2014: -2,4%, 2015: -10,5%) tendo as suas vendas conjuntas registado um decréscimo de 1,3%, ou seja, recuperado 9.2 pontos percentuais face ao ano anterior.

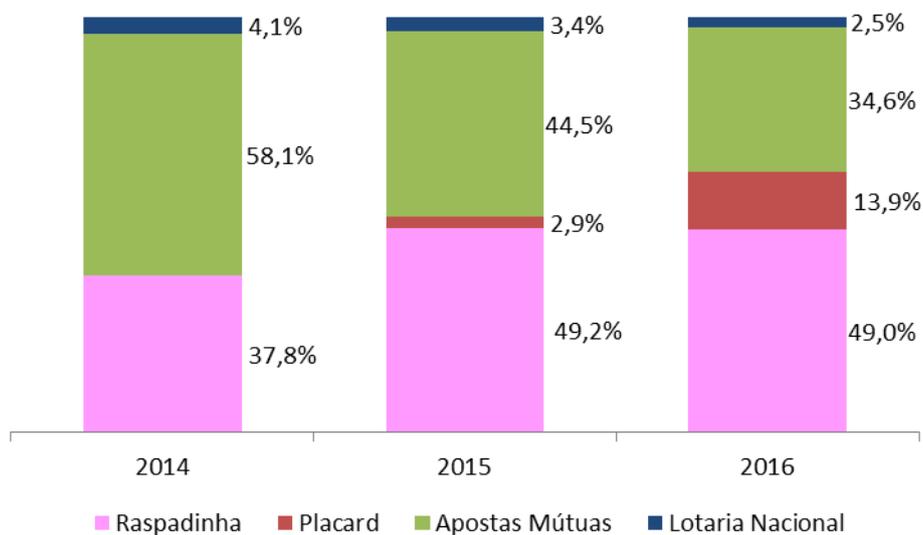
A Raspadinha manteve-se como jogo mais vendido, com um volume de vendas de 1.359,1 milhões de euros.

O desempenho dos jogos já mencionados mais do que compensaram as quedas observadas na restante oferta do portefólio dos Jogos Santa Casa, cuja evolução das vendas foi negativa, o que se compreende num contexto de ciclo de vida que, na maioria dos casos, coincide com fases de maturidade, e em simultâneo com a oferta de novos produtos mais apelativos.

As alterações introduzidas no portefólio dos Jogos Santa Casa têm efeitos significativos na evolução da sua estrutura de vendas, tendo tido um impacto de especial incidência em 2016.

Neste último ano é particularmente marcante a dimensão ganha pelo Placard no seu primeiro ano completo de exploração, tendo-se assumido como terceiro jogo mais vendido, com um peso de 13,4% no conjunto das vendas. Conquistou terreno a todas as outras categorias de jogo, embora no caso da Raspadinha este efeito tenha sido menos significativo mas tenha interrompido a tendência de ganhos sucessivos dos últimos anos, ao estabilizar a quota de vendas nos 49,0%.

Gráfico 1- Estrutura de Vendas JSC: 2014 – 2016 (%)

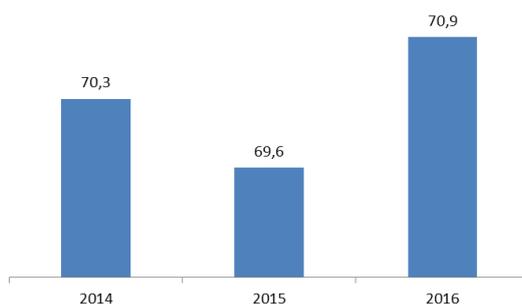


As Apostas Mútuas e a Lotaria Nacional mantiveram a tendência de redução do peso na estrutura de vendas. O lançamento do M1LHÃO mostrou-se eficaz como medida de combate a esta tendência, conduzindo à sua desaceleração.

No que toca à distribuição das vendas por canal manteve-se em 2016 a preferência dos apostadores pela rede comercial física dos JSC. Através desta efetuaram-se 97,4% das vendas, o que foi fortemente influenciado pelo crescimento do Placard, com disponibilização apenas de base territorial, e pelo facto de a procura da Raspadinha se dirigir quase na totalidade à oferta física.

A distribuição das vendas entre canais conheceu um novo contexto em 2016, com a disponibilização do canal mobile – a APP Jogos Santa Casa – que veio inverter a tendência de vendas no segmento digital observada no ano anterior. Este registou no último ano um crescimento de 1,9%, quando em 2015 tinha registado um decréscimo de 1,0%.

Gráfico 2 - Evolução das Vendas Brutas nos Canais Digital JSC: 2014 - 2016
(milhões de euros)



2.3 A salvaguarda do património das famílias

É parte integrante do cumprimento da missão do Departamento de Jogos na exploração dos jogos sociais do Estado a preservação do património das famílias, bem como a prevenção do jogo excessivo.

A forma como tem sido levada a cabo a expansão do negócio tem permitido compatibilizar estas preocupações com a trajetória de crescimento de vendas, como comprova a discrepância entre o crescimento mais acentuado das vendas brutas face ao crescimento da despesa das famílias em jogo.

Atente-se, desde logo, o facto de os jogos com uma maior percentagem de vendas destinada à atribuição de prémios serem responsáveis por uma parcela do volume de negócios do JSC cada vez maior. Daí decorre que os prémios atribuídos tenham aumentado 28,7%, bastante acima da subida verificada nas vendas.

Na verdade, comparada com o aumento de 23,9% das vendas brutas, a despesa líquida das famílias em jogos sociais do Estado, medida pelo valor gasto em apostas deduzido do valor atribuído em prémios líquido de imposto do selo sobre prémios, cresceu apenas 14,1% entre 2015 e 2016. Se medirmos esta despesa pela sua representatividade no rendimento disponível das famílias, temos mais uma vez a evidência de que os montantes destinados aos JSC não apresentam variações significativas ou preocupantes. Em 2015 o valor líquido despendido pelas famílias nos JSC representou 0,8% do rendimento disponível total e em 2016 estima-se que este valor tenha representado 0,9%.

Por sua vez, este acréscimo é justificado, quase na íntegra, pelo efeito de uma base de apostadores mais alargada, por um lado por via da captação de novos apostadores com a consolidação do Placard, com o lançamento de um novo jogo e com a diversificação de jogos de Raspadinha e, por outro, da expansão de rede comercial.

Conclui-se assim que o aumento individual do valor despendido pelos apostadores não é expressivo, sendo que o valor médio gasto por registo de apostas se mantém praticamente inalterado nos 2,5 euros.

2.4 Os valores devolvidos à Sociedade

Financiamento das Boas Causas: 677,5 milhões de euros; 24,4% das vendas brutas

Montantes distribuídos aos Beneficiários dos jogos sociais do Estado	664,4
Deduções às receitas Placard atribuídas à SCML	7,7
Patrocínios	5,4

Retorno Social: 861,1 milhões de euros; 31,0% das vendas brutas

Receita de Imposto do Selo gerada pela exploração JSC	183,6
---	-------

Coesão Social: 1.086,7 milhões de euros; 39,2% das vendas brutas

Remunerações pagas aos mediadores pelos apostadores	209,5
Investimento no combate ao jogo ilegal e na promoção do jogo responsável	2,7
Deduções às receitas Placard atribuídas às entidades do desporto	13,5

Retorno Total: 2.690,6 milhões de euros; 97,0% das vendas brutas

Prémios atribuídos (líquidos de imposto do selo sobre prémios)	1.603,9
--	---------

Em 2016, o dinheiro devolvido à sociedade representou 97,0% das receitas obtidas nas vendas de jogo, o que totalizou 2.690,6 milhões de euros.

A exploração dos jogos sociais do Estado gerou, desta forma, mais 516,7 milhões de euros em 2016 do que em 2015, o que se aproxima da totalidade do aumento registado nas vendas brutas.

A sociedade beneficia do dinheiro devolvido pelos Jogos Santa Casa sob a forma de prémios, remunerações dos mediadores pagas pelos apostadores, Imposto do Selo arrecadado, resultados distribuídos aos beneficiários, deduções legais sobre as vendas brutas para promoção do desporto, patrocínios e investimento na promoção da legalidade e do Jogo Responsável.

Este retorno é estratificado de acordo com as finalidades a que diretamente se destinam os montantes gerados e (re)distribuídos.

2.4.1 Boas Causas

Em 2016 foram destinados 677,5 milhões de euros ao financiamento de boas causas.

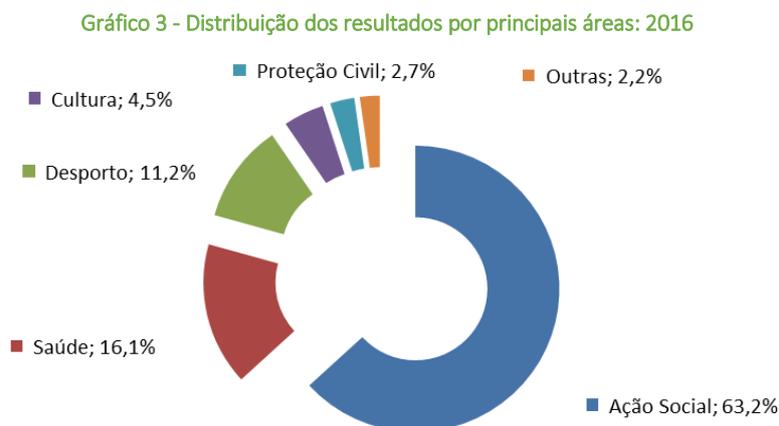
Mais 69,9 milhões de euros do que o registado em 2015, ou seja, um acréscimo de 11,5%.

RESULTADOS DISTRIBUÍDOS

Neste ano foram distribuídos aos beneficiários dos jogos sociais do Estado 664,4 milhões de euros, decorrentes dos resultados de exploração alcançados.

Às entidades a quem são distribuídos os resultados da atividade de exploração dos JSC compete aplicar os montantes recebidos em fins que consubstanciam as políticas sociais do Estado, entre os quais se contam o apoio social aos idosos, famílias, crianças e jovens mais carenciados, às pessoas portadoras de deficiência e vítimas de violência, bem como na promoção e valorização da cultura, na melhoria da qualidade educativa, no incremento das atividades desportivas e no combate às dependências.

Em 2016, a repartição destes montantes por grandes áreas sociais foi a seguinte:



O valor atribuído à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), correspondente à parcela que lhe cabe da receita das apostas desportivas à cota (Placard), ascendeu a 7,7 milhões de euros em 2016.

PATROCÍNIOS

Em 2016, os Jogos Santa Casa, continuaram a sua caminhada de apoio ao Desporto e ao Talento Nacional, consolidando a sua estratégia de apoio às Federações Desportivas e aos Comitês Olímpico e Paralímpico, tendo atribuído 5,4 milhões de euros de patrocínios.

Tratou-se de um ano assinalado por eventos desportivos à escala mundial, marcados pela realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, os primeiros a serem realizados num País de Língua Portuguesa, bem como pelo Europeu de Futebol, onde Portugal se sagrou campeão Europeu – título nunca anteriormente alcançado.

Os Jogos Santa Casa mantiveram a sua importante posição, não só enquanto patrocinadores, mas sobretudo como parceiros, do Comité Olímpico e Paralímpico de Portugal, e também das principais Federações desportivas do nosso país: Futebol, Basquetebol, Canoagem, Remo, Judo, Motociclismo, Rugby, Ténis de Mesa e Desporto Universitário.

Num ano marcado pela afirmação do Placard, o jogo de apostas desportivas à cota dos Jogos Santa Casa, foi delineada uma estratégia de aproximação da marca ao seu público preferencial, através da presença nos principais eventos desportivos e mediáticos de 2016, exemplo disso foi a Taça de Portugal Placard, a Liga de Basquetebol Placard e o Estoril Open (ATP 250), onde a marca foi um dos patrocinadores principais.

Estivemos junto dos portugueses a celebrar o Euro 2016 no Futebol Park e desenvolvemos, no mesmo local, o Estádio Placard, onde acompanhámos todos os jogos da Seleção das Quinas até à Final do Europeu e à grande vitória de Portugal. Estivemos ao lado dos atletas Olímpicos e Paralímpicos na sua partida para o Rio e, para estes últimos, “colocámos a sorte” na bagagem de mão, oferecendo *trolleys* JSC a toda a comitiva. Orgulhosamente associámo-nos ao movimento #sempena2016, uma iniciativa que pretendeu dar a conhecer o esforço e o espírito de superação dos atletas paralímpicos, bem como desmistificar o sentimento de “pena” muitas vezes associado a estes atletas. Este movimento de âmbito nacional, ao qual os JSC se associaram, desafiou os

portugueses a tirarem uma fotografia com o *hashtag* #SemPena2016, publicarem-na nas redes sociais e incentivarem os amigos a fazerem o mesmo.

Alicerçada no apoio ao desporto, e nomeadamente à Seleção Nacional de Futebol, foram desenvolvidas campanhas publicitárias que juntaram o benjamim do portefólio – o Placard – ao mais antigo jogo de apostas desportivas mútuas – o Totobola.

O ANO DA CONQUISTA DO “EURO 2016”

Enquanto patrocinador oficial da Seleção Nacional de Futebol, os Jogos Santa Casa reforçaram o seu apoio à equipa portuguesa, marcando presença ativa no Futebol Park, o “estádio” montado para os fãs da Seleção Nacional, numa parceria com a Federação Portuguesa de Futebol e com a Olivedesportos, e que ocupou a Alameda D. Afonso Henriques, em Lisboa, entre os dias 14 de junho e 10 de julho de 2016.

Para este recinto, os JSC convidaram os seus principais parceiros: os Comitês Olímpico e Paralímpico de Portugal, as Federações Desportivas e os nossos Mediadores. Também os utentes da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tiveram um lugar especial para assistir aos jogos e darem o seu apoio coletivo à Seleção: na “bancada de futebol para todos” permitimos, quer aos mais novos quer aos mais idosos, participarem entusiasticamente neste momento de desígnio nacional.

A extraordinária adesão do público a este evento fez com que o espaço previsto inicialmente tivesse de ser aumentado, dando lugar ao Estádio Placard. Desta forma, possibilitou-se uma forte comunicação da marca, criando sinergias entre o produto e os adeptos, e entre os habituais e potenciais jogadores.

PORTUGAL CAMPEÃO EUROPEU 2016: "NÃO FOI SORTE, FOI TALENTO"

No final do Europeu e já com o título nas mãos de Portugal, os Jogos Santa Casa voltaram a demonstrar o seu apoio à Seleção através do lançamento de uma campanha de imprensa, presente em cinco jornais diários nacionais, que congratulou a Seleção Nacional pelo "talento e determinação".

"Como patrocinadores da Seleção Nacional de Futebol e muito antes de se conhecer o extraordinário resultado que viria a ser obtido, os Jogos Santa Casa decidiram que o excelente desempenho da equipa das quinas no Euro2016 tinha que ser não só felicitado mas também aplaudido", reforçou na altura a Direção de Comunicação dos Jogos Santa Casa.

Como patrocinador da Seleção Nacional de Futebol desde 2013, os Jogos Santa Casa voltaram a frisar o alinhamento dos valores da marca com o desígnio nacional, o esforço, a esperança, o sonho e a união de todos os portugueses, nos bons e maus momentos.

MUNDIAL 66: “RECORDAR E CELEBRAR OS MAGRIÇOS”

2016 foi ainda o ano de celebração dos 50 anos da qualificação de Portugal para o Mundial de 1966, em Inglaterra, numa situação completamente inédita até então.

Através do apoio a um conjunto de palestras em equipamentos da SCML, sob o tema “*Recordar e Celebrar os Magriços*”, os Jogos Santa Casa estiveram ao lado dos “Magriços”, os antigos jogadores da Seleção Nacional que estiveram presentes no Mundial de 66, convidados de honra destes encontros e que encantaram as plateias com as suas histórias e todas as memórias desse Mundial.

MISSÃO RIO 2016, UMA DAS MAIORES COMITIVAS DE SEMPRE

Foi com grande entusiasmo e orgulho que vimos o trabalho que tem vindo a ser sido desenvolvido com as várias Federações que apoiamos tornar-se ainda mais visível, em 2016, quando diversos atletas, pertencentes a diversas federações apoiadas pelos Jogos Santa Casa, integraram a maior comitiva olímpica de sempre.

2016 marcou o ano de renovação das parcerias existentes com o Comité Olímpico e Paralímpico de Portugal, tornando clara a convicção dos Jogos Santa Casa nestes projetos e afirmando o apoio da marca ao desporto e à caminhada de preparação olímpica de atletas portugueses, agora rumo a Tóquio 2020.

BOLSAS DE EDUCAÇÃO JOGOS SANTA CASA - UM PROJETO DE CONTINUIDADE

Parceiros oficiais do Programa de Responsabilidade Social para a Educação do Comité Olímpico de Portugal e do Comité Paralímpico de Portugal, desde 2014, os Jogos Santa Casa mantiveram o seu indispensável apoio aos respetivos programas anuais de bolsas de estudo a atletas integrados no Projeto Olímpico e Paralímpico.

Lançadas há três anos, estas bolsas permitiram a frequência em Licenciaturas, Pós-Graduações, Mestrados e Doutoramentos, a mais de 87 atletas olímpicos e paralímpicos, permitindo a conciliação da sua vida académica e desportiva. Os Jogos Santa Casa acreditam que a formação e o empenho escolar, aliados ao mérito e talento desportivos, são fatores determinantes para o sucesso das carreiras profissionais futuras e para realização dos sonhos.

Através deste projeto e dos patrocínios concedidos às várias federações, os JSC consolidaram uma vez mais a sua imagem como marca reconhecida nacionalmente no apoio ao desporto e aos movimentos olímpico e paraolímpico de Portugal.

De enaltecer são os resultados de mérito dos bolseiros do ano letivo 2015/2016, de onde se destacam:

- ✓ Rui Bragança (Taekwondo), que alcançou o título de bicampeão mundial e o 9º lugar nos Jogos Olímpicos Rio 2016;
- ✓ Teresa Portela (Canoagem), que alcançou o 11º lugar nos Jogos Olímpicos Rio 2016;
- ✓ Diogo Abreu (Ginástica), com o 16º lugar nos Jogos Olímpicos Rio 2016;
- ✓ Telma Monteiro (Judo), que arrecadou, orgulhosamente, a Medalha de Bronze, jogos olímpicos;
- ✓ David Grachat (natação paralímpica), com a 8ª classificação nos 400 metros livres, classe S9, Jogos Paralímpicos Rio 2016;
- ✓ Nelson Lopes (natação paralímpica), com a 9ª classificação nos 50 metros costas classe S4, Jogos Paralímpicos Rio 2016;
- ✓ Joana Santos (atleta surdolímpica de judo), que se consagrou campeã do Mundo de Judo.

“... São excecionais e porque mais de 65 por cento conseguem combinar a sua carreira desportiva de excelência com carreiras académicas de excelência. Isto deve ser usado como exemplo para todos nós, temos de estar orgulhosos”.

Pedro Garcia, chefe de missão nos Jogos Olímpicos 2016

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO (FPJ)

Mais uma Medalha Olímpica e o primeiro Judoca Português a participar nos Jogos Paralímpicos!

A performance atingida no último ciclo olímpico permitiu à Federação Portuguesa de Judo atingir resultados históricos, os quais tiveram como ponto alto a conquista da Medalha de Bronze pela judoca Telma Monteiro nos Jogos Olímpicos Rio 2016, também ela uma das atletas bolseiras do projeto de responsabilidade social desenvolvido entre o Comité Olímpico de Portugal e os Jogos Santa Casa.

No Judo, o patrocínio dos Jogos Santa Casa permitiu canalizar verbas para o crescimento da modalidade em Portugal mas, sobretudo, permitiu um maior desenvolvimento no Judo Adaptado. Esse apoio foi essencial para, pela primeira vez, ser possível a participação de um judoca luso nos Jogos Paralímpicos – trata-se de Miguel Vieira que, na sua estreia, conseguiu um honroso 9º lugar.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM (FPC):

Nunca a Canoagem teve tantos atletas Federados!

Os Jogos Santa Casa são, desde 2013, o principal patrocinador da Federação Portuguesa de Canoagem, percorrendo, desde então, uma caminhada conjunta pautada por inúmeros feitos. O número de praticantes aumentou consideravelmente e, em 2016, atingiu-se a marca dos 3000 atletas federados, foram alcançadas 64 medalhas em Campeonatos da Europa e do Mundo, e conseguiu-se trazer para Portugal a organização de provas internacionais.

O trabalho desta Federação, em parceria com os Jogos Santa Casa, teve o seu ponto alto nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, quando a Canoagem conseguiu, pela primeira vez na sua história, levar a maior comitiva de sempre a uns Jogos Olímpicos, num total de 8 atletas.

Prosseguindo a sua estratégia de apoio ao desporto, mas também à criação de condições para que os atletas possam prosseguir os seus estudos, esta parceria possibilitou ainda a criação de uma Residência Universitária, em Montemor-o-Velho, por onde já passaram atletas de renome Europeu e Mundial.

"O apoio dos Jogos Santa Casa à Federação Portuguesa de Canoagem tem-se revelado fundamental para que a modalidade se mantenha, nos últimos anos, como uma referência no panorama desportivo nacional e uma potência internacional. Esta parceria tem permitido aumentar a qualidade nas organizações dos campeonatos nacionais, e sobretudo, permitir níveis de excelência na organização de grandes eventos internacionais, de que Portugal tem sido palco, uma imagem de marca da Canoagem portuguesa. De igual forma, tem garantido que a participação das equipas nacionais em competições internacionais seja mais alargada, nomeadamente nos escalões de formação, assumindo um papel preponderante no desenvolvimento desportivo da modalidade e dos seus jovens praticantes. Os Jogos Santa Casa percorreram o caminho com a Canoagem até ao Rio 2016, e contamos caminhar lado a lado até Tóquio 2020!",

Vitor Félix - Presidente da Federação Portuguesa de Canoagem

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO (FPR)

A reabilitação de uma modalidade secular em Portugal!

Com o principal objetivo de credibilizar a imagem desta entidade junto da comunidade desportiva nacional, os Jogos Santa Casa renovaram, em 2016, o Patrocínio à Federação Portuguesa de Remo. Ao longo do ano transato foram desenvolvidas inúmeras iniciativas que visaram alcançar esse objetivo, nomeadamente a criação de um novo *site* para maior ligação entre praticantes, clubes e federação, a criação de prémios de inscrição, participação e permanência na modalidade, e a criação do primeiro Circuito de Remo de Mar.

A Federação Portuguesa de Remo desenvolveu ainda um excelente trabalho no que diz respeito ao incentivo da prática do Remo Adaptado, através de uma política de preços preferenciais para atletas portadores de deficiência, reforçando o apoio técnico, aumentando o número de ações de Remo Adaptado, nas quais se incluem regatas de Remo adaptado em todos os Campeonatos Nacionais, e lançando um projeto-piloto de treino regular em Remo adaptado com uma IPSS.

Apesar de não ter conseguido a participação de nenhum atleta nos Jogos Olímpicos do Rio 2016, a Federação Portuguesa de Remo mantém a expectativa de alcançar resultados olímpicos de excelência em Tóquio 2020.

“No Remo, esta parceria (com os Jogos Santa Casa) é o motor de motivação, credibilização e ascensão da Modalidade. A comunidade desportiva e social passou a olhar para o nosso desporto com o reconhecimento de qualidade, transparência e exigência... As ramificações deste novo posicionamento proporcionado pelo JSC são grandes e de diversa escala. Na data de hoje já são muitos aqueles que se querem juntar a nós, as seleções nacionais e olímpicas são um desses fortes exemplos. A quantidade de jovens talentos, dispostos a apostar e optar por uma vida de Alto rendimento é cada vez maior e já com resultados que indicam um futuro muito interessante para o Remo Nacional. Esta parceria, por toda a inovação, ambição e motivação que tem criado é um exemplo Nacional e de referência. Para além do Remo, todo o Desporto Português necessita de suporte e exemplos deste calibre, que este posicionamento da vossa instituição se mantenha, pois tem impacto direto nos nossos atletas, por isso contribui também para cidadãos melhores e consequentemente um país melhor e mais desenvolvido...”

Luís Ahrens Teixeira, Presidente da Federação Portuguesa de Remo

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TÉNIS DE MESA (FPTM)

A maior participação de sempre em Jogos Olímpicos!

2016 foi o ano de consolidação do patrocínio dos Jogos Santa Casa à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa. E foi também o ano de afirmação da modalidade em termos internacionais, com a maior comitiva de sempre presente nuns Jogos Olímpicos, marcada pela obtenção de um honroso 5º lugar.

Em conjunto com os Jogos Santa Casa, a Federação Portuguesa de Ténis de Mesa deu continuidade ao projeto de desenvolvimento do Ténis Adaptado, através da realização do Circuito de Ténis de Mesa Adaptado Jogos Santa Casa.

“O apoio que os JSC deram à FPTM tornou-se fundamental para persecução de projetos desportivos e de desenvolvimento planeados para o ano de 2016, um ano importantíssimo por ser o ano dos Jogos Olímpicos e por isso mesmo representar o final de um ciclo. O apoio JSC tornou-se ainda fundamental para dar seguimento ao projeto de Ténis de Mesa Adaptado com o crescimento do Circuito Nacional de TM Adaptado que já recebeu mais de 30 atletas. Foi ainda possível fazer crescer a atividade das seleções nacionais jovens, quer através de estágios para aperfeiçoamento técnico/tático quer através de ações de

deteção de talentos. Foi ainda possível continuar a nossa atividade junto das escolas consolidando o projeto Ténis de mesa Vai à Escola e alargando a área de intervenção junto do Desporto Escolar.

A isto se junta o prestígio que a marca JSC traz às camisolas das seleções nacionais!"

Pedro Moura, Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE RUGBY (FPRBY)

Uma Seleção de Bolseiras Jogos Santa Casa!

Também, em 2016, foi renovado o apoio dos Jogos Santa Casa à Federação Portuguesa de Rugby, como Principal Patrocinador e *Naming Sponsor* da Taça de Portugal Sénior de Rugby de XV. E, pela primeira, vez a seleção feminina de rugby - as "Lobas" - disputou o torneio Final de Apuramento para os Jogos Olímpicos, naquele que foi o maior feito alcançado por uma equipa portuguesa, e que colocou o rugby feminino numa posição cimeira no conjunto de todas as modalidades coletivas femininas portuguesas.

Os Jogos Santa Casa, através das suas bolsas de educação com o Comité Olímpico, apoiam 8 atletas da Seleção Feminina de Rugby.

"O projeto olímpico das seleções nacionais de rugby, e em particular o trajeto da equipa feminina que ficou às portas do apuramento, não seriam possíveis sem o apoio dos Jogos Santa Casa. O sonho olímpico faz-se de enorme sacrifício, disponibilidade e compromisso por parte dos praticantes, e as Federações só conseguem criar condições de rendimento com o apoio de instituições que compreendem o especial desafio que é colocado aos nossos jogadores e jogadoras. Cabe às Federações assegurar que os investimentos perduram para além do ciclo olímpico específico e nesse sentido o futuro do rugby nacional tem também a marca indelével dos Jogos Santa Casa".

Luís Cassiano Neves, Presidente da Federação Portuguesa de Rugby

2ª SEMANA EUROPEIA DO DESPORTO

Pelo segundo ano consecutivo, os Jogos Santa Casa associaram-se à Semana Europeia do Desporto, uma iniciativa promovida pela Comissão Europeia e celebrada em conjunto com as entidades parceiras/patrocinadas pelos Jogos Santa Casa, que ocorreu entre os dias 24 e 30 de setembro.

Foram várias as iniciativas de âmbito desportivo organizadas para fomentar a prática de diversas modalidades – como o ciclismo, o remo e a canoagem -, junto do público em geral e também dos colaboradores da instituição, permitindo ainda o contacto direto e a troca de experiências com alguns atletas de renome de cada modalidade.

Para os seus colaboradores e para além deste programa desportivo *outdoor*, os Jogos Santa Casa assinalaram esta data também entre portas. Assim, e sob a mensagem #beactive, foram dinamizadas várias atividades desportivas no edifício sede do Departamento de Jogos, convidando todos a participar em diversas aulas desportivas, também elas promovidas e articuladas em conjunto com entidades patrocinadas, nomeadamente as federações de Judo, Canoagem e de Remo.

2.4.2 Retorno Social

Ao financiamento direto das boas causas acresce o montante entregue ao Estado sob a forma de imposto do selo, constituindo-se, deste modo, **o total de valores que se traduzem em retorno social e que, em 2016, foi de 861,1 milhões de euros.**

O imposto do selo gerado pelos JSC neste último ano atingiu 183,6 milhões de euros, tendo registado um crescimento de 2,9% face a 2015, sobretudo motivado pelo aumento do valor em apostas, uma vez que o imposto resultante dos prémios atribuídos diminuiu, fruto da atribuição de um valor de prémios inferior nas categorias superiores a 5.000 euros.

No entanto, a receita fiscal resultante das taxas que incidiram sobre as vendas (4,5% incluídos no valor da aposta) e sobre o valor dos prémios (20% sobre o parcela do prémio que excede os 5.000 euros) continuou a constituir uma parcela bastante significativa da receita fiscal do Estado em imposto do selo, tendo representado 12,2% do total da receita originada por este imposto.

Tabela 2: Importância da receita fiscal de imposto do selo dos JSC na receita do Estado: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)

	2014	2015	2016
Imposto do Selo sobre Vendas	81,0	96,5	119,5
Imposto do Selo sobre Prémios	64,0	81,9	64,1
TOTAL	145,0	178,4	183,6
Peso na receita fiscal do Estado em Imposto do Selo	11,1%	13,1%	12,2%

2.4.3 Coesão Social

Em 2016 a contribuição global dos Jogos Santa Casa para ações que se inserem na promoção da coesão social em Portugal ultrapassou os mil milhões de euros, totalizando 1.086,7 milhões de euros.

Para além do financiamento das políticas sociais do Estado incluem-se neste patamar de retorno:

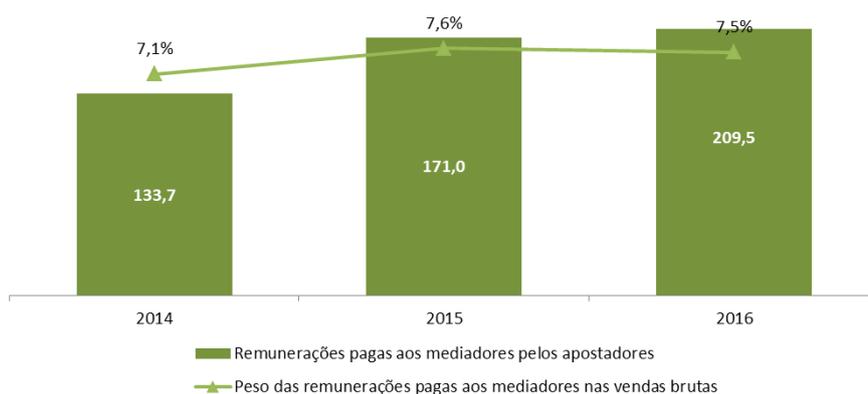
- o investimento realizado na defesa da legalidade do jogo a dinheiro, no combate à fraude fiscal e ao branqueamento de capitais enquanto fenómenos potencialmente associados a práticas de jogo e na promoção do Jogo Responsável como meio de proteção do património das famílias e da ordem pública, que em 2016 foi de 2,7 milhões de euros, tendo ultrapassado em mais de 1,5 milhões de euros o realizado no ano anterior;
- a afetação de receita das apostas desportivas à cota para apoio às entidades organizadoras de eventos desportivos, clubes e atletas, em resultado do que vieram determinar as disposições legais que aprovaram em 2015 o Regime de Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, e que em 2016 ascendeu a 13,5 milhões de euros;
- as remunerações pagas pelos apostadores aos mediadores dos jogos sociais do Estado, que em 2016 totalizaram 209,5 milhões de euros.

Relativamente às remunerações pagas aos mediadores, importa sublinhar que estes montantes se consubstanciam como suporte financeiro, em muitos casos determinante, para um conjunto

alargado de empresas, na sua maioria pequenas e médias empresas, instaladas em todo o País, promovendo, desta forma, a atividade empresarial e o emprego em inúmeras economias locais.

Em 2016, não obstante o aumento do número de pontos de venda, mais 151 do que no ano anterior o que perfaz 4.969 pontos de venda no final do ano, o valor anual recebido por ponto de venda registou uma subida significativa, tendo sido, em média, de 42,2 mil euros, estimando-se que na sua globalidade, estas remunerações tenham assegurado mais de 14.500 postos de trabalho.

Gráfico 4: Remunerações pagas aos Mediadores pelos Apostadores: 2014 – 2016
(milhões de euros; %)



Apesar de uma pequena diminuição em 2016 do peso relativo do valor recebido pelos mediadores nas vendas brutas, nos últimos anos tem sido crescente o valor absoluto recebido pelos mesmos. Tal facto deve-se, por um lado, ao aumento relativo das vendas da Raspadinha, cuja remuneração para o mediador é superior à proporcionada pelos restantes jogos do portefólio JSC e, por outro, à crescente preferência dos apostadores pela rede física. No último ano, o crescimento das remunerações face a 2015 foi bastante significativo tendo representado um acréscimo de 22,5%.

Por isso se mantém absolutamente pertinente a afirmação de que apostar através da rede comercial reforça o papel dos Jogos Santa Casa enquanto base de coesão social, não apenas pela evidente importância económica, mas também pela sua inquestionável capacidade de permitir aliar o entretenimento partilhado, o convívio e a fruição espaço público que hoje são aspetos bastante valorizados pelos consumidores, num contexto de pós-reajustamento imposto por um longo período de forte condicionamento dos rendimentos.

2.4.4 Retorno Total

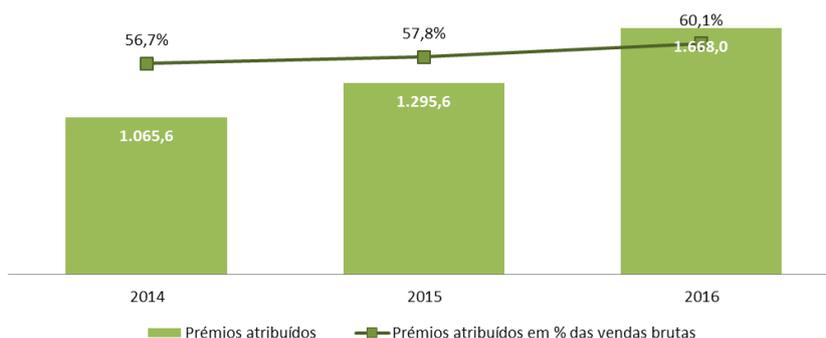
O retorno total gerado pelos Jogos Santa Casa para a sociedade foi de 2.690,6 milhões de euros em 2016.

Neste último patamar de retorno à sociedade somam-se os prémios atribuídos deduzidos do imposto do selo sobre prémios, já considerado ao nível do retorno social. No último ano os

prémios atribuídos¹ totalizaram 1.668,0 milhões de euros, mais 372,4 milhões de euros do que em 2015.

Este acréscimo em volume é acompanhado por um ganho de importância relativa medida em função das vendas brutas, mantendo-se a tendência dos últimos anos. Em 2016 a parcela das vendas brutas destinada a prémios foi de 60,1%, após ter-se registado um peso relativo de 57,8% em 2015 e de 56,7% em 2014.

Gráfico 5: Prémios Atribuídos: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)



2016 foi mais um ano marcado pela distribuição de muitos e grandes prémios aos portugueses que tentaram a sua sorte no leque dos jogos disponibilizados pela marca Jogos Santa Casa.

MAIORES PRÉMIOS ATRIBUÍDOS EM 2016		
JOGO	VALOR BRUTO DO PRÉMIO	VALOR DA APOSTA/BILHETE/FRAÇÃO
Euromilhões	73.002.277,00 €	6,00 €
M1LHÃO	1.000.000,00 €	0,30 €
Totoloto	7.028.035,33 €	5,40 €
Totobola	274.331,60 €	12,80 €
Totobola extra	10.042,05 €	14,40 €
Joker	7.268.994,00 €	1,00 €
Lotaria Clássica	250.000,00 €	15,00 €
Lotaria Popular	75.000,00 €	3,00 €
Raspadinha	504.000,00 €	10,00 €
Raspadinha <i>online</i>	30.000,00 €	1,00 €
Placard	25.113,00 €	50,00 €

Tal como em 2015, o **Euromilhões** destacou-se dos demais jogos com a atribuição de **5 primeiros prémios em Portugal**, num valor global de **mais de 219,5 milhões de euros**. Apesar de inferior ao valor total acumulado em 2015, este valor foi muito superior aos anteriores anos, já considerados excecionais em termos de “sorte nacional”, como foram os anos de 2007 (com 9 primeiros prémios atribuídos mas com o valor total de prémios atribuídos de 148,3 milhões de euros), o de

¹ Corresponde ao Valor Bruto dos Prémios, sem dedução do imposto do selo sobre prémios

2006 e de 2013 (com 7 primeiros prémios atribuídos, no valor de 130,8 e 149,9 milhões de euros, respetivamente).

O maior prémio atribuído neste jogo social em Portugal continua a ser o de 190 milhões de euros, registado por um apostador de Castelo Branco, em outubro de 2014. Desde o seu lançamento em 2004 e até ao final de 2016, Portugal contabilizou um total de **63 primeiros prémios** do Euromilhões, equivalentes a **mais de 1.864,4 milhões de euros**, mantendo assim a posição de 3º lugar no *ranking* dos países com o maior número de prémios atribuídos neste jogo, antecedido por Espanha (2º) e França (1º).

Este jogo continua a estar no topo das preferências dos apostadores, tendo sido gerador de cerca de 6.700 notícias ao longo do ano.

Também para os apostadores fiéis ao **Totoloto**, 2016 foi um ano de sorte na medida em que este jogo atribuiu **5 primeiros prémios**, o mais elevado dos quais no valor de cerca de 7,3 milhões de euros atribuídos, em dezembro, a um único apostador do distrito de Lisboa que registou uma aposta de 5,40 euros. O maior prémio do Totoloto continua a ser o atribuído em 2011, no valor aproximado de 15 milhões de euros.

Já o **Totobola**, em fevereiro de 2016, no concurso nº 05 deste jogo, atribuiu o maior prémio de sempre - superior a 1 milhão de euros -, repartido por 111 apostadores. Este prémio ultrapassou o maior *jackpot* verificado até à data, no valor total de 783.723,00€, atribuído no concurso nº 08, de 20 de fevereiro de 2011, correspondendo a uma aposta registada no distrito de Lisboa.

Também o **Joker** atribuiu, em abril do ano transato, um primeiro prémio no valor de mais de 7,2 milhões de euros, a um apostador do distrito de Santarém.

Em 2016, os distritos mais “sortudos” do país e que registaram o maior número de prémios acima de um milhão de euros foram, em primeiro lugar, Lisboa, onde foram atribuídos 7 prémios, seguido dos distritos do Porto, Coimbra e Santarém, cabendo a cada distrito 3 prémios, respetivamente.



Capítulo 3: Os grandes marcos de 2016

3.1 Placard: 1 ano de consolidação no mercado das apostas desportivas à cota

Um ano depois de ter sido lançado, a 9 setembro de 2015, o Placard revelou-se um jogo de sucesso junto dos apostadores portugueses, posicionando-se como 3º produto no portefólio dos Jogos Santa Casa, ultrapassando as melhores expectativas nos valores esperados para a sua exploração.

Apesar da curva de aprendizagem do jogo ser mais longa que a dos restantes jogos do portefólio, os números do 1º ano de vida do Placard (entre setembro de 2015 e setembro de 2016) surpreenderam pela positiva: foram mais de 300 milhões de euros obtidos em vendas (brutas) e quase 1 milhão de apostadores a tentar a sua sorte neste jogo, com 200 milhões de euros em prémios atribuídos e uma clara preferência pela modalidade do Futebol e pelo tipo de aposta “combinada”. A App Placard, que apesar de não permitir a possibilidade de apostas no jogo, contabilizou mais de 750 mil *downloads* como importante apoio aos apostadores para consultas e informações.

O balanço extremamente positivo do lançamento do Placard veio reforçar a ideia consolidada do Departamento de Jogos de que a maioria dos apostadores encontra na oferta dos Jogos Santa Casa a resposta adequada à sua procura de jogo a dinheiro, num ambiente controlado, seguro e de confiança, tendo sido este claramente um passo importante no rejuvenescimento do portefólio de jogos sociais e um passo fundamental no alargamento da base de apostadores JSC.

Marcando a sua presença no Futebol, dando o *naming* à Taça de Portugal, a marca Placard apostou no ténis em Portugal, como *Senior Sponsor* do “Estoril Open 2016” e assumiu-se, em outubro último, como *Naming Sponsor* da Liga Portuguesa de Basquetebol, a principal competição nacional desta modalidade.

Com o patrocínio à Liga Portuguesa, através da Federação Portuguesa de Basquetebol, o Placard ficou, efetivamente, ligado às 3 modalidades que são atualmente alvo da sua oferta.

3.2 M1LHÃO: o lançamento do novo jogo social do Estado e as alterações ao Euromilhões

O ano de 2016 foi um ano marcante para um dos jogos preferidos dos portugueses, o Euromilhões. Em julho, o DJSCML anunciou publicamente que o jogo multijurisdicional iria sofrer alterações, a partir de 24 de setembro, no âmbito de uma decisão tomada pelo grupo internacional coordenador do jogo, composto pelas lotarias participantes.

O dia 24 de setembro marcou, desta forma, o início das apostas no “novo” Euromilhões, cujo primeiro sorteio aconteceu a 27 de setembro, e que contou com diversas alterações:

- 12 números na grelha das estrelas (em vez de 11);
- um valor mais elevado para o 1º prémio (17 milhões de euros, em vez de 15 milhões);
- sorteios promocionais com valores de Super Jackpot Mínimo Garantido mais elevados (a partir dos 130 milhões de euros);
- novos sorteios promocionais que permitem a atribuição de mais prémios como a “Chuva de Milionários” (atribuição de 25 prémios no valor de 1 Milhão de euros cada, sorteados entre todos os países participantes).

Cada aposta simples no Euromilhões passou a custar €2,50, valor que passou, também, a incluir a participação obrigatória no M1LHÃO, o jogo que atribui garantidamente e todas as sextas-feiras um milhão de euros, em exclusivo para apostas registadas em Portugal e cujo preço por aposta (0,30 euros) está incluído no valor mínimo de uma aposta do Euromilhões.

No dia 30 de setembro de 2016 assistiu-se, no Departamento de Jogos, de Lisboa, ao primeiro sorteio do M1LHÃO, um sorteio totalmente digital, que contemplou um apostador de Braga.

Também a 30 de setembro, os apostadores do Euromilhões puderam tentar a sua sorte no Super Jackpot Mínimo Garantido (SJMG), agora com um 1º prémio de 130 milhões de euros, em vez de 100 milhões de euros, como acontecia até à data.

A 27 de outubro, realizou-se um novo sorteio promocional, desta vez a “Chuva de Milionários” que, de um total de 25 apostadores da comunidade dos países participantes do Euromilhões que registaram a sua aposta no Euromilhões, contemplou 2 apostadores portugueses, cada um com um prémio de 1 milhão de euros.

Sob o lema **“São milhões que nunca mais acabam!”**, foi lançada uma campanha publicitária a anunciar as inúmeras novidades do jogo com que todos os portugueses sonham. Assente no conceito “Há mais milhões no Euromilhões”, esta campanha visou, num primeiro momento, informar os apostadores das alterações ao Euromilhões e, num segundo momento, assinalar a chegada de um novo jogo social do Estado que, apesar de associado ao Euromilhões, se juntaria aos restantes Jogos Santa Casa.

Com o título **“Milhão, Milhão”**, a campanha publicitária que apresentou o jogo M1LHÃO ficou marcada por uma forte associação à portugalidade, revisitando alguns elementos da cultura

popular portuguesa à luz da modernidade, como o Galo de Barcelos que surgiu em inúmeras peças criativas.

Mantendo a autenticidade e aquela que representa a sua atual assinatura – “A criar excêntricos de um dia para o outro” – o Euromilhões, agora também com o M1LHÃO, promete continuar a atribuir milhões que nunca mais acabam, contribuindo, assim, para concretizar os sonhos de muitos apostadores portugueses!

3.3 “A sorte não escolhe o momento”: o lançamento da App JSC

Numa lógica de proximidade e conquista de novos públicos e apostadores, o Departamento de Jogos lançou, a 19 de maio, a nova aplicação móvel (**App JSC**) para aposta e consulta de chaves e resultados dos jogos sociais do Estado.

Permitindo, numa primeira fase, a aposta no Euromilhões, Totoloto e Joker, a que se juntou o M1LHÃO em setembro, bem como a consulta de chaves e resultados dos restantes jogos que compõem o portefólio dos JSC (com exceção do Placard que já dispõe de uma aplicação específica para consulta de informação), a nova App JSC distingue-se pela componente de entretenimento, disponibilizada através da funcionalidade de criação de chaves aleatórias geradas através de três modalidades: automática (semelhante à utilizada no Portal Jogos Santa Casa e na rede de mediadores oficiais), de som (através da gravação de um som) e do acelerómetro (através do movimento do próprio telemóvel), para além de permitir a personalização do ambiente do jogo e disponibilizar “*countdown*” para os sorteios.

Sob o lema “A sorte não escolhe o momento”, os Jogos Santa Casa lançaram a campanha de apresentação deste novo canal de vendas, prosseguindo a sua estratégia de modernização e evolução tecnológica e acompanhando as tendências de procura de plataformas tecnológicas mais modernas e funcionais. Este canal surge em resposta aos inúmeros pedidos dos apostadores do Portal Jogos Santa Casa (www.jogossantacasa.pt) que procuram um acesso mais imediato e prático para aposta nos jogos sociais do Estado, permitindo a App o registo direto de novos apostadores.

Simple e intuitiva, a nova aplicação móvel é a única App oficial dos Jogos Santa Casa, garantindo a integridade de todas as operações de jogo realizadas, assim como a idoneidade no pagamento dos prémios, a total segurança na colocação de apostas e a absoluta confiança nos dados disponibilizados.

Em oito meses (de maio a dezembro), a App JSC possibilitou o registo de 15.423 novos utilizadores (no portal JSC), somando mais de 176.000 *downloads* efetuados e um total de vendas superior a 3,8 milhões de euros.

3.4 Novas instalações no Porto

2016 foi também um ano de grandes desafios para a delegação do Porto do DJSCML que, no final do ano, passou a ter uma nova morada, com lugar a novas e modernas instalações. Sediada, desde 1968, na Rua da Restauração, a delegação do norte do DJSCML mudou-se para o nº 86 da Rua de Aleixo da Mota, no Largo do Calém, no Porto.

48 anos depois, a atividade da sede do Departamento de Jogos no Porto bem como os seus colaboradores ganhou um novo fôlego. Com esta mudança de instalações, melhoraram-se as condições de trabalho, contribuindo as mesmas para uma maior eficiência e produtividade ao nível da operação de exploração dos jogos sociais do Estado.

A melhoria é visível para todos quantos utilizam os serviços disponibilizados na zona norte do país, uma vez que estas novas instalações da Delegação do Porto disponibilizam um Auditório com capacidade para 75 pessoas, uma Sala de Formação devidamente equipada, e ainda duas salas específicas para atendimento a premiados. De destacar a localização na zona nobre da cidade do Porto, a Foz do Douro, e a maior facilidade de acessos comparativamente às instalações anteriores.

3.5 Os jogos sociais do Estado mais próximos dos portugueses

O ANO EM REVISTA

Mais de 12 mil de notícias foram publicadas sobre os Jogos Santa Casa e seus produtos, no ano passado, traduzindo-se numa média de cerca de 33 publicações diárias. Representando um retorno financeiro total de mais de 42 milhões de euros e quase 2 milhões de pessoas impactadas pelas mesmas (GRP's - Gross Rating Points), estes dados refletem um aumento de 2000 notícias geradas ao longo do ano, comparativamente com 2015, e um retorno financeiro de mais 6 milhões de euros e um registo de mais 315 mil GRP's.

A **internet** foi o meio que mais referiu a marca JSC e os jogos sociais do Estado (representando 44,6% das notícias geradas), logo seguida da Imprensa (36,9%), da TV (11%) e Rádio (7,4%), destacando-se a TV como o meio que maior retorno financeiro gerou, com mais de 26 milhões de euros.

De entre os inúmeros suportes mediáticos que publicaram notícias sobre os Jogos Santa Casa, a **imprensa generalista** foi a que gerou o maior número de notícias ao longo do ano (3486), representando 49% do retorno financeiro total, logo seguida da imprensa desportiva (693 notícias) que gerou um retorno financeiro de 39%. O Correio da Manhã foi o suporte que publicou o maior número de notícias (604) com referência à marca, logo seguido da rádio Antena 1 (497) e da TVI24 (430).

No suporte da Internet que, como já referido, registou o maior número de notícias ao longo do ano (5390), o **Euromilhões** foi líder nos temas mais falados (3027 notícias), logo seguido das notícias sobre prémios e premiados dos JSC (2º lugar, com 1673) e do tema Apostas Desportivas (em 3º lugar, com 699).

Na Imprensa, também o Euromilhões ocupou o 1º lugar (1862), seguindo-se o Totoloto (1551) e os restantes jogos sociais do Estado. Já o Placard, com apenas um ano de existência, ficou a meio da tabela de notícias publicadas (395) neste suporte, mas que representaram o maior retorno financeiro (mais de 3,5 milhões de euros) quando comparado com os outros temas.

O mesmo aconteceu na Rádio e na TV, pese embora, nestes suportes, o Euromilhões tenha assumido um destaque muito maior relativamente a outros temas relacionados com os Jogos Santa Casa.

Numa perspetiva multimeios da comunicação das marcas do portefólio dos jogos sociais do Estado, dois principais temas assumiram particular destaque nos milhares de notícias publicadas ao longo do ano, nomeadamente o Euromilhões, com um total de 6672 notícias, e o Totoloto em 2º lugar, com 2103 notícias. Já o tema “Prémios dos jogos sociais do Estado” surgiu logo a seguir, em 3º lugar, com 2011 notícias publicadas nos diversos meios de comunicação social. Também as marcas “Placard” e “Raspadinha” geraram um significativo número anual de notícias, com cerca de 790 e 480 publicações, respetivamente.

De salientar ainda que outros temas importantes para o negócio, como “Jogo *online*”, “Apostas desportivas”, “Manipulação de resultados desportivos” e ainda “Jogo ilegal” geraram um considerável *buzz* ao longo do ano. Também o mais recente membro da “família” Jogos Santa Casa – o M1LHÃO – foi responsável por, em apenas 3 meses, mais de 200 notícias nos vários órgãos de comunicação social nacionais.

Maio foi o mês com maior número de notícias publicadas nos diversos suportes mediáticos (cerca de 2600), tendo sido o Euromilhões o tema mais referido devido à atribuição do jackpot de mais de 73 milhões de euros no sorteio nº 38/2017, de 10 de maio. Também julho, setembro e outubro foram meses que geraram, igualmente, milhares de notícias, ao tratarem-se de meses que coincidiram com os comunicados oficiais do Departamento de Jogos a propósito das alterações ao Euromilhões, do lançamento do M1LHÃO, no final de setembro, e do evento promocional Chuva de Milionários, ocorrido em outubro.

2016 foi, sem dúvida, mais um ano muito importante e mediático para a marca Jogos Santa Casa e para os seus produtos, sobretudo se comparando a sua presença nos meios com a de outras grandes marcas nacionais que interagem, diariamente, com os portugueses, comprovando-se, uma vez mais, a grande proximidade e afinidade da marca corporativa Jogos Santa Casa no seio da nossa sociedade.

UMA APOSTA EM GRANDE NA LOTARIA!

A Lotaria Clássica, o produto mais emblemático e tradicional do portefólio dos JSC, reforçou, em 2016, a sua estratégia de proximidade com os apostadores, ao procurar espelhar, ao longo das 51 extrações, temas relevantes para os portugueses, nomeadamente temáticas associadas a datas de celebração tradicionais e pessoais.

Não só através dos temas das extracções, mas também nas diversas áreas de implementação da marca, existiu a preocupação de traduzir a estratégia de proximidade definida, assente num forte eixo emocional e tradicional. Exemplo disso é o formato do programa televisivo “**Hora da Sorte**”, no qual é efetuada a extração da Lotaria Clássica e que conta com transmissão às segundas-feiras, na RTP2, onde o entretenimento é associado à responsabilidade social inerente à exploração dos jogos sociais do Estado, através da presença semanal de convidados escolhidos de entre as diversas áreas de atuação da SCML ou das equipas e serviços do Departamento de Jogos, ou ainda dos inúmeros beneficiários das receitas dos jogos sociais, envolvendo os espetadores naquelas que são as Boas Causas levadas a cabo por todo o país.

Esta estratégia de aproximação da Lotaria aos portugueses ganhou um especial impulso na quadra natalícia quando, entre 6 e 23 de dezembro, foi desencadeada em todo o território nacional mais uma ação itinerante da Lotaria Clássica do Natal que percorreu as 18 capitais de distrito, numa iniciativa conjunta com o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias: duas carrinhas “vestidas a rigor” levaram a sorte até bem perto de todos os portugueses, com brindes e momentos de animação, com o objetivo de promover a marca e as vendas da Lotaria Clássica junto da rede de mediadores, fomentando a interação deste produto com a população de cada uma das cidades, procurando reforçar, desta forma, as principais mensagens presentes na campanha publicitária aprovada para o ano transato.

Dando continuidade à tradição iniciada há 4 anos de associação da Lotaria Clássica do Natal às comemorações desta quadra na cidade de Lisboa, e que se tem materializado através da presença de marca num evento de Natal aberto à cidade de Lisboa, em 2016 foi decidido associar a Lotaria ao evento natalício de maior dimensão: o **Wonderland Lisboa 2016**, que abriu portas no Parque Eduardo VII, junto ao Marquês de Pombal, do dia 8 de dezembro ao dia 8 de janeiro de 2017.

A iniciativa produzida pela TVI, contou com o apoio dos Jogos Santa Casa como patrocinador principal e também da Câmara Municipal de Lisboa. Uma pista de gelo ecológica de 800 m², uma rampa de gelo, uma árvore de natal com 10m, um globo de neve e a tradicional Casa do Pai Natal, foram algumas das atrações disponíveis gratuitamente ao público visitante, oferecendo concertos, entretenimento e animação, contando ainda com 52 quiosques de venda de artesanato português, produtos regionais, moda e acessórios e ainda doçaria típica de Natal, e onde não faltou os já tradicionais quiosques de venda de Lotaria Clássica e Popular.

Procurando alargar a presença a mais de um espaço na cidade, o DJSCML decidiu, numa iniciativa inédita, marcar ainda presença no **Mercado de Natal de Lisboa**, realizado na Praça do Município, entre os dias 8 e 23 de dezembro, organizado de forma tripartida pela SCML, pela Cofina Eventos e pela Câmara Municipal de Lisboa, e que veio trazer alegria e convívio a todas as famílias que por lá passaram, de forma intimista e gratuita, ao nível dos melhores mercados de Natal da Europa.

Transmitida em direto pela TVI para todos os portugueses e perpetuando o que já vem sendo uma tradição nacional, o momento da extração da Lotaria Clássica do Natal realizou-se no dia 23 de dezembro, na emblemática Sala de Extrações que voltou a ser palco deste sorteio, que faz parte do imaginário da época e da tradição de muitos apostadores portugueses. Com o 1º prémio, no valor de 12,5 milhões de euros, vendido em Faro, em 2016, a Lotaria Clássica do Natal contou com um montante global para prémios no valor de 52,5 milhões de euros, distribuídos numa emissão de dez séries de 100 mil bilhetes, divididos em “quintos”.

Para fechar o ano com chave de ouro, procedeu-se à **extração da 52ª Lotaria Clássica do Fim de Ano**, no dia 30 de dezembro, também na Sala de Extrações. Em 2016, do número correspondente

ao 1º Prémio da Lotaria Clássica do Ano Novo, no valor de 5 milhões de euros, não foi vendida nenhuma fração. Já o 2º prémio, no valor de 1 milhão de euros, foi vendido no Funchal e no Porto, tendo o 3º prémio contemplado um apostador de Setúbal. Esta extração extraordinária contou ainda com um valor total de prémios de 18,375 milhões de euros, distribuídos pelas diferentes categorias.

MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SORTEIOS

2016 marca também o ano de aquisição de novos equipamentos de sorteio do Totoloto, Joker e Lotaria Nacional, visando a manutenção da certificação dos mesmos, a melhoria contínua de processos e a modernização de uma área que é o coração do negócio – a área Técnica.

Os novos equipamentos garantem não só a redundância funcional no local habitual de sorteio, como também a criação de um local alternativo que viabiliza a realização de sorteios itinerantes, assegurando o mínimo de risco. Integradas nos processos de manutenção e certificação regulares, as novas máquinas recebem visitas periódicas dos fabricantes que atestam o seu bom funcionamento e a aleatoriedade dos sorteios efetuados, integrando-se as auditorias e calibrações de bolas de sorteio (2 vezes por ano) em auditoria interna com a presença do Júri, e em auditoria externa por laboratório independente, credenciado e certificado.

Todo o trabalho desenvolvido garante o normal funcionamento dos sorteios, cumprindo a lei vigente e dos regulamentos dos jogos e garantindo aos apostadores dos Jogos Santa Casa a total aleatoriedade nos resultados dos sorteios assegurados pelo DJSCML.

NOVAS FARDAS: DOS PREGOEIROS DA LOTARIA NACIONAL AOS COLABORADORES NOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO

O projeto do novo fardamento para o DJSCML assentou não só na renovação do vestuário profissional dos pregoeiros da Lotaria Nacional, como também dos colaboradores dos serviços de atendimento ao público (rececionistas e atendimento a premiados), quer na sede em Lisboa, quer na delegação do Porto, conferindo-lhes uma imagem mais moderna e muito mais em linha com a identidade visual da marca corporativa Jogos Santa Casa.

Terminando o ano em beleza, os pregoeiros da Lotaria Nacional apresentaram, com grande orgulho, no dia da extração da Lotaria Clássica do Natal, um visual renovado, bem mais moderno, apelativo e confortável. O *design* do vestuário foi confiado à estilista Isilda Pelicano que atingiu não só os objetivos de uniformização, modernização e elegância da imagem em função da adequação funcional ao utilizador, mas também das características ergonómicas, garantindo assim o conforto de quem a utiliza diariamente.



Capítulo 4: Responsabilidade, Segurança e Gestão do Risco do negócio

4.1 Política de Jogo Responsável: foco na melhoria contínua e na segurança do negócio

Procurando sensibilizar os apostadores, bem como o público em geral, para as especificidades inerentes ao jogo a dinheiro através de informação que lhes permita fazer escolhas informadas sobre as suas atividades de jogo, o DJSCML reforçou, no ano transato, o investimento na sua estratégia de Jogo Responsável através da realização de iniciativas diversas de intervenção direta junto da rede de mediadores, colaboradores, apostadores e população em geral.

Dando continuidade à **Política de Jogo Responsável dos Jogos Santa Casa**, aprovada, em 2015, pela Administração da SCML, com o objetivo de reafirmar o compromisso da Instituição para a adoção dos princípios de Jogo Responsável e de prossecução de uma melhoria contínua das suas medidas e práticas nesse âmbito, 2016 foi um ano de intervenções específicas nesta matéria, com foco na realização de estudos, na formação de colaboradores e de mediadores, no desenvolvimento de informação de marketing e publicidade para sensibilização e encaminhamento de apostadores, e na constante monitorização e produção de relatórios.

MAIS DE 111 MIL HORAS DE FORMAÇÃO AOS MEDIADORES DOS JOGOS SANTA CASA

A formação de mediadores sobre Jogo Responsável tem sido uma prática corrente, desde há alguns anos, acontecendo, por norma, a nível nacional e abrangendo toda a rede de mediadores dos jogos sociais do Estado.

A formação inicial de novos mediadores inclui um módulo específico sobre Jogo Responsável, que prevê questões relacionadas com esta temática, bem como outras ações de formação sobre diversos temas relacionados com as atividades de negócio, como sejam o lançamento e/ou reformulação de produtos e serviços.

Em 2016, a formação à rede de mediadores continuou a ser uma clara aposta do DJSCML, tendo sido realizadas 111.876 horas de formação a cerca de 15 mil participantes, incluindo representantes dos mediadores dos jogos sociais do Estado e respetivos funcionários.

REFORÇO DA COMUNICAÇÃO JUNTO DOS NOSSOS COLABORADORES

Por se considerar de grande relevância a necessidade de atualização de conhecimento junto dos colaboradores do DJSCML, foram implementadas ações com o propósito de aumentar a notoriedade interna do conceito de Jogo Responsável.

Através do envio de *newsletters* sobre as diferentes ações levadas a cabo no âmbito do Jogo Responsável, procurou-se informar e envolver os colaboradores no assunto, dando a conhecer:

- i. A primeira campanha publicitária sobre Jogo Responsável, versando a temática da proibição do jogo a dinheiro por menores de idade: “Há Jogos para Todas as Idades. Jogos a Dinheiro são para Maiores de 18 anos”;
- ii. O *microsite* “Uma Aposta Responsável”, disponível no portal dos JSC, com informação relevante sobre o tema;
- iii. O selo “Aposta Responsável” a utilizar junto da assinatura de emails de todos os colaboradores, para comunicações com o exterior e mesmo nas internas, o que veio consolidar a mensagem que “Apostar nos jogos Santa Casa é uma boa aposta e, pela sua natureza, uma aposta responsável”.

A PRIMEIRA CAMPANHA DE JOGO RESPONSÁVEL: “HÁ JOGOS PARA TODAS AS IDADES”

As conclusões de um estudo de mercado desenvolvido no primeiro semestre de 2016, que pretendia avaliar e caracterizar os hábitos de jogo a dinheiro em Portugal, por parte de indivíduos que convivem habitualmente com menores de idade, vieram reforçar a necessidade de desenvolvimento de campanhas de sensibilização sobre a “proibição de venda de jogo a menores”.

Sob a assinatura “**Há jogos para todas as idades. Os jogos a dinheiro são para maiores de 18 anos**”, o DJSCML lançou no dia 1 de junho, Dia Internacional da Criança, a primeira campanha de comunicação institucional dedicada à temática do Jogo Responsável, com o principal objetivo de promover a mensagem de que o jogo a dinheiro é apenas para maiores de idade, enfatizando a necessidade de promoção de hábitos de jogo responsável junto da sociedade portuguesa - em prol da preservação da manutenção da ordem pública, da proteção do património das famílias e da prevenção de práticas de jogo ilícito, como a fraude e o crime de branqueamento de capitais.

Consolidando a mensagem de que apostar nos Jogos Santa Casa é uma boa aposta mas também, pela sua própria natureza, uma aposta responsável, esta campanha fez nascer uma nova identidade gráfica sob a assinatura “**Uma aposta responsável**”, que passou a constar em todas as peças de comunicação em matéria de Jogo Responsável.

Antecipando o grande mediatismo que o Euro 2016 teria, garantidamente, junto dos apostadores, sobretudo aqueles que apostam no Placard e Totobola, a campanha teve uma presença multimeios - TV, rádio, *online* e exteriores –, assumindo ainda um papel especial na rede de mediadores dos jogos sociais do Estado, onde foi assegurada a distribuição de folhetos informativos sobre a proibição do jogo a menores e alguns conselhos sobre jogo responsável.

Paralelamente, passou a estar disponível no Portal JSC, um *microsite* informativo da estratégia e política de Jogo Responsável promovida pelo DJSCML, em <http://jogoresponsavel.jogossantacasa.pt/>. Este contém diversos conteúdos informativos relevantes para consulta por parte do público em geral, bem como conselhos e contactos úteis para os apostadores dos jogos sociais do Estado.

No decorrer do 3º trimestre e com o objetivo de avaliar o impacto deste investimento publicitário, foi realizado um estudo pós-campanha com cerca de 1000 entrevistas *online*.

Relativamente ao Placard e com o objetivo específico de aumentar a segurança do apostador para este jogo, o DJSCML reforçou ainda a divulgação da **ferramenta de autoexclusão**, através do *microsite* do Placard e dos conteúdos formativos a mediadores. Em simultâneo, foram criadas condições para facilitar o acesso a esta ferramenta de autoproteção, permitindo ao apostador requerer a autoexclusão presencialmente ou por intermédio de outrem.

Esta ferramenta de autoexclusão e informação sobre a mesma foi partilhada com as linhas telefónicas: Linha Apoio ao Jogador e Linha Vida, esta última promovida pelo SICAD (Serviço Intervenção Comportamentos Aditivos e Dependências).

LINHA DE APOIO A JOGO RESPONSÁVEL

Em 2016 deu-se continuidade ao serviço criado em outubro de 2015: a Linha de Apoio Jogo Responsável, destinada a pessoas que sentem ter algum tipo de problema com o jogo a dinheiro, linha esta também disponível para familiares ou amigos dessas pessoas. Trata-se de uma linha independente, anónima e confidencial, da responsabilidade direta do Instituto de Apoio ao Jogador (IAJ), sem qualquer intervenção operacional dos Jogos Santa Casa, que disponibiliza os serviços de atendimento e aconselhamento por psicólogos especializados nos comportamentos aditivos e dependência de jogo a dinheiro.

Para indivíduos autoexcluídos e para assegurar o apoio psicológico numa fase de abstinência de jogo, a Linha de Apoio Jogo Responsável passou a sugerir a participação em programas criados para esta finalidade, totalmente gratuitos e acessíveis.

Esta linha está disponível durante os dias úteis, das 14h às 18h, através de contacto telefónico (21 419 37 21) ou do endereço eletrónico específico (linhadeapoio@iajpt.eu).

4.2 Prevenção e gestão das situações de risco no negócio

O ano de 2016 correspondeu a uma nova etapa no âmbito do Controlo e Gestão de Risco no Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, caracterizada pelo reforço do foco na prevenção e pelo alargamento progressivo do conceito de gestão de risco às restantes áreas de atividade dos Jogos Santa Casa.

Ultrapassada a fase inicial da atividade do Gabinete de Controlo de Gestão de Risco, que coincidiu com a preparação e lançamento do Placard, em setembro de 2015, assumiu-se um novo paradigma de atuação, mais direcionado para a prevenção e identificação de situações de risco potencial, envolvendo os *stakeholders* internos e externos na implementação das soluções que melhor se adequam à Gestão de Risco e às características particulares que a mesma assume no âmbito dos Jogos Sociais do Estado.

Numa perspetiva de atuação transversal e integrada, envolvendo todas as atividades do DJSCML, pretendeu-se criar processos e procedimentos que reforcem a necessidade de colaboração entre todos os intervenientes, diretos e indiretos, assegurando a existência de um elevado nível de sensibilização na organização para a problemática do Risco e para a necessidade de assegurar a sua gestão em termos corporativos. A prevenção e gestão das situações de risco no DJSCML será quanto mais eficaz e eficiente, quanto maior for a capacidade de resposta da organização em termos globais, assumindo particular importância a existência de circuitos de informação e comunicação que garantam a existência de resposta que se revelem adequadas às situações de risco que podem ocorrer.

A nível externo manteve-se a política de colaboração com as diversas entidades internacionais, reforçando a participação do DJSCML nos diversos fóruns de discussão e análise a que já pertencemos. A participação nas atividades da European Lottery (EL), da Word Lottery Association (WLA) e da Corporación Iberoamericana de Loterías y Apuestas de Estado (CIBELAE), possibilitou o acesso às melhores práticas de atuação na área da Gestão do Risco mas, também, o reforço da rede de contactos que se considera essencial existir, em particular no que se refere à política de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e à política de prevenção e combate à manipulação de resultados desportivos, duas das maiores ameaças à indústria das apostas desportivas, áreas prioritárias de atuação para o ano de 2017.

Ao longo de 2016 consolidaram-se os sistemas e mecanismos de colaboração entre as diversas partes interessadas, tendo como objetivo a definição de respostas comuns e integradas que permitam a prevenção do fenómeno do branqueamento de capitais, envolvendo as autoridades policiais e judiciais na estruturação dos procedimentos a adotar e como parceiros ativos na procura das melhores soluções e na melhoria contínua dos perfis de identificação de risco, sendo estas prioridades assumidas para 2017.

No âmbito do combate ao branqueamento de capitais, as obrigações e princípios consagrados na Diretiva 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, implicarão, a partir de 26 de Junho de 2017, na alteração de alguns dos procedimentos existentes, garantindo a sua adequação às exigências que resultem da transposição para a Legislação Portuguesa da referida Diretiva.

Sendo o nível de risco de branqueamento de capitais através dos jogos disponibilizados pelo DJSCML classificado como diminuto e reduzido face a outras realidades existentes², não deixou de ser necessário e obrigatório introduzir um conjunto de medidas com o objetivo garantir a obrigação de identificação e de comunicação de situações que, considerando os parâmetros de risco que se encontram definidos a nível europeu e a definição da matriz de risco do sector dos jogos sociais do Estado, possam ser classificadas como atípicas.

² In página 24, “Avaliação Nacional de Riscos de Branqueamento de Capitais e de Financiamento do Terrorismo” de Junho de 2015 – Recomendações do Grupo de Ação Financeira

Na área da prevenção e combate à da manipulação de resultados desportivos importa reforçar a participação e colaboração com os mecanismos internacionais de monitorização e controlo existentes – Global Lottery Monitoring System (GLMS) – o desenvolvimento de parcerias com operadores internacionais que atuam na mesma área dos Jogos Sociais do Estado e onde a colaboração com a La Française de Jeux (FDJ) constitui um exemplo que importa alargar a outras entidades similares e, prioritariamente, o reforço da colaboração com as diversas entidades nacionais que se encontram envolvidas no universo das apostas desportivas.

A Convenção do Conselho da Europa relativa à manipulação de competições desportivas, de 18 de Novembro de 2014, de que Portugal é signatário, não tendo ainda sido ratificada pelo necessário número de países que se encontra estipulado, contém importantes propostas em termos da cooperação que se torna necessário desenvolver e assegurar entre os diversos *stakeholders*, de forma a preservar a existência de um fenómeno desportivo isento de práticas de manipulação. A criação duma Plataforma Nacional, conforme proposta na referida convenção, poderá constituir uma ferramenta importante no que concerne à prevenção e combate à manipulação de resultados desportivos, facilitando os mecanismos de comunicação e a implementação de uma estratégia comum a todos os *stakeholders*, que contribua para a existência de um desporto assente em princípios éticos inatacáveis.

4.3 Recertificação do Sistema de Gestão da Segurança e da Informação

Enquanto parte integrante da Gestão do DJSCML, o Sistema de Gestão da Segurança e da Informação (SGSI) contribui para a segurança e integridade do negócio de exploração dos jogos sociais do Estado, tendo sido, em 2016, objeto de recertificação, com sucesso, tendo por base os referenciais internacionais ISO/IEC 27001:2013 e WLA-SCS:2012, iniciando-se, desta forma, um novo ciclo certificação de 3 anos.

Todos os processos e controlos abrangidos pelo SGSI foram auditados, bem como todas as instalações onde decorrem atividades relacionadas com a organização e exploração dos jogos sociais, por entidade externa independente reconhecida internacionalmente.

Neste âmbito, foi reforçada a comunicação em matéria de segurança o que contribuiu para a mobilização transversal de todos os colaboradores. Foi, igualmente, criada uma nova forma de disponibilização da documentação de suporte do SGSI, através da criação de uma área na Intranet, acessível a todos, garantindo-se desta forma a disponibilização atualizada da documentação em vigor. A Política de Segurança Global do SGSI e restantes normas de segurança ficaram disponíveis para um público mais vasto em toda a SCML, enquanto decisão de gestão, com o objetivo de promover as boas práticas em segurança, e segurança da informação em particular, para lá das fronteiras do negócio dos jogos sociais.

O **Código de Conduta do SGSI** sofreu uma revisão, enquanto documento onde se detalham os princípios éticos e de conduta que devem ser partilhados por todos os colaboradores, tendo sido integradas, designadamente, preocupações de segurança e de observância regulamentar, em particular no que concerne à proibição da prática de apostas desportivas à cota por parte de

colaboradores do DJSCML, titulares dos órgãos de administração da SCML e quaisquer pessoas que tenham ou possam ter acesso aos sistemas de apostas desportivas à cota de base territorial.

A formação destinada aos colaboradores, versando as temáticas da segurança do próprio negócio e da informação, contou com 16 ações de formação em 2016, divididas em formação inicial do SGSI e evolução do Sistema de Gestão, abrangendo 213 colaboradores.

Mantendo-se a prática da realização das auditorias internas de segurança bem como a realização dos testes ao Plano de Continuidade de Negócio, no sentido da melhoria contínua, em 2016, foi, ainda, incrementado o controlo sobre o estado dos incidentes de segurança e das ações corretivas e de melhoria registados no âmbito do SGSI - permitindo uma diminuição no tempo de resposta do DJSCML face a não conformidades detetadas e oportunidades de melhoria a implementar.

Por outro lado e através dos contactos internacionais que mantém com outras lotarias europeias, o DJSCML acompanhou as alterações introduzidas pelo Regulamento Europeu relativo ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, enquanto parte integrante do seu Sistema de Gestão da Segurança e da Informação. A participação no fórum de segurança do jogo coordenado (Euromilhões), bem como no grupo de segurança e integridade da *European Lotteries*, permitiu acompanhar a emergência de novos riscos, nomeadamente no domínio da cibersegurança.

No mesmo sentido, foram dinamizadas pelo DJSCML análises de risco versando todas as contratações de bens e serviços com impacto na segurança dos jogos, bem como análises do risco inerente às alterações ao jogo Euromilhões e lançamento do jogo M1LHÃO em setembro de 2016.

4.4 Jogos Santa Casa: uma referência internacional

Considerando que o ano de 2016 foi um ano em que se centraram esforços na diversificação da oferta de jogos e no conseqüente alargamento da base de apostadores, reforçando em simultâneo a estratégia de Jogo Responsável, assistiu-se, ao longo do ano, a uma intensificação da colaboração com as Lotarias congéneres europeias, através do Gabinete de Relações Internacionais.

A troca de informação técnica, a partilha de experiências e a recolha de dados tornaram-se basilares na implementação da estratégia de desenvolvimento e de modernização da operação dos Jogos da SCML. Para tal, foram desenvolvidos esforços no sentido de promover a atualização dos conhecimentos das diferentes equipas do DJSCML, através da participação em reuniões diversas, conferências, seminários e congressos, realizados sobretudo no estrangeiro mas também em Portugal.

O lançamento do M1LHÃO e as alterações associadas ao Euromilhões, bem como os preparativos para o lançamento das Apostas Mútuas Hípicas em Portugal, a luta contra a manipulação dos

resultados desportivos, a crescente importância do digital na vida das Lotarias, a segurança das operações, a adequação à nova realidade do mercado do jogo em Portugal, o reforço do relacionamento com a rede física de mediadores e o acompanhamento permanente das exigências dos apostadores, ditaram a atuação do Gabinete de Relações Internacionais, em 2016, ano em que se destacaram ainda as seguintes iniciativas:

- Reunião do Grupo de Trabalho Jurídico do Euromilhões, em Lisboa (Março)
- Reunião do Grupo de Trabalho de Ordem Pública e Segurança da EL, em Lisboa (Março)
- Visita do Presidente da Cruz Vermelha de Cabo Verde à sede do DJSCML, em Lisboa (Abril)
- Participação nos “Industry Days”, evento organizado pela European Lotteries (EL), em Marraquexe (Maio)
- Receção dos 25 melhores mediadores da lotaria francesa Française des Jeux, para troca de experiências ao nível da Rede comercial, em Lisboa (Maio)
- Reuniões de trabalho com a Sociedade Estatal de Lotarias e Apostas de Espanha (SELAE) e com a Organização de Cegos de Espanha (ONCE), com o objetivo de analisar a distribuição dos jogos e visitar os respetivos departamentos de logística, em Madrid (Julho)
- Reunião com o Diretor Executivo da Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé & Príncipe na sede do DJSCML, em Lisboa (Julho)
- Organização da 11ª Conferência da European Association for the Study of Gambling” (EASG), subordinada ao tema: “Development of the invisible and unknown: research, Responsibilities and Regulation”, em Lisboa, (setembro)
- Reunião do Management Committee do Euromilhões, em Lisboa (outubro)
- Organização da reunião da Junta Diretiva da Corporação Ibero Americana e Lotarias e Apostas de Estado (CIBELAE) e da sua Assembleia Geral, em Lisboa (outubro). Nessa mesa data, organizou-se ainda o Seminário de Apostas Desportivas da CIBELAE.
- Participação no Congresso Mundial de Lotarias e Apostas organizado pela Associação mundial de Jogos (WLA), em Singapura (Novembro)
- Participação na “International Sports Convention”, em Genebra, à qual se associaram a EL e a WLA (Dezembro).



Capítulo 5: CONTEXTO DE MERCADO E RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

5.1. Enquadramento socioeconómico

No final de 2016 destacaram-se os valores apresentados pelos indicadores de confiança, principalmente os que traduzem o sentimento dos consumidores, que mantiveram ao longo de todo o ano uma variação bastante positiva, o que se deveu, sobretudo, ao contributo positivo das perspetivas relacionadas com a evolução do desemprego e das expectativas relativas à situação económica do país e, embora em menor grau, das apreciações da evolução da poupança e da situação financeira do agregado familiar.

Tabela 3 - Indicadores de Confiança: 2015 - 2016

	2015	2016
Indicador de Clima económico	1,0	1,2
Consumo privado (empresários)	1,9	2,1
Confiança dos consumidores	-12,3	-11,1
Situação financeira do agregado familiar	-17,0	-11,7
Evolução do desemprego - Consumidores	9,9	5,3

Fonte: INE, Síntese Económica de Conjuntura, dezembro 2016, pub. em 18/01/2017

Em termos de crescimento económico, 2016 foi um ano em que Portugal manteve uma recuperação moderada, estimando-se que o PIB tenha crescido 1,2% e o consumo privado 2,1%. Ambas as variações refletem algum abrandamento relativamente ao que se verificou em 2015, em que o PIB cresceu 1,6% e o consumo privado 2,6%.

Tabela 4 – Principais indicadores económicos: 2015 - 2016

	2015	2016 ^{e)}
PIB pm (tvh)	1,6%	1,2%
Consumo Privado pm (tvh)	2,6%	2,1%
Rendimento Disponível Bruto das Famílias (tvh)	2,5%	1,5%
Taxa de Desemprego	12,4%	11,0%

e) Estimativa

pm: preços de mercado; tvh: taxa de variação homóloga

Fontes: INE - Síntese Económica de Conjuntura - Janeiro 2016; Banco de Portugal - Boletim

Económico - Dezembro 2015; Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Manteve-se a recuperação gradual da situação no mercado de trabalho, com um crescimento do emprego e um ritmo descendente na taxa de desemprego.

O abrandamento do crescimento registado pelo rendimento disponível das famílias terá sido ainda influenciado pela contenção do aumento dos salários. Contudo a sua evolução foi favorável, graças aos efeitos positivos de medidas orçamentais aplicadas ao longo do ano.

Em conclusão, a conjuntura económica de 2016 foi favorável à expansão do mercado do jogo a dinheiro em Portugal, tendo, particularmente, os JSC tirado proveito deste enquadramento, como já se demonstrou pelo aumento significativo das vendas.

5.2. Análise de Exploração

RENDIMENTOS

Os rendimentos globais da atividade dos JSC em 2016 atingiram o valor de 767,0 milhões de euros, o que representou um acréscimo anual de 11,9%, mantendo-se o elevado ritmo de crescimento já registado em 2015, o que é bastante significativo, sobretudo, se tivermos em consideração as evoluções dos anos anteriores (2012 a 2014) em que, praticamente, o crescimento foi nulo.

Tabela 5: Rendimentos JSC: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)

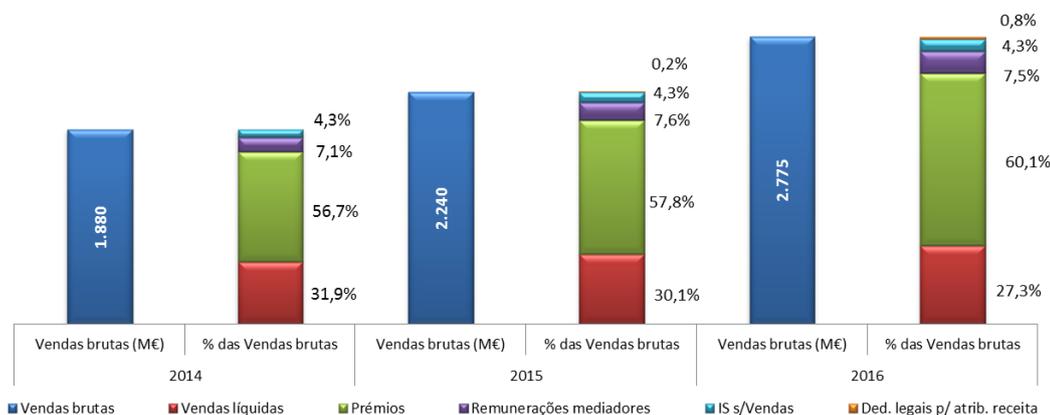
	2014	2015	2016	Var. 2016 / 2015
Vendas brutas dos Jogos (1)	1.880,3	2.240,3	2.775,2	23,9%
Deduções (2)	1.280,2	1.566,6	2.018,2	28,8%
Prémios	1.065,6	1.295,6	1.668,0	28,7%
Rem. mediadores pagas p/ jogadores	133,7	171,0	209,5	22,5%
Dedução p/ atribuição de Receita	0,0	3,6	21,2	489,2%
Imposto do Selo s/ jogo	81,0	96,5	119,5	23,9%
Vendas líquidas dos Jogos (1)-(2)	600,1	673,7	757,0	12,4%
Prémios caducados	9,1	8,6	8,7	2,0%
Restantes Rendimentos (líquidos de regularizações de financiamentos FREM)	4,9	2,9	1,3	-55,8%
TOTAL	614,1	685,2	767,0	11,9%

Contudo esta variação é bastante menos expressiva do que a observada nas vendas brutas, o que se justifica pelo facto de a principal componente dos rendimentos residir nas vendas líquidas, que no último registaram um crescimento de 12,4% o que, no entanto, traduz uma aceleração, ainda que muito ligeira, em relação à subida registada no ano passado de 12,3%.

A evolução dos pesos relativos das vendas brutas dos diferentes Jogos que compõem o portefólio dos JSC condiciona o ritmo de crescimento das vendas líquidas, conferindo à variação destas um ritmo menos acelerado do que o do volume de negócios global.

Este facto deve-se, sobretudo, ao ganho de importância relativa da Lotaria Instantânea e à progressão de vendas do novo Jogo de Apostas Desportivas à Cota em 2016, dado que estes Jogos têm implícitos valores superiores de montantes destinados a prémios e, no caso da Lotaria Instantânea, de remunerações pagas aos mediadores. Ao decompor as vendas brutas torna-se evidente a importância crescente destas componentes, nomeadamente a que respeita aos prémios atribuídos.

Gráfico 6: Decomposição das Vendas Brutas: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)



As vendas líquidas ocupam a maior fatia do total dos rendimentos tendo representado 98,7% destes³ em 2016. Em 2015 esta percentagem foi de 98,3%.

Entre os restantes rendimentos, a componente mais significativa é a correspondente aos prémios caducados, que em 2016 apresentaram um acréscimo de 2,0% em relação ao ano anterior e ao contrário do que tem vindo a ser a tendência manifestada. Contudo, em relação aos prémios atribuídos, a caducidade mantém-se em ritmo descendente, tendo representado 0,6% em 2016, quando em 2015 representou 0,7% e 0,9% em 2014.

GASTOS

A expansão da atividade observada em 2015 e 2016, e em particular o lançamento de dois novos Jogos e as alterações ao modelo do Euromilhões, implicou necessariamente um aumento dos gastos operacionais dos JSC. Este aumento em relação a 2015 foi de 9,2% tendo-se atingido o montante total de 91,5 milhões de euros⁴. De referir, que esta variação vem desacelerar o crescimento observado no ano anterior que foi de 10,2%.

³ Rendimentos deduzidos das regularizações de amortizações e gastos de investimentos financiados através do fundo destinado à renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

⁴ Gastos deduzidos dos montantes de despesa e amortizações correspondentes a investimentos financiados através do fundo destinado à renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

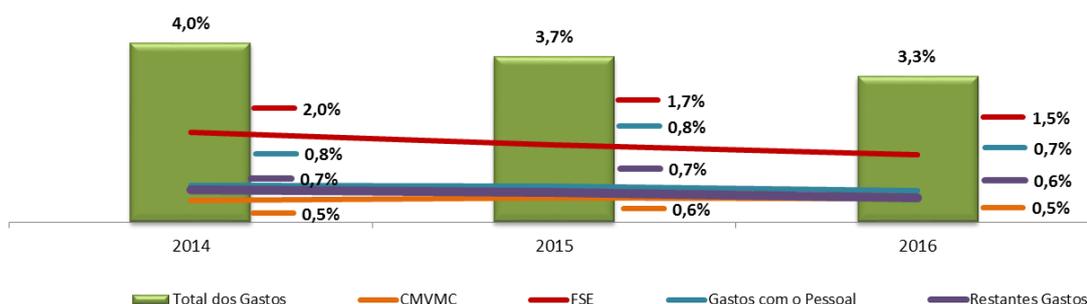
Tabela 6: Gastos JSC: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)

	2014	2015	2016	Var. 2016 / 2015
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	9,2	12,4	14,8	19,7%
Forn. e serv. Externos*	37,8	38,8	42,0	8,4%
Gastos com pessoal	15,4	17,9	19,4	8,3%
Gastos deprec. e amortização*	1,0	1,1	0,8	-29,3%
Provisões do período	10,6	10,9	10,7	-1,5%
Restantes gastos e perdas	1,9	2,8	3,8	37,4%
TOTAL	76,0	83,8	91,5	9,2%

*Deduzidos dos montantes correspondentes à regularização de investimentos financiados através do do fundo destinado ao financiamento da renovação de equipamentos e sistemas de exploração de jogo

Não obstante o aumento de gastos, é assinalável o nível de eficiência de exploração atingido, mantendo, e até melhorando, a trajetória que marca os últimos anos. Em 2016, os gastos de exploração representaram apenas 3,3% das vendas brutas, o nível mais baixo dos últimos anos, o que demonstra o esforço do Departamento de Jogos na otimização dos recursos empregues na atividade que desenvolve.

Gráfico 7: Gastos totais e por natureza em % das Vendas brutas: 2014 -2016
(%)



No que respeita à estrutura de gastos, esta manteve-se sem alterações significativas, sendo de salientar os progressivos ganhos de importância dos custos com os consumíveis, o que se deve, sobretudo, ao consumo de bilhetes de lotaria instantânea e de bilhetes de apostas do Placard, em linha com as vendas destes Jogos. Adicionalmente, a expansão da rede comercial, implicou a necessidade de fornecer consumíveis para arranque de atividade nos novos pontos de venda.

Gráfico 8: Estrutura de gastos: 2014 - 2016
(%)



No que toca aos gastos com pessoal, estes registaram uma subida em 2016, motivada pela necessária dotação de recursos num contexto de aumento de atividade e de acrescidas exigências funcionais e de monitorização das Apostas Desportivas à Cota. Ao longo de 2016 registou-se um aumento de 24 colaboradores.

O aumento registado nos gastos em fornecimentos e serviços externos foi principalmente devido às campanhas de marketing associadas à estratégia de expansão da atividade e, em paralelo, à comunicação no ponto de venda, nomeadamente no que toca à promoção do jogo responsável.

RESULTADOS

Como consequência dos comportamentos descritos em relação aos rendimentos e gastos operacionais dos JSC, os resultados líquidos de exploração totalizaram 675,5 milhões de euros em 2016, o que representa um aumento de 12,3% em relação aos resultados atingidos em 2015.

Esta evolução, além de significativa pelo volume que representa (mais 74,1 milhões de euros do que no ano anterior), vem acentuar o ritmo de crescimento de resultados iniciado em 2015, após um período de variações muito moderadas (1,6% em 2012, 1,2% em 2013 e -0,6% em 2014).

Tabela 7: Resultados JSC: 2014 - 2016
(milhões de euros; %)

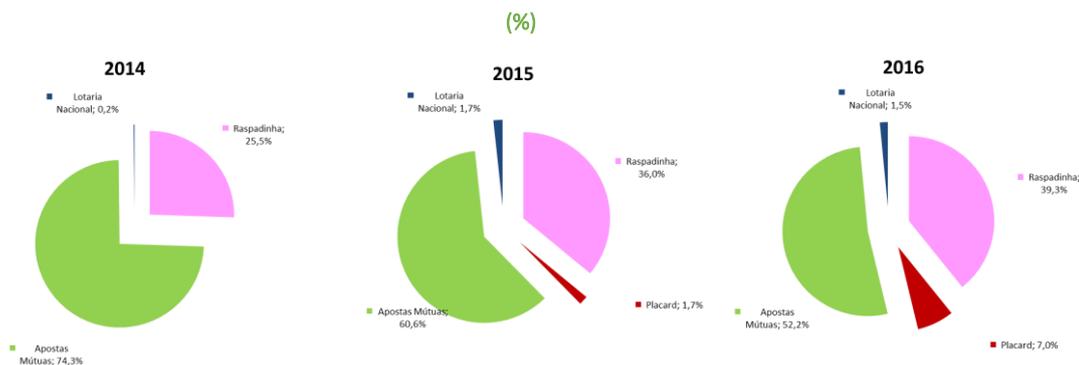
	2014	2015	2016	Var. 2016 / 2015
Rendimentos operacionais	615,2	696,4	777,6	11,7%
Gastos operacionais	76,6	93,7	101,4	8,2%
EBITDA	540,7	605,5	676,3	11,7%
Resultado operacional	538,6	602,7	676,3	12,2%
Resultado líquido do período	538,1	601,4	675,5	12,3%
Margem EBITDA	28,8%	27,0%	24,5%	-2,5 p.p.
Margem operacional	28,6%	26,9%	24,4%	-2,5 p.p.
Margem líquida	28,6%	26,8%	24,3%	-2,5 p.p.

As margens incidem sobre as vendas brutas dos Jogos.

Apesar de uma descida relevante em termos relativos, a tipologia de Jogos que mais continuou a contribuir para a formação dos resultados foi a das Apostas Mútuas, que representou 52,2% do total dos resultados em 2016.

Em contrapartida, a Lotaria Instantânea continuou a aumentar a sua importância na formação dos resultados embora de forma menos acentuada do que no ano anterior, fruto do impacto do crescimento das vendas do Apostas Desportivas à Cota. Este último Jogo representou no seu primeiro ano completo de exploração 7,0% dos resultados obtidos pelos JSC.

Gráfico 9: Pesos relativos por Jogo na formação dos Resultados Líquidos: 2014 - 2016



RENDIBILIDADE

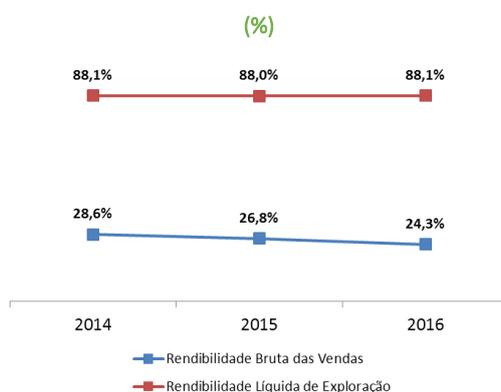
A evolução da importância relativa de cada Jogo na formação dos resultados, com ganhos significativos da Lotaria Instantânea e das Apostas Desportiva à Cota em detrimento dos restantes Jogos teve reflexos na evolução da rentabilidade global dos JSC. Em 2016, a Rentabilidade Bruta das Vendas foi de 24,3%, mantendo-se, assim, a tendência dos últimos cinco anos.

A estrutura de vendas espelha a estratégia adotada pelo Departamento de Jogos de diversificar e renovar a oferta com Jogos que vão ao encontro dos atuais perfis de procura, com resultados evidentes na evolução das vendas brutas nos últimos anos.

Ainda que a rentabilidade bruta tenha reduzido no triénio, a melhoria da performance dos gastos de exploração, que passaram de 4,0% das vendas brutas para 3,3% em 2016, permitiu manter praticamente inalterada a rentabilidade líquida.

Este indicador, medido pelos resultados corrigidos dos prémios caducados e em função das vendas líquidas, situou-se em 2016 em 88,1%.

Gráfico 10: Níveis de rentabilidade JSC: 2014 - 2016



RESULTADOS DISTRIBUÍDOS

Em 2016 o total de resultados distribuídos aos Beneficiários dos jogos sociais do Estado ascendeu a 664,4 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 10,4% relativamente aos montantes distribuídos em 2015.

Tabela 8: Resultados Distribuídos: 2014 – 2016
(milhões de euros; %)

	2014	2015	2016	Var. 2016 / 2015
Total dos rendimentos	615,2	696,4	777,7	11,7%
Total dos gastos	77,1	95,0	102,2	7,6%
Resultado líquido de exploração	538,1	601,4	675,5	12,3%
Fundo de renovação do equipamento	3,3	4,7	11,1	134,4%
Resultado distribuído aos Beneficiários	534,7	596,6	664,4	11,4%
Distribuição de resultados transitados	0,0	5,2	0,0	-100,0%
Total distribuído aos Beneficiários	534,7	601,9	664,4	10,4%

O Fundo de Renovação do Equipamento, correspondente aos montantes calculados sobre a receita dos Jogos e que fica retido com vista ao financiamento investimentos futuros em modernização de equipamento e infraestruturas necessários à exploração dos JSC e que, como tal, tem um efeito equilibrador de resultados líquidos, registou no último ano um significativo acréscimo. Este deveu-se à necessidade de reposição do mesmo, uma vez que os últimos anos foram anos de significativos investimentos, associados, sobretudo, à renovação de todo o parque de terminais de jogo e ao lançamento dos novos Jogos – Placard e M1LHÃO.

Com efeito, no último triénio o investimento realizado pelo Departamento de Jogos em projetos que abrangeram a renovação da rede de mediadores, a modernização de infraestruturas físicas e tecnológicas e o alargamento do portefólio de Jogos, ascendeu a 37,7 milhões de euros, dos quais 13,6 milhões de euros reportam-se a 2016.



Capítulo 6:

Demonstrações Financeiras



Balanço

(euros)

	Notas	31-dez-2016	31-dez-2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	12.701.927	12.679.527
Ativos intangíveis	7	3.874.545	2.742.238
Participações financeiras - outros métodos	8	94.600	94.600
Outros ativos financeiros	9	164.426.331	144.258.573
		181.097.403	159.774.938
Corrente			
Inventários	10	4.346.238	5.601.035
Mediadores	11	35.648.716	17.355.386
Estado e outros entes públicos	12	1.813	157.873
Outros créditos a receber	13	16.144.377	23.844.218
Diferimentos	14	696.669	956.757
Caixa e depósitos bancários	4	267.088.617	212.371.303
		323.926.430	260.286.572
Total do ativo		505.023.833	420.061.510
Capital próprio			
Fundo social	15	181.277	181.277
Outras variações no capital próprio	17	33.380.846	34.966.872
		33.562.123	35.148.149
Resultado líquido do período	16	675.468.353	601.371.200
Resultado distribuído aos Beneficiários	16	(664.369.849)	(596.636.057)
Resultados inerentes à constituição dos Fundos	16	(11.098.504)	(4.735.143)
Total do capital próprio		33.562.123	35.148.149
Passivo			
Não corrente			
Provisões	18	92.608.214	83.392.469
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	1.048.778	1.052.200
Prémios a Pagar	20	58.033.797	41.287.418
		151.690.789	125.732.087
Corrente			
Fornecedores	21	5.233.911	12.183.566
Estado e outros entes públicos	12	35.829.594	19.529.265
Prémios a pagar	20	76.576.317	26.868.106
Outras dívidas a pagar	22	194.950.710	194.009.727
Diferimentos	23	7.180.389	6.590.610
		319.770.920	259.181.274
Total do passivo		471.461.710	384.913.361
Total do capital próprio e do passivo		505.023.833	420.061.510

O Provedor,

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Diretor de Gestão Financeira

O Vice-Provedor,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração dos resultados por naturezas

(euros)			
Rendimentos e gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	25	756.990.731	673.709.579
Subsídios à Exploração	26	1.837	4.068
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	27	(14.804.174)	(12.362.500)
Fornecimentos e serviços externos	28	(49.415.669)	(48.301.534)
Gastos com o pessoal	29, 20	(19.401.353)	(17.914.973)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	(589.071)	15.768
Provisões (aumentos/ reduções)	19	(10.730.488)	(10.863.059)
Aumentos/ reduções de justo valor	10	1.992	(194)
Juros e rendimentos similares obtidos	30	599.162	1.557.102
Outros rendimentos	31	20.087.207	21.078.592
Outros gastos	32	(2.351.097)	(1.422.681)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		680.389.077	605.500.168
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7, 8	(4.095.027)	(2.798.403)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		676.294.050	602.701.765
Juros e gastos similares suportados	33	(825.697)	(1.330.565)
Resultado líquido do período		675.468.353	601.371.200

O Provedor,

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Diretor de Gestão Financeira

O Vice-Provedor,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração das alterações no capital próprio

(euros)

	Fundo social	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
1 de janeiro de 2015	181.277	5.219.351	44.431.322	-	49.831.950
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(9.464.450)	-	(9.464.450)
	181.277	5.219.351	34.966.872	-	40.367.499
Resultado líquido do período	-	-	-	601.371.200	601.371.200
Resultado integral	181.277	5.219.351	34.966.872	601.371.200	641.738.699
Outras Operações					
Distribuições	-	(5.219.351)	-	(596.636.057)	(601.855.407)
Outras operações	-	-	-	(4.735.143)	(4.735.143)
	-	(5.219.351)	-	(601.371.200)	(606.590.550)
31 de dezembro de 2015	181.277	-	34.966.872	-	35.148.149
1 de janeiro de 2016	181.277	-	34.966.872	-	35.148.149
Alterações no período					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	(1.586.025)	-	(1.586.025)
	181.277	-	33.380.846	-	33.562.123
Resultado líquido do período	-	-	-	675.468.353	675.468.353
Resultado integral	181.277	-	33.380.846	675.468.353	709.030.476
Outras Operações					
Distribuições	-	-	-	(664.369.849)	(664.369.849)
Outras operações	-	-	-	(11.098.504)	(11.098.504)
	-	-	-	(675.468.353)	(675.468.353)
31 de dezembro de 2016	181.277	-	33.380.846	-	33.562.123

O Provedor,

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Diretor de Gestão Financeira

O Vice-Provedor,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Demonstração dos fluxos de caixa

(euros)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de Mediadores	1.328.942.324	1.139.677.923
Pagamentos a fornecedores	(70.577.577)	(54.189.825)
Pagamentos ao pessoal	(11.928.986)	(10.239.456)
Caixa gerada pelas operações	1.246.435.761	1.075.248.642
Outros recebimentos/ pagamentos		
Rec. outras atividades operacionais		
Estado	2.366	-
Euromilhões	172.621	1.339.449
Outros recebimentos	910.332	543.773
Pag. outras atividades operacionais		
Estado	(178.865.370)	(184.037.890)
Prémios	(306.938.410)	(266.423.137)
Distribuição de resultados pelos Beneficiários	(680.841.140)	(568.662.118)
Euromilhões	(200.410)	-
Outros Pagamentos	(2.215.994)	(1.106.445)
Rec./Pagam. SC, CMRA e ESSA	(1.672.238)	2.371.323
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	76.787.519	59.273.598
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(3.714.899)	(918.916)
Ativos intangíveis	(11.065)	-
Investimentos financeiros	(70.702.231)	(30.518.303)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos intangíveis	50	-
Investimentos financeiros	52.350.349	17.389.023
Juros e rendimentos similares	7.592	5.142
Dividendos	-	1.775
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(22.070.204)	(14.041.279)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento	-	-
Varição de caixa e seus equivalentes	54.717.314	45.232.319
Caixa e seus equivalentes no início do período	212.371.303	167.138.984
Caixa e seus equivalentes no fim do período	267.088.617	212.371.303

O Provedor,

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Diretor de Gestão Financeira

O Vice-Provedor,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

Anexo

1. Introdução

O Departamento de Jogos (referido neste documento como “**Departamento de Jogos**” ou “**Entidade**”) integra a estrutura orgânica da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (referida neste documento como “**Santa Casa**” ou “**Serviços Centrais**”), tal como previsto nos Estatutos desta Entidade, publicados como anexo ao Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro e Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

O Departamento de Jogos tem a sua operação sediada na Avenida da Liberdade, n.º 194, Freguesia de Santo António, Concelho de Lisboa, tendo como atividade a gestão e exploração de Lotarias, Apostas Mútuas e quaisquer jogos autorizados para serem explorados pela Santa Casa, tendo em vista a obtenção eficaz dos meios necessários à prossecução dos seus fins ou de outros de ordem social, a nível nacional, definidos por lei.

Os Jogos atualmente explorados pelo Departamento de Jogos são:

- | | |
|--|------------------------|
| - Lotaria Clássica | - Lotaria Popular |
| - Lotaria Instantânea | - Totobola |
| - Totoloto | - Joker |
| - Euromilhões | - Totosorteio – M1lhão |
| - Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial – Placard | |

O Departamento de Jogos tem atribuídas competências para o exercício das seguintes atividades:

- Elaboração do seu plano de atividades, orçamento e relatório e contas;
- Definição das condições essenciais à habilitação de prémios, a aprovar pela Tutela;
- Aprovação dos planos de extrações das lotarias;
- Definição dos regulamentos de jogos, incluindo a fixação do preço de aposta, valor percentual de receita a reservar para prémios, a aprovar pela Tutela;
- Definição do número de prémios a vigorar para cada modalidade de jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Estruturação orgânica dos serviços;
- Elaboração do regulamento geral de cada jogo social, a aprovar pela Tutela;
- Determinação das modalidades desportivas a incluir nos concursos de apostas mútuas desportivas;
- Definição da rede de postos de venda a estabelecer a nível nacional, regulamentando a sua atividade e fixando as respetivas remunerações pagas pelos Apostadores;

- Habilitação da Mesa da Santa Casa com as informações e pareceres sobre jogos sociais cuja exploração venha a ser proposta à Santa Casa;
- Apreciação dos processos de contraordenação que vierem a ser instaurados quanto à exploração ilícita de jogos sociais;
- Apresentação de propostas à Mesa da Santa Casa, quanto a possíveis filiações em organismos internacionais de lotarias e outros jogos sociais;
- Proceder à consulta de bases de dados públicas com vista a obter informação sobre a identificação, idade e número de identificação fiscal das pessoas individuais que se registem no seu sítio na Internet ou que realizem apostas de base territorial, nos termos de protocolo a celebrar com as entidades públicas detentoras das bases de dados, no respeito pela legislação relativa à proteção de dados pessoais.

Ao dispor de orçamento e demonstrações financeiras próprias, anexos ao orçamento e demonstrações financeiras da Santa Casa, o Departamento de Jogos não integra as demonstrações financeiras consolidadas da Santa Casa.

Os Órgãos do Departamento de Jogos encontram-se definidos através do art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, sendo estes o Administrador Executivo e os Júris (concursos, extrações e reclamações). São Administradores Executivos o Provedor e o Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. As referências a “Administrador Executivo”, ao longo deste anexo, referem-se ao órgão social.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Mesa da Santa Casa, na reunião de 16 de março de 2017. É opinião da Mesa que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Departamento de Jogos, bem como a sua posição e performance financeira, alterações no capital próprio e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, observado o princípio do custo histórico, com exceção pouco significativa nos ativos financeiros mensurados pelo justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Departamento de Jogos, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas nas melhores experiências e nas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou

complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras individuais são apresentadas na Nota 4.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que tenham implicado diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

Estas demonstrações financeiras de acordo com as NCRF não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas.

4. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que a seguir se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras do Departamento de Jogos e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da Santa Casa.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, como “Juros e rendimentos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados” se relacionados com aplicações financeiras ou empréstimos/ operações de financiamento; ou, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos” para todos os outros saldos e transações, reconhecidos na demonstração dos resultados.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2016	2015
USD	1,0541	1,0887

4.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o montante da valorização, determinado à data de transição do POC para o SNC, e o custo de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

O Departamento de Jogos apenas capitaliza ativos fixos tangíveis com valor de aquisição superior a 200 euros. No entanto, procede-se à depreciação da totalidade do bem ao longo do primeiro ano de utilização sempre que o valor de aquisição seja inferior a 1.000 euros.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Vida útil
Equipamento básico	Entre 1 a 12 anos
Equipamento de transporte	Entre 6 a 10 anos
Equipamento Informático	Entre 1 a 10 anos
Sinalética	Entre 1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 1 a 30 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, sendo registada uma perda por imparidade quando o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico (ver política 4.4).

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas

úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.3. Ativos intangíveis

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende o seu preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais, taxas e qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos pelo seu custo, sempre que seja provável que da sua utilização possam advir benefícios económicos futuros para o Departamento de Jogos e o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

No caso do Departamento de Jogos, os ativos que se enquadram nestas definições correspondem:

- Aos programas de computador (*software*) adquiridos como suporte essencial às suas operações administrativas e acessórias;
- Aos custos incorridos com o desenvolvimento do Portal Jogos Santa Casa, através do qual funciona o sistema de apostas para os Apostadores dos jogos sociais; e
- A todos os gastos de desenvolvimento interno de aplicações informáticas desenhadas em função das necessidades particulares do Departamento de Jogos, desde que cumpridas as seguintes condições, cumulativamente:
 - A aplicação informática em desenvolvimento é avaliada como tecnicamente viável e será concluída;
 - Existe uma intenção expressa do Departamento de Jogos de utilizar a aplicação informática que resultar do projeto e está demonstrada a existência de competências internas para tal utilização;
 - Está demonstrado que a utilização da aplicação informática gera benefícios para as operações do Departamento de Jogos;
 - Está assegurado o financiamento e a alocação de recursos técnicos necessários para a conclusão do projeto; e
 - O sistema interno de imputação de custos aos projetos permite a correta mensuração dos custos de desenvolvimento da aplicação.

Sempre que um projeto em curso não cumpra com os critérios acima definidos, os custos incorridos são reconhecidos imediatamente em resultados do período.

O Departamento de Jogos valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, ou seja, ao custo inicial deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática, durante a sua vida útil estimada, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Vida útil
Programas de computador	3 anos

O Departamento de Jogos determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, os quais são revistos anualmente quanto à sua razoabilidade.

4.4. Imparidade de ativos não financeiros

O Departamento de Jogos realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Departamento de Jogos regista a respetiva perda por imparidade na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que adequado, é analisada a hipótese de reverter perdas por imparidade consideradas em períodos anteriores. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidos perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Investimentos financeiros

Determina-se a classificação dos investimentos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os investimentos financeiros são classificados/mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os investimentos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

- Cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os investimentos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao justo valor os investimentos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio, cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período.

O Departamento de Jogos avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os investimentos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Departamento de Jogos reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

4.6. Compensação de saldos

A compensação de ativos e passivos financeiros, assim como o relato de saldos líquidos no balanço, apenas é efetuada quando existe um direito legal vinculativo para levar a cabo a compensação, bem como a intenção de efetuar a regularização dos saldos pelo valor líquido ou quando o ativo e o passivo sejam realizados e pagos simultaneamente.

4.7. Inventários

Os inventários do Departamento de Jogos compreendem bilhetes de jogos sociais de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Instantânea, papel térmico utilizado para o registo das apostas, pelos Mediadores (bens essenciais ao funcionamento do equipamento do sistema de jogo) e consumíveis para jogo, nomeadamente, material tipográfico e informático para impressão de jogo.

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, sendo valorizados posteriormente ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio dos inventários é o custo médio ponderado.

4.8. Mediadores e Outros Créditos a Receber

As rubricas de Mediadores e de Outros Créditos a Receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

A cobrança das receitas das Apostas Mútuas, da Lotaria Instantânea, da Lotaria Nacional desmaterializada e das Apostas Desportivas à Cota é efetuada semanalmente à quarta-feira e respeita ao período decorrido entre domingo e sábado da semana anterior. No que se refere às Apostas Mútuas, as receitas cobradas são as relativas àquele período independentemente da data da realização do concurso. No caso da Lotaria Instantânea são cobrados os valores correspondentes ao Jogo ativado nos terminais do mediador. Relativamente à Lotaria Nacional desmaterializada a cobrança diz respeito às vendas realizadas, independentemente do momento da extração. A cobrança das Apostas Desportivas à Cota, refere-se aos bilhetes de apostas registados, independentemente da data dos eventos.

As receitas do jogo físico da Lotaria Nacional, para Mediadores com caução específica para a Lotaria Nacional, são entregues ao Departamento de Jogos até 30 dias após a véspera da extração. As cobranças referentes a Mediadores sem caução são realizadas no ato do levantamento do jogo.

As perdas por imparidade dos Mediadores e de outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de Dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas pela mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Dificuldades financeiras severas, probabilidade de declaração de falência ou reestruturação financeira são considerados como indicadores de que o valor a receber se encontra em imparidade. O valor ajustado corresponde à diferença entre o valor originalmente devido e o valor presente dos fluxos de caixa futuros.

4.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses.

4.10. Passivos financeiros

Determina-se a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados como:

- Ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Departamento de Jogos classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- Que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

- Cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- Que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método do juro efetivo, à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros contratados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.), bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

4.11. Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As rubricas de fornecedores e de outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.12. Benefícios aos empregados

A Santa Casa comprometeu-se com o pagamento de prestações pecuniárias aos seus colaboradores, a título de complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência imediata ou diferida e orfandade, tendo sido constituído um plano de pensões de benefícios definidos (doravante designado de “Plano de Pensões”), em função do quadro de pessoal da Santa Casa e do Departamento de Jogos à data de constituição.

O Departamento de Jogos assume adicionalmente a responsabilidade pelo pagamento de pré-reformas, até ao seu momento de passagem efetiva à reforma. Estes pagamentos correspondem a parte do salário do empregado até à data de reforma pela Caixa Geral de Aposentações, período que, usualmente, não ultrapassa um horizonte de tempo de 2-3 meses.

Conforme referido na Nota 20, o Fundo foi constituído de forma a financiar a quase totalidade das suas responsabilidades por tais pagamentos.

Plano de Pensões do Departamento de Jogos

Durante o primeiro trimestre de 2008 foi constituído o Fundo de Pensões da Santa Casa, com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondente ao número de anos e meses contados após a data da inscrição na Segurança Social até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (também referida neste documento como “CGA”), assim como os complementos de reforma previstos no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho.

O Plano de Pensões atribuído visa garantir pensões por velhice, invalidez e sobrevivência, sendo que a totalidade das responsabilidades foram transferidas para fundo autónomo, tendo sido entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As pensões encontram-se consagradas nos seguintes diplomas (aplicáveis ao Departamento de Jogos):

- Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho

Abrange o pessoal que desde 31 de julho de 1980 pelos estatutos de aposentação e de sobrevivência do funcionalismo público (n.º 2 do artigo 2.º), e que, a essa data, já se encontrava vinculado a organismos do Estado, onde passou a estar sujeito ao regime da função pública (artigo 3.º), e pessoal que se encontrava reformado pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, garantindo a Santa Casa um complemento de reforma (diferença entre a pensão que iriam auferir através da CGA e a pensão que auferiam nessa data), tratando-se de um complemento vitalício, sem atualização (n.ºs. 1 e 2 do artigo 6.º);

- Decreto-Lei n.º 94/2000, de 23 de maio

Abrange os colaboradores do Departamento de Jogos que, até 31 de dezembro de 2005, reuniam as condições expressas no artigo 1.º do referido diploma. Os benefícios a cargo da Santa Casa são os seguintes:

- Pensão de aposentação a atribuir, de acordo com o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, correspondente a 90% do salário, até que o aposentado atinja as condições de reforma – pensão até à INR (idade normal de reforma);
- Quotização à CGA (10% do salário)

Passado este período, a Santa Casa passa a ser responsável apenas pelo disposto no Decreto-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, para os trabalhadores admitidos antes da entrada em vigor do referido diploma. Quanto aos colaboradores admitidos após julho de 1980, a responsabilidade é encargo total da CGA – pensão após INR.

As pensões contempladas pelo plano correspondem a:

- Pensão de velhice e invalidez

Pensão paga pela CGA, sendo esta responsável pela quota-parte da pensão correspondente ao tempo de serviço decorrido após a data de inscrição naquela Entidade, sendo o tempo anterior encargo da Santa Casa e Centro Nacional de Pensões (CNP);

- Pensão de sobrevivência imediata e orfandade

Em caso de morte de colaborador ativo a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis;

- Pensão de sobrevivência diferida

Em caso de morte de ex-colaborador aposentado a Santa Casa irá pagar uma pensão de sobrevivência aos herdeiros hábeis.

Em ambos os casos “de sobrevivência” a pensão a atribuir pelo CNP corresponde a 60% da pensão de reforma, sendo que a quota-parte a cargo da Santa Casa será ligeiramente inferior aos 50%.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos

futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de *rating* elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de balanço, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do período em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado de tal forma que os benefícios atribuídos são reduzidos, originando uma redução nas responsabilidades com o plano.

Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito no mínimo a 22 dias úteis de férias, bem como a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Estas responsabilidades são registadas no período em que todos os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento, sendo o saldo a pagar relevado na rubrica de “Credores por acréscimos de gastos”.

4.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Departamento de Jogos tem:

- Uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados;
- Para a qual há uma significativa probabilidade (superior a 50%) que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e
- O montante possa ser estimado com razoabilidade. Provisões para fazer face a perdas operacionais futuras não são reconhecidas.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Departamento de Jogos divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para pagar a obrigação utilizando uma taxa de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Quando exista um conjunto de obrigações semelhantes, a probabilidade de ser necessário incorrer num exfluxo para pagar a obrigação é determinada considerando a classe de obrigações de forma agregada.

Provisão para reclamação e pagamento de prémios

O Departamento de Jogos encontra-se regulado por legislação específica, criada para efeitos de enquadramento e âmbito da atividade de exploração dos jogos sociais, a qual se alicerça na

obrigatoriedade de constituição de Fundos destinados ao pagamento de prémios por reclamações procedentes. Para as Apostas Desportivas à Cota, para além do pagamento de prémios por reclamações, este Fundo também se destina ao pagamento de prémios que excedam a receita apurada nos eventos. Assim, o Departamento de Jogos deve ter permanentemente refletidas nas suas demonstrações financeiras as obrigações assumidas, atualizando a provisão em função das receitas globais anuais de jogo, com os seguintes limites:

Diploma legal	Jogo	% Receitas	Limite máximo fixado (euros)
Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.	Totoloto	0,5%	423.978
	Totobola	0,5%	74.820
Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.	Joker	2,0%	1.000.000
Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.	Euromilhões	1,0%	150.000.000
Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.	Apostas Desportivas à Cota	1,0%	5.000.000
Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.	Totosorteio	1,0%	1.000.000

Provisão para processos judiciais em curso

Provisões relacionadas com processos judiciais que respeitam essencialmente a discordâncias de natureza contratual com fornecedores. O Departamento de Jogos reconhece esta provisão quando estima que é mais provável do que não que a Empresa tenha de pagar.

4.14. Fundo para pagamento de prémios dos concursos

Totoloto

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, o Departamento de Jogos encontra-se obrigado a constituir um Fundo para pagamento de prémios do Totoloto, garantindo o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio. Esta conta é reforçada em função da incidência de uma taxa fixa de 10% sobre os prémios do Totoloto. Assegura, ainda, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”.

Totosorteio

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio, determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

4.15. Distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais

A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais explorados pelo Departamento de Jogos é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que estes são aprovados pela Mesa da Santa Casa. A distribuição de resultados aos Beneficiários dos jogos sociais é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e pelo Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

4.16. Distribuição de receitas das Apostas Desportivas à Cota

A distribuição das receitas das Apostas Desportivas à Cota é reconhecida como obrigação nas demonstrações financeiras no período em que as receitas são geradas. A distribuição é efetuada de acordo com a legislação aplicável, nomeadamente através do Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e da Portaria n.º 315/2015, de 30 de outubro.

4.17. Outras variações no Capital Próprio - Subsídios e apoios do Governo

Dada a sua atividade, o Departamento de Jogos não recebe subsídios do Governo ou de qualquer entidade similar.

Os Decretos-Lei que regulam a atividade do Departamento de Jogos determinam, relativamente às obrigações de renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, a cativação de receitas obtidas com os jogos sociais para o financiamento do investimento futuro em equipamento, doravante designado FREM, antes da distribuição de resultados aos Beneficiários. Este requisito visa garantir os meios líquidos ao gestor dos jogos sociais, que lhe permitam manter a rede de jogo em funcionamento.

O valor das receitas cativado anualmente é regularizado em função das depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo, pelo que assume na substância a natureza de um subsídio ao investimento não reembolsável. O valor das receitas cativado tem um tratamento contabilístico análogo aos subsídios, pelo que é registado na rubrica de “Outras variações no capital próprio”.

4.18. Locações

Nas locações consideradas operacionais, únicas a que o Departamento de Jogos recorreu, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.19. Especialização de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de periodização económica.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, consoante se qualificarem como tal.

4.20. Rédito

O rédito do Departamento de Jogos resulta essencialmente da exploração dos jogos sociais do Estado, atribuídos pela Tutela, nomeadamente jogos de Lotarias, Apostas Mútuas e Apostas Desportivas à Cota. O rédito é registado líquido de prémios de jogo, remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores, devoluções reconhecidas, Imposto do Selo sobre apostas e deduções à receita das Apostas Desportivas à Cota previstas nas b) e c) do n.º 2 do art.º 12.º do Regime Jurídico da Exploração e Prática das Apostas Desportivas à Cota de Base Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Apostas de jogo

- Lotarias Clássica e Popular

O rédito é reconhecido na data em que a Extração é realizada. Até esta data, as vendas efetuadas são consideradas como “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer”.

- Lotaria Instantânea

O rédito é reconhecido em função das vendas efetuadas aos Mediadores nos pontos de venda e das aquisições de bilhetes no Portal Jogos Santa Casa, face ao capital emitido e prémios já pagos.

- Apostas Mútuas

Os réditos são reconhecidos na data da realização dos Concursos.

- Apostas Desportivas à Cota

O rédito é reconhecido após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento selecionado em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

Todas as receitas de jogo têm origem em Portugal Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Prémios de Jogo

- Lotarias Clássica e Popular

Os prémios de jogo são reconhecidos no momento da extração. Os prémios não reclamados caducam 90 dias após a extração e são reconhecidos como rendimento do período em que ocorre a caducidade.

- Lotaria Instantânea

Os prémios são especializados de acordo com a percentagem prevista no plano de prémios de cada Jogo, nos termos do Regulamento da Lotaria Instantânea, tendo este sido especializado em função da média do rácio prémios/vendas, dos últimos quatro anos, arredondada por excesso. O ajustamento ao valor de prémios a reconhecer por jogo é efetuado após o prazo de caducidade com base nos prémios efetivamente pagos.

- Apostas Mútuas

Os prémios são reconhecidos na data de realização dos Concurso. A política adotada para prémios caducados é idêntica à atrás referida para as Lotarias Clássica e Popular.

- Apostas Desportivas à Cota

Os prémios são reconhecidos após a homologação dos resultados, na data da realização do último evento objeto de aposta em cada Bilhete de Aposta ou em data anterior que corresponda à realização de um evento integrado em aposta combinada cujo prognóstico tenha sido perdedor.

O direito a prémios caduca, para o conjunto dos eventos selecionados no recibo da aposta, nos seguintes termos:

- Para os prémios de valor igual ou inferior a 150 euros decorridos 90 dias a contar da data da homologação de resultados;
- Para os prémios de valor superior a 150 euros decorridos 90 dias a contar do fim do prazo de 2 horas subsequente à data da homologação de resultados, ou a contar do fim do prazo de 2 horas após a última atualização de resultados, conforme o que ocorrer por último.

Para os jogos sociais Totobola, Totoloto, Joker, Lotaria Instantânea, Lotaria Clássica e Lotaria Popular, são regulamentadas Portaria n.º 102/2011, de 11 de março revogou a Portaria n.º 973/2009 (art.º 3.º), mantendo as percentagens para prémios.

Para o jogo social Euromilhões a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 210/2004, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março.

Para as Apostas Desportivas à Cota a percentagem para prémios está definida no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Para o Totosorteio, a percentagem destinada a prémios está determinada na Portaria n.º 227/2016, de 25 de agosto.

As percentagens para prémios incidem sobre as vendas brutas das Apostas Mútuas e das Apostas Desportivas à Cota, e sobre o capital emitido das Lotarias:

Jogo Social	% Prémios
Totobola	60%
Totoloto	55%
Joker	55%
Euromilhões	50%
Lotaria Nacional	70%
Lotaria Instantânea	Entre 50% e 70%
Apostas Desportivas à Cota	Entre 55% e 85%
Totosorteio	65%

Imposto do selo

Com a promulgação do Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de agosto, com efeitos práticos a 1 de setembro de 2009, os jogos sociais passaram a estar sujeitos a Imposto do Selo, o qual passa a incidir sobre as apostas realizadas à taxa de 4,5%, conforme verba 11 da Tabela Geral do Imposto do Selo. O imposto é exigido a quem detém o título do benefício do rendimento, neste caso o Departamento de Jogos, e tratando-se de um imposto cobrado por conta do Estado numa transação que originou rédito, este é abatido ao rédito dos jogos sociais.

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores

Os Mediadores são remunerados pelos Apostadores relativamente aos serviços que lhes são prestados, conforme previsto no regulamento dos Mediadores (Portaria n.º 313/2004, de 23 de março, alterada pela Portaria n.º 216/2012, de 18 de julho).

Esta remuneração é realizada mediante a cobrança de uma percentagem sobre o valor das apostas, paga pelos Apostadores, de acordo com as tabelas aprovadas pela Mesa da Santa Casa.

O preço final da aposta já inclui esta remuneração.

Jogo Social	% Remuneração
Totobola	7%
Totoloto	7%
Joker	7%
Euromilhões	5%
Lotaria Clássica	12,7%
Lotaria Clássica - Venda terminal	7%
Lotaria Popular	12,5%
Lotaria Popular - Venda terminal	7%
Lotaria Instantânea	10%
Apostas Desportivas à Cota	5%
Totosorteio	5%

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:

- O montante correspondente a 2,0 % destinado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

Outras vendas

Valores referentes a venda de resíduos para reciclagem.

4.21. Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método direto.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração de fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em atividades: i) operacionais; ii) investimento; e iii) financiamento.

As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de Mediadores, o pagamento de prémios e de impostos, a distribuição dos resultados aos Beneficiários, os pagamentos a fornecedores e ao pessoal.

Os fluxos de caixa incluídos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos da venda e compra de ativos imobilizados, e ainda remuneração de equivalentes de caixa e liquidação dos mesmos na maturidade, ou aquando da sua alienação.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento não têm expressão.

4.22. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos entre a data do balanço e a data da aprovação das demonstrações financeiras que afetem o valor dos ativos e passivos existentes são considerados na preparação das demonstrações financeiras, caso sejam significativos. Consoante a natureza dos mesmos, poderão dar origem a ajustamentos aos montantes reportados à data do balanço ou divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

4.23. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Departamento de Jogos tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

4.24. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Na ausência de uma NCRF de aplicação específica a uma transação ou a outro evento ocorrido na Entidade, a política de relato financeiro a seguir baseia-se em normas e interpretações que tratem de transações ou eventos semelhantes e na Estrutura Conceptual.

4.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o impacto real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Provisões

O Departamento de Jogos analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Sempre que adequado, o Departamento de Jogos suporta o seu julgamento com base na opinião dos advogados para determinar a necessidade de reconhecimento da eventual provisão para fazer face a essas contingências bem como o valor da mesma (Nota 19).

Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade e invalidez.

As alterações dos pressupostos atuariais terão impactos no valor contabilístico líquido das responsabilidades, sendo tal impacto expresso em resultados do período (Nota 20).

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e de amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento para os ativos no âmbito da atividade (Nota 7 e Nota 8).

5. Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O Departamento de Jogos não possui quaisquer montantes de “Caixa e equivalentes de caixa” que estejam sujeitos a restrições de utilização.

As obrigações assumidas pelo Departamento de Jogos no âmbito da gestão dos jogos sociais e no pagamento de prémios estão “fundeadas” na totalidade através de aplicações financeiras a prazo (não correntes), para as quais existem determinações legais quanto à sua movimentação, mas que não constituem “Caixa ou equivalentes de caixa”.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de Caixa e de Depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa, apresenta os seguintes valores:

	(euros)	
	2016	2015
Numerário		
- Caixa	19.040	361.156
	19.040	361.156
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	12.639.577	15.609.762
- Depósitos a prazo < 90 dias	225.500.000	167.600.385
- Depósitos a prazo > 90 dias	28.930.000	28.800.000
	267.069.577	212.010.147
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	267.088.617	212.371.303
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-
Total de Caixa e equivalentes de caixa	267.088.617	212.371.303

Não se verificou qualquer situação de descoberto em contas bancárias do Departamento de Jogos.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros de períodos anteriores.

7. Ativos fixos tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

(euros)

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento informático	Outro Equipamento administrativo	Sinalética	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2015									
Custo de aquisição	2.697.398	45.938.151	181.441	7.231.574	1.162.887	2.324.215	699.100	1.514.509	61.749.274
Depreciações acumuladas	(1.535.083)	(41.904.586)	(159.832)	(5.892.405)	(934.287)	(2.193.231)	(456.312)	-	(53.075.735)
Valor líquido	1.162.315	4.033.565	21.609	1.339.169	228.600	130.984	242.789	1.514.509	8.673.540
Adições	-	-	-	81.785	37.694	12.828	33.011	5.801.975	5.967.293
Transferências e abates	-	7.021.831	-	282.030	2.826	(3.041)	7.644	(7.314.331)	(3.041)
Depreciação - período	(127.607)	(718.395)	(7.950)	(906.485)	(96.285)	(44.191)	(60.394)	-	(1.961.306)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	3.041	-	-	3.041
Valor líquido	1.034.709	10.337.001	13.659	796.498	172.835	99.622	223.050	2.152	12.679.527
31 de dezembro de 2015									
Custo de aquisição	2.697.398	52.959.982	181.441	7.595.388	1.203.407	2.334.002	739.755	2.152	67.713.526
Depreciações acumuladas	(1.662.689)	(42.622.981)	(167.782)	(6.798.890)	(1.030.572)	(2.234.380)	(516.705)	-	(55.034.000)
Valor líquido	1.034.709	10.337.001	13.659	796.498	172.835	99.622	223.050	2.152	12.679.527
1 de janeiro de 2016									
Custo de aquisição	2.697.398	52.959.982	181.441	7.595.388	1.203.407	2.334.002	739.755	2.152	67.713.526
Depreciações acumuladas	(1.662.689)	(42.622.981)	(167.782)	(6.798.890)	(1.030.572)	(2.234.380)	(516.705)	-	(55.034.000)
Valor líquido	1.034.709	10.337.001	13.659	796.498	172.835	99.622	223.050	2.152	12.679.527
Adições	-	646.599	-	651.496	42.614	20.525	36.284	2.427.648	3.825.166
Transferências e abates	(2.697.398)	2.326.823	-	(331.714)	-	(3.385)	-	(2.111.538)	(2.817.212)
Depreciação - período	(76.780)	(1.842.126)	(6.708)	(631.878)	(55.362)	(35.634)	(79.919)	-	(2.728.408)
Depreciação- transf. e abates	1.739.469	-	-	-	-	3.385	-	-	1.742.854
Valor líquido	-	11.468.297	6.951	484.402	160.086	84.513	179.415	318.262	12.701.927
31 de dezembro de 2016									
Custo de aquisição	-	55.933.404	181.441	7.915.170	1.246.021	2.351.143	776.039	318.262	68.721.480
Depreciações acumuladas	-	(44.465.107)	(174.490)	(7.430.768)	(1.085.934)	(2.266.630)	(596.624)	-	(56.019.553)
Valor líquido	-	11.468.297	6.951	484.402	160.086	84.513	179.415	318.262	12.701.927

Os valores mais significativos contabilizados como “Equipamento básico” correspondem ao equipamento de jogo instalado nos pontos de venda dos Mediadores dos jogos sociais, nomeadamente os terminais e equipamento de impressão complementar.

Os aumentos ocorridos na rubrica ativos fixos tangíveis no decurso do período de 2016, refletem 3.825.166 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico (adições 2015: 5.967.293 euros, essencialmente provenientes de aquisições de equipamento básico).

No período findo em 31 de dezembro de 2016, registaram-se os abates:

- Em “Edifícios e outras construções”, referentes às obras de beneficiação no edifício da ex-sede do Departamento de Jogos, Rua das Taipas n.º 1, Instalações do Núcleo Gáfico no complexo de S. Roque e nas ex-instalações da Delegação do Porto (2015: não se registaram abates);
- Em “Sinalética” no valor de 3.385 euros (2015: 3.041 euros).

As depreciações dos bens dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, pela sua totalidade, na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” da demonstração dos resultados.

À data de 31 de dezembro de 2016 os ativos fixos tangíveis em poder de terceiros ascendem a 9.518.125 euros, sendo 9.433.613 euros relativos a terminais e 84.513 euros relativos a peças promocionais de sinalética (2015: 8.782.845 euros, sendo 8.683.224 euros relativos a terminais e 99.622 euros relativos a peças promocionais de sinalética).

8. Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis refere-se ao Portal Jogos Santa Casa e programas informáticos de suporte às atividades operacionais e administrativas do Departamento de Jogos. A evolução registada para os períodos apresentados, é como segue:

A rúbrica programas de computador é composta por *software* de suporte ao jogo e à rede física.

	(euros)			
	Propriedade industrial	Programas de computador	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2015				
Custo de aquisição	3.442.657	20.941.666	-	24.384.322
Amortizações acumuladas	(3.298.371)	(19.913.136)	-	(23.211.507)
Valor líquido	144.285	1.028.530	-	1.172.815
Adições	-	1.783.739	622.781	2.406.520
Transferências e abates	-	622.781	(622.781)	-
Amortização - período	(144.285)	(692.812)	-	(837.098)
Valor líquido	-	2.742.238	-	2.742.238
31 de dezembro de 2015				
Custo de aquisição	3.442.657	23.348.186	-	26.790.842
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(20.605.948)	-	(24.048.604)
Valor líquido	-	2.742.238	-	2.742.238
1 de janeiro de 2016				
Custo de aquisição	3.442.657	23.348.186	-	26.790.842
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(20.605.948)	-	(24.048.604)
Valor líquido	-	2.742.238	-	2.742.238
Adições	-	329.736	2.481.857,97	2.811.593
Transferências e abates	-	2.169.190	(2.481.857,97)	(312.667)
Amortização - período	-	(1.366.619)	-	(1.366.619)
Valor líquido	-	3.874.545	-	3.874.545
31 de dezembro de 2016				
Custo de aquisição	3.442.657	25.847.112	-	29.289.768
Amortizações acumuladas	(3.442.657)	(21.972.567)	-	(25.415.223)
Valor líquido	-	3.874.545	-	3.874.545

9. Participações financeiras - outros métodos

O saldo registado nesta rúbrica contempla:

- A participação de 5,2% no capital social da SLE – Services aux Loteries en Europe, entidade constituída para a gestão do jogo Euromilhões e na qual o Departamento de Jogos participa na condição de lottery operator do Jogo Social de Apostas Mútuas Europeu – Euromilhões; e

- A participação de 50% no capital social da NLCS - National Lotteries Common Services, Sociedade por Ações Simplificada de direito francês, constituída em 2013 e com vista ao estreitamento de relações com outras Lotarias de Estado e ao desenvolvimento de plataformas de cooperação.

10. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a rubrica de Outros ativos financeiros apresenta a seguinte decomposição:

	(euros)	
	2016	2015
Fundos obrigatórios	139.141.608	125.872.567
Fundo LI (WFL)	25.267.047	18.370.321
Outros investimentos financeiros	17.677	15.685
Total	164.426.331	144.258.573

O saldo de Fundos obrigatórios refere-se maioritariamente aos fundos constituídos pelo Departamento de Jogos, no âmbito das obrigações assumidas com a atribuição da exploração dos jogos sociais, para reclamações e pagamentos de prémios, e ainda para renovação de equipamento e material (FREM).

Os Fundos a manter pelo Departamento de Jogos são constituídos de acordo com as seguintes regras:

	%	%	Limite máximo	Legislação aplicável
	Receitas	Prémios	fixado (euros)	
Fundos para reclamação e pagamento de prémios				
Totobola	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 de mar., com as alterações introduzidas pelos Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 de nov. e n.º 258/97, de 30 de set., republicado pelo Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.
Totoloto	0,5%	-	423.978	Dec.-Lei n.º 317/2002, de 27 de dez., e Dec.-Lei n.º 153/2000 de 21 de jul.
Totogolo	0,5%	-	74.820	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Joker	2,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 412/93, de 21 de dez., republicado pelo Dec.-Lei n.º 153/2009, de 2 de jul.
Euromilhões	1,0%	-	150.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	1,0%	-	5.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 de abr.
Totosorteio	1,0%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundo para pagamento de prémios dos Concursos				
Totoloto	0,0%	10,0%	Não definido	Dec.-Lei n.º 200/2009, de 27 de ago., regulamentado pela Portaria n.º 102/2011, de 11 de mar.
Totosorteio	(a)	-	Não definido	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.
Fundos para renovação de equipamento e material				
Totoloto	2,0%	-	24.939.895	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar., Dec.-Lei n.º 387/86, de 17 nov. e Dec.-Lei n.º 153/2000, de 21 jul.
Totogolo	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 225/98, de 17 jul (jogo suspenso).
Totobola	1,0%	-	748.197	Dec.-Lei n.º 84/85, de 28 mar. e Dec.-Lei n.º 387/86, 17 nov.
Euromilhões	1,0%	-	20.000.000	Dec.-Lei n.º 210/2004, de 20 de ago, republicado pelo Dec.-Lei n.º 44/2011, de 24 de mar.
Apostas Desportivas à Cota	0,2%	-	2.000.000	Dec.-Lei n.º 67/2015, de 29 abr.
Totosorteio	0,5%	-	1.000.000	Dec.-Lei n.º 43/2016, de 16 de ago.

(a) Constituído pelo remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.



Por decisão de gestão foi criado um Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life* (WFL).

O Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, alargou o âmbito do Fundo de renovação do equipamento e material de forma a dar cobertura à reorganização do Departamento de Jogos, decorrente da implementação do sistema *online*. Assim, tais Fundos podem ser utilizados “para suportar quaisquer despesas com a implementação do sistema de registo de apostas em tempo real (sistema *online*), nomeadamente as relativas à imagem, agentes, pessoal, renovação das instalações, renovação de material e equipamento, e outros”.

O Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, veio permitir que "a participação no Joker seja realizada em simultâneo com todos os jogos sociais do Estado, nomeadamente com o Euromilhões". A republicação do Decreto-Lei n.º 412/93, de 21 de dezembro pelo Decreto-Lei n.º 153/2009, de 2 de julho, alterou o limite do Fundo para pagamento de prémios do Joker de 997.596 euros para 1.000.000 euros.

O saldo negativo deste fundo em 31 de dezembro é justificado pelo facto das constituições, obtidas a partir de 2% das vendas, não terem sido suficientes para cobrir as utilizações ocorridas ao longo do ano e que se destinam a perfazer o montante dos primeiros prémios atribuídos, de valor mínimo de 500.000 euros.

Os fundos têm subjacente um princípio de continuidade, pelo que as constituições provenientes de concursos futuros levarão à sua reposição

O Decreto-Lei n.º 200/2009, de 2 de julho, autorizou a constituição de um Fundo que garanta o montante mínimo de 1.000.000 euros para o primeiro prémio do Totoloto, cujo valor inicial foi de 5.000.000 euros por utilização do Fundo de renovação do equipamento e material. Este valor é reembolsado a desder de 1 de janeiro de 2012 "à razão de, pelo menos, 0,3% do valor semanal do Fundo para o primeiro prémio do Totoloto, referido no número anterior, até integral pagamento".

Com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios de categoria especial de prémios, denominada “Número da Sorte”.

O Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto, que criou o regime jurídico da organização e exploração do Totosorteio determina que seja constituído um Fundo para prémios, destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo. Este Fundo é constituído em cada sorteio com o remanescente, se existir, da importância destinada a prémios.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o detalhe dos Fundos obrigatórios constituídos é como segue:

	(euros)				
	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2015	468.867	74.820	-	-	543.686
Reforços	125.141	-	-	-	125.141
Utilizações	(300.988)	-	-	-	(300.988)
31 de dezembro de 2015	293.020	74.820	-	-	367.839
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Totoloto					
1 de janeiro de 2015	20.006.387	423.978	17.785.165	-	38.215.530
Reforços	1.539.300	-	8.249.301	-	9.788.601
Utilizações	(11.132.176)	-	(3.987.982)	-	(15.120.157)
31 de dezembro de 2015	10.413.511	423.978	22.046.485	-	32.883.974
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	-	
Totogolo					
1 de janeiro de 2015	29.032	74.820	-	-	103.852
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	29.032	74.820	-	-	103.852
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Joker					
1 de janeiro de 2015	-	759.110	-	-	759.110
Reforços	-	603.522	-	-	603.522
Utilizações	-	(1.248.687)	-	-	(1.248.687)
31 de dezembro de 2015	-	113.944	-	-	113.944
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2015	20.000.000	68.762.491	-	-	88.762.491
Reforços	2.961.210	-	-	-	2.961.210
Utilizações	(11.285.713)	8.205.616	-	-	(3.080.097)
31 de dezembro de 2015	11.675.497	76.968.107	-	-	88.643.604
Limite máximo fixado	20.000.000	-	-	-	
Apostas Desportivas à Cota					
1 de janeiro de 2015	-	-	-	-	-
Reforços	130.784	3.653.922	-	-	3.784.706
Utilizações	(25.353)	-	-	-	(25.353)
31 de dezembro de 2015	105.432	3.653.922	-	-	3.759.353
Limite máximo fixado	2.000.000	5.000.000	-	-	
Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)					
1 de janeiro de 2015	-	-	-	-	-
Reforços	-	-	-	18.370.321	18.370.321
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	-	-	-	18.370.321	18.370.321
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Totais					
1 de janeiro de 2015	40.504.286	70.095.219	17.785.165	-	128.384.669
Reforços	4.756.434	4.257.444	8.249.301	18.370.321	35.633.500
Utilizações	(22.744.228)	6.956.928	(3.987.982)	-	(19.775.282)
31 de dezembro de 2015	22.516.492	81.309.591	22.046.485	18.370.321	144.242.888

(euros)

	Fundo para renovação do equipamento e material	Fundo para reclamação e pagamento de prémios	Fundo para pagamento de prémios dos Concursos	Fundo para pagamento de prémios da Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)	Total
Totobola					
1 de janeiro de 2016	293.020	74.820	-	-	367.839
Reforços	94.677	-	-	-	94.677
Utilizações	(165.191)	-	-	-	(165.191)
31 de dezembro de 2015	222.506	74.820	-	-	297.326
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Totoloto					
1 de janeiro de 2016	10.413.511	423.978	22.046.485	-	32.883.974
Reforços	2.301.040	-	7.118.070	-	9.419.110
Utilizações	(7.039.832)	-	(5.300.280)	-	(12.340.112)
31 de dezembro de 2016	5.674.719	423.978	23.864.274	-	29.962.971
Limite máximo fixado	24.939.895	423.978	Não definido	-	
Totogolo					
1 de janeiro de 2016	29.032	74.820	-	-	103.852
Reforços	-	-	-	-	-
Utilizações	-	(74.820)	-	-	(74.820)
31 de dezembro de 2016	29.032	-	-	-	29.032
Limite máximo fixado	748.197	74.820	-	-	
Joker					
1 de janeiro de 2016	-	113.944	-	-	113.944
Reforços	-	623.876	-	-	623.876
Utilizações	-	(1.514.744)	-	-	(1.514.744)
31 de dezembro de 2016	-	(776.924)	-	-	(776.924)
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Euromilhões					
1 de janeiro de 2016	11.675.497	76.968.107	-	-	88.643.604
Reforços	7.803.005	7.803.005	-	-	15.606.010
Utilizações	(7.796.798)	-	-	-	(7.796.798)
31 de dezembro de 2016	11.681.704	84.771.112	-	-	96.452.816
Limite máximo fixado	20.000.000	-	-	-	
Apostas Desportivas à Cota					
1 de janeiro de 2016	105.432	3.653.922	-	-	3.759.353
Reforços	770.772	1.346.078	-	-	2.116.850
Utilizações	(267.138)	-	-	-	(267.138)
31 de dezembro de 2016	609.066	5.000.000	-	-	5.609.066
Limite máximo fixado	2.000.000	5.000.000	-	-	
Totosorteio					
1 de janeiro de 2016	-	-	-	-	-
Reforços	147.215	294.431	7.137.988	-	7.579.634
Utilizações	(12.312)	-	-	-	(12.312)
31 de dezembro de 2016	134.903	294.431	7.137.988	-	7.567.322
Limite máximo fixado	2.000.000	5.000.000	Não definido	-	
Lotaria Instantânea (<i>win for life</i>)					
1 de janeiro de 2016	-	-	-	18.370.321	18.370.321
Reforços	-	-	-	6.896.725	6.896.725
Utilizações	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	-	-	-	25.267.047	25.267.047
Limite máximo fixado	-	-	-	-	
Totais					
1 de janeiro de 2016	22.516.492	81.309.591	22.046.485	18.370.321	144.242.888
Reforços	11.116.709	10.067.390	14.256.058	6.896.725	42.336.882
Utilizações	(15.281.272)	(1.589.564)	(5.300.280)	-	(22.171.115)
31 de dezembro de 2016	18.351.929	89.787.417	31.002.262	25.267.047	164.408.655



Os “Outros investimentos financeiros” referem-se a uma barra de ouro detida pelo Departamento de Jogos, a qual se encontra valorizada ao justo valor, sendo que os efeitos de atualização do justo valor para o período findo a 31 de dezembro de 2016, tiveram um impacto positivo de 1.992 euros (2015: impacto negativo de 194 euros).

11. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2015 e 2016 é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Consumíveis para jogo	415.874	431.329
Bilhetes de Lotaria Instantânea	2.606.573	3.489.270
Bilhetes de Apostas Mútuas	77.153	29.198
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	138.525	130.511
Papel térmico	1.089.007	1.501.621
Papel térmico (em trânsito)	29.871	29.871
Imparidade de inventários	(10.765)	(10.765)
Total inventários	4.346.238	5.601.035

O custo dos inventários reconhecido no período como gasto, e incluído na rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” totalizou 14.804.174 euros (2015: 12.362.500 euros).

- Imparidade de inventários

Em 2016 não se registaram quaisquer alterações às imparidades de inventários, mantendo-se o saldo de 2015, que corresponde a 10.737 euros e a 28 euros de bilhetes de Apostas Mútuas e de Lotaria Instantânea, respetivamente.

12. Mediadores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a decomposição da rubrica de Mediadores, é como se segue:

	(euros)					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Mediadores	35.648.716	-	35.648.716	17.355.386	-	17.355.386
Mediadores cobrança duvidosa	1.392.593	-	1.392.593	911.558	-	911.558
	37.041.308	-	37.041.308	18.266.944	-	18.266.944
Ajustamentos de Mediadores	(1.392.593)	-	(1.392.593)	(911.558)	-	(911.558)
Total Mediadores	35.648.716	-	35.648.716	17.355.386	-	17.355.386

Nesta rubrica encontram-se registados os valores a receber dos Mediadores do Departamento de Jogos, referentes às receitas de Apostas Mútuas (Totobola, Totoloto, Euromilhões, Totosorteio e Joker), Lotaria Nacional (Lotaria Clássica e Lotaria Popular), Lotaria Instantânea e Apostas Desportivas à Cota.

Os Mediadores com maior volume são a “Casa da Sorte” e a “Casa Campião”, cujos saldos brutos ascendem, respetivamente, a 4.499.660 euros e 2.593.814 euros em 31 de dezembro de 2016 (2015: 6.109.447 euros e 2.491.227 euros).

Os movimentos das imparidades são como se segue:

	(euros)	
	2016	2015
1 de janeiro	911.558	1.019.797
Aumentos	597.070	12.693
Utilizações	(108.036)	(92.472)
Reversões	(8.000)	(28.460)
31 de dezembro	1.392.593	911.558

13. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, os saldos de Estado e outros entes públicos, são como se segue:

	(euros)			
	2016		2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos s/ rendimento - IRS e IRC	-	18.666	-	13.108
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	1.813	-	157.873	-
Imposto do selo	-	35.810.927	-	19.516.157
Total	1.813	35.829.594	157.873	19.529.265

14. Outros créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a decomposição da rubrica “Outros créditos a receber”, é como segue:

	(euros)					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Pessoal	31.942	-	31.942	37.130	-	37.130
Outros créditos a receber						
Euromilhões - <i>Primary Insurance</i>	5.029.220	-	5.029.220	5.219.707	-	5.219.707
Euromilhões - <i>Pre-deposit amount</i>	5.082.789	-	5.082.789	4.962.879	-	4.962.879
Euromilhões (Saldo Inicial) - <i>Booster</i>	3.055.447	-	3.055.447	3.055.447	-	3.055.447
Euromilhões - <i>Mutual Insurance</i>	2.000.000	-	2.000.000	2.000.000	-	2.000.000
Adiantamentos a fornecedores	373.979	-	373.979	29.648	-	29.648
Outras	206.996	-	206.996	327.303	-	327.303
Devedores por acréscimos de rendimentos	364.004	-	364.004	8.212.104	-	8.212.104
Outros créditos a receber	16.144.377	-	16.144.377	23.844.218	-	23.844.218

14.1. Pessoal

As dívidas ativas ao pessoal referem-se a adiantamentos sobre ajudas de custo atribuídos a colaboradores do Departamento de Jogos e empréstimos concedidos.

14.2. Outros créditos a receber

Euromilhões – Primary Insurance: Depósito obrigatório a constituir pelas entidades exploradoras do Jogo Euromilhões, junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual corresponde a um terço da média semanal de vendas de jogo do último semestre;

Euromilhões – Pre-deposit Insurance: Contrapartida financeira assumida pelo Departamento de Jogos enquanto entidade exploradora do jogo Euromilhões. Este depósito, também designado como *Relevant Deposit Amount/ Default Insurance* é calculado em função do valor total das transferências de todos os operadores de lotarias que exploraram o Euromilhões nos últimos doze meses que antecederam a fixação do valor em causa, sendo este dividido pelo correspondente número de sorteios (excluindo aqueles em que tenha havido um *super jackpot* mínimo garantido), por forma a obter-se a média semanal que será multiplicada por 2,2 vezes o valor total apurado. A este resultado será aplicada a percentagem do *cost sharing*, que corresponde a peso relativo das vendas de cada lotaria nos últimos 6 meses.

Euromilhões - Saldo Inicial – Prize Guarantee Fund: O Departamento de Jogos deve proceder a deduções específicas para reforço do fundo de reserva para prémios de jogo Euromilhões. Este foi o valor inicial que o Departamento de Jogos depositou junto da entidade financeira que assume a gestão dos ativos de exploração do jogo, o qual se encontra segregado dos movimentos de constituição e utilização ocorridos desde 2004, registados na rubrica de “Prémios a pagar”. Este Fundo, até 27 de setembro de 2016, correspondia a 8,6% do valor destinado a prémios (50% das vendas totais). A partir daquela data, o *Prize Guarantee Fund* passou a variar consoante o ciclo de acumulação de *jackpot's*, sendo de 4,8% para ciclos de acumulação de 1 a 6 e de 21% para ciclos de acumulação de 7 em diante.

Euromilhões – Mutual Insurance: Valor de caução entregue pelo Departamento de Jogos como entidade exploradora do jogo Euromilhões, a qual permanecerá retida enquanto o Departamento de Jogos for elemento do sistema de jogo;

Adiantamentos a fornecedores no valor de 373.979 euros (2015: 29.648 euros);

Outros: O valor de 203.510 euros, incluído no saldo em aberto, refere-se a um adiantamento efetuado a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, sobre a transmissão do título de propriedade do edifício ex-sede do Departamento de Jogos na Rua das Taipas, situação que continua a ser negociada por ambas as partes. Ulteriormente, esta situação tem que ser objeto de apropriada resolução jurídica.

14.3. Devedores por acréscimos de rendimentos

O detalhe dos devedores por acréscimos de rendimentos é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Juros a receber	307.839	1.495.593
Outros devedores por acréscimos de rendimentos	5.889	5.391
Lotaria Nacional	50.276	85.430
Totoloto	-	910.854
Euromilhões	-	5.714.836
Total	364.004	8.212.104

Juros a receber: Saldo referente à especialização de rendimentos dos Fundos obrigatórios do Departamento de Jogos;

A rubrica Lotaria Nacional diz respeito a especialização referente a prémios caducados.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Diferimentos – gastos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 o Departamento de Jogos tem registado na rubrica de Diferimentos – gastos a reconhecer, os seguintes saldos:

	(euros)	
	2016	2015
Especialização da remuneração dos Mediadores pagas p/ Apostadores	560.415	812.348
Outros	136.254	144.409
Gastos a reconhecer	696.669	956.757

Na rubrica Especialização da remuneração dos Mediadores pagas pelos Apostadores, os valores reconhecidos respeitam às remunerações relativas às apostas cujas vendas são antecipadas. Estes valores discriminam-se pelos jogos sociais da seguinte forma: 270 mil euros - Lotaria Clássica; 136 mil euros - Lotaria Popular; 66 mil euros - Euromilhões; 36 mil euros – Joker; 28 mil euros - Apostas Desportivas à Cota; 11 mil euros -Totoloto; 9 mil euros - Totobola; e 4 mil euros - Totosorteio.

Na rubrica Outros encontram-se registados valores relativos a rendas e a investimentos e encargos referentes ao alargamento do portefólio de jogos, bem como outros gastos incorridos referentes a períodos subsequentes.

16. Fundo social

O Departamento de Jogos não possui autonomia jurídica da Santa Casa pelo que não tem capital social estatutário. O montante reconhecido como “Fundo social” refere-se ao valor de entradas em espécie ocorridas à data da sua constituição.

17. Resultados

De acordo com o Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro todos os resultados gerados pelo Departamento de Jogos são distribuídos pelos Beneficiários dos jogos sociais. Aqueles resultados estão sujeitos à retenção do montante exigido para a constituição do Fundo de renovação de equipamento e material.

O detalhe de aplicação do resultado líquido do Departamento de Jogos para os períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 2016 é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Resultado distribuído	664.369.849	596.636.057
Resultado retido (constituição Fundo de renovação de equipamento e material)	11.098.504	4.735.143
	675.468.353	601.371.200

O resultado do Departamento de Jogos do período vai sendo antecipadamente distribuído pelos diversos Beneficiários, com base nos resultados mensais, segundo as percentagens constantes no Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelos Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro.

A distribuição pelos Beneficiários é a seguinte:

		(euros)	
Beneficiários		2016	2015
Ministério da Administração Interna	Autoridade Nacional de Proteção Civil	18.066.840	16.187.117
	Secretaria-Geral do MAI (Riscos sociais)	1.956.697	1.753.117
	Secretaria-Geral do MAI (Policiamento de espetáculos desportivos)	4.500.404	4.032.170
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública IGCP, E.P.E.		14.870.901	13.323.692
Presidência do Conselho Ministros	Fundo de Fomento Cultural	22.438.076	20.455.198
	Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P.	60.584.773	54.633.011
	Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade	4.050.189	2.925.515
Ministério do Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP	217.389.089	194.771.341
	Fundação INATEL	7.761.567	6.954.032
Ministério da Saúde		107.227.021	96.070.833
Ministério da Educação	Desporto escolar	6.522.325	5.843.725
	Projetos especiais destinados a estudantes do ensino secundário	3.195.939	2.863.425
Direção Regional de Juventude e Desporto - Madeira		1.304.465	1.168.745
Instituto de Desporto dos Açores		1.304.465	1.168.745
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa		181.059.739	162.221.795
Subtotal dos resultados a distribuir		652.232.491	584.372.462
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão		2.610.968	3.027.036
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ^(a)		9.526.391	9.236.559
TOTAIS		664.369.849	596.636.057

(a) Estão incluídos neste montante os prémios caducados da Lotaria Nacional, do Euromilhões e das Apostas Desportivas à Cota (2016: 8.028 mil euros; 2015: 7.752 mil euros), 4,7% do Resultado da Lotaria Nacional e 0,225% do capital emitido destas Lotarias (2016: 1.348 mil euros; 2015: 1.348 mil euros) e Coimas - Lei n.º 30/2006 (2016: 151 mil euros; 2015: 136 mil euros).

18. Outras variações no capital próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2016:

	(euros)	
	2016	2015
Totobola		
1 de janeiro	293.020	468.867
Adições	94.677	125.141
Utilizações	(165.191)	(300.988)
31 de dezembro	222.506	293.020
Totoloto		
1 de janeiro	10.413.511	20.006.387
Adições	2.282.835	1.518.008
Utilizações	(7.039.832)	(11.132.176)
Transferências	18.205	21.291
31 de dezembro	5.674.719	10.413.511
Totogolo		
1 de janeiro	29.032	29.032
Adições	-	-
Utilizações	-	-
31 de dezembro	29.032	29.032
Euromilhões		
1 de janeiro	11.675.497	20.000.000
Adições	7.803.005	2.961.210
Utilizações	(7.796.798)	(11.285.713)
31 de dezembro	11.681.704	11.675.497
Apostas Desportivas à Cota		
1 de janeiro	105.432	-
Adições	770.772	130.784
Utilizações	(267.138)	(25.353)
31 de dezembro	609.066	105.432
Totosorteio		
1 de janeiro	-	-
Adições	147.215	-
Utilizações	(12.312)	-
31 de dezembro	134.903	-
Total do Fundo renovação do equipamento	18.351.929	22.516.492
Valor líquido dos investimentos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	12.450.380	3.927.036
Investimentos	5.880.862	10.201.090
Regularização por resultados	(3.302.324)	(1.677.746)
31 de dezembro	15.028.917	12.450.380
Valor líquido dos gastos financiados pelo Fundo		
1 de janeiro	-	-
Gastos	7.400.410	9.543.138
Regularização por resultados	(7.400.410)	(9.543.138)
31 de dezembro	-	-
Totais		
1 de janeiro	34.966.872	44.431.322
Adições	11.098.504	4.735.143
Utilizações	(15.281.272)	(22.744.228)
Investimentos	5.880.862	10.201.090
Gastos	7.400.410	9.543.138
Regularização por resultados	(10.702.734)	(11.220.885)
Transferências	18.205	21.291
31 de dezembro	33.380.846	34.966.872

Os valores apresentados correspondem às rubricas dos Fundos de renovação de equipamento e material, que representa as responsabilidades previstas na legislação aplicável ao Departamento

de Jogos, quanto à constituição de Fundos para reestruturação e investimento do sistema e equipamento de jogo (ver Nota 10 – Outros investimentos financeiros).

O valor das adições resulta de retenções efetuadas para o Fundo de renovação de equipamento e material, cujo âmbito foi alterado através do Decreto-Lei n.º 153/2000, de 21 de julho, sendo, no caso dos Jogos cujo fundo se encontrava integralmente constituído, valores referentes à reposição do Fundo devido a investimentos efetuados e a gastos de projetos durante o período.

As utilizações correspondem, a investimentos, gastos e valor e outras despesas de arranque de projetos financiados pelo fundo de Renovação do Equipamento e Material, onde se inclui a constituição de Fundos para prémios.

O valor de regularização por resultados resulta da compensação de amortizações de investimentos e de gastos financiados pelo Fundo.

Como previsto no Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto, as transferências correspondem ao reembolso do montante utilizado do Fundo renovação de equipamento e material para constituição inicial do Fundo que garante um montante mínimo para o primeiro prémio do Totoloto (com a publicação da Portaria n.º 102/2011, de 11 de março, este Fundo passou também a assegurar, quando necessário o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”).

19. Provisões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o detalhe da rubrica de “Provisões” apresenta os seguintes valores:

	Processos judiciais	Pagamentos de prémios					Outras provisões	Total
		Joker	Totobola	Totoloto	Euromilhões	Apostas Desportivas à Cota		
1 de janeiro de 2015	757.699	759.110	74.820	423.978	68.762.491	-	-	70.778.097
Dotação	-	603.522	-	-	8.205.616	3.653.922	0	13.863.059
Utilização	-	(1.248.687)	-	-	-	-	-	(1.248.687)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2015	757.699	113.944	74.820	423.978	76.968.107	3.653.922	-	83.392.469
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	757.699	113.944	74.820	423.978	76.968.107	3.653.922	-	83.392.469
1 de janeiro de 2016	757.699	113.944	74.820	423.978	76.968.107	3.653.922	-	83.392.469
Dotação	343.099	623.876	-	-	7.803.005	1.346.078	294.431	10.730.488
Utilização	-	(1.514.744)	-	-	-	-	-	(1.514.744)
Reversão	-	-	-	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2016	1.100.797	(776.924)	74.820	423.978	84.771.112	5.000.000	294.431	92.608.214
Saldo corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	1.100.797	(776.924)	74.820	423.978	84.771.112	5.000.000	294.431	92.608.214

19.1. Processos judiciais

Provisão constituída segundo a avaliação que o Departamento de Jogos efetua da sua exposição a contingências jurídicas, nomeadamente processos de natureza cível nos quais o Departamento de Jogos é réu.

19.2. Pagamentos de prémios

A constituição de provisões para pagamento de prémios de jogos sociais resulta da aplicação dos pressupostos dos diplomas legais que regulam a exploração dos jogos sociais, encontrando-se o Departamento de Jogos obrigado a cativar determinadas percentagens das receitas de Totoloto, Totobola, Joker, Euromilhões, Totosorteio e Apostas Desportivas à Cota para eventuais reclamações de prémios (ver Nota 4.13 – Provisões). A variação deveu-se ao reforço das provisões para pagamento de prémios do Euromilhões e do Totosorteio, para as quais ainda não havia sido atingido o limite legal e ainda pela utilização pelo pagamento de prémios do Joker e o seu consequente reforço.

Para o Fundo de pagamento de prémios das Apostas Desportivas à Cota, procedeu-se, em 2015, à constituição de um valor inicial no montante de 3.000.000 euros, suportado pela utilização do Fundo de renovação de equipamento e material, tendo-se atingido o limite de 5.000.000 de euros ao longo de 2016.

19.3. Outras provisões

Por prudência, procedeu-se ao reforço no valor de 320 mil euros da provisão constituída em 2015 para eventual necessidade de recapitalização do Fundo de Pensões.

20. Responsabilidades por benefícios pós-emprego e outros

O Fundo de Pensões foi constituído com a finalidade de garantir uma quota-parte dos benefícios previstos no Estatuto da Função Pública, correspondendo ao número de anos e meses contados desde a data de inscrição na Segurança Social, até à data de inscrição na Caixa Geral de Aposentações (CGA), assim como os complementos de reforma previstos nos Decretos-Lei n.º 247/80, de 24 de julho, e n.º 94/2000, de 23 de maio. Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, o Departamento de Jogos contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos períodos.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras do Departamento de Jogos é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Impacto no balanço		
Complementos de pensões	(1.048.778)	(1.052.200)
	(1.048.778)	(1.052.200)
Impacto na demonstração dos resultados		
Complementos de pensões	(1.048.778)	(1.029.739)
	(1.048.778)	(1.029.739)

O estudo atuarial desenvolvido por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2016, para apuramento das responsabilidades acumuladas a essa data, teve por base os seguintes pressupostos:

	2016	2015
Taxa anual de desconto	4,00%	4,50%
Taxa anual de crescimento dos salários	0,00%	0,00%
Taxa anual de crescimento das pensões		
Até 2020	0,00%	0,00%
Após 2020	1,25%	1,25%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80

Plano de pensões

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a cobertura das responsabilidades do Departamento de Jogos pelos ativos do Fundo era a seguinte:

	(euros)	
	2016	2015
Valor presente da obrigação	(15.368.118)	(15.156.084)
Justo valor dos ativos do plano	14.319.340	14.103.885
Impacto no balanço	(1.048.778)	(1.052.200)

A evolução verificada no valor presente da obrigação com o Plano de Pensões nos períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 2016 detalha-se como se segue:

	(euros)	
	2016	2015
1 de janeiro	15.156.084	15.604.679
Custo dos juros	637.116	666.899
Pagamento de benefícios	(1.017.003)	(1.369.778)
Ganhos/(perdas) atuariais	591.920	254.285
31 de dezembro	15.368.118	15.156.084

O património dos fundos afetos ao financiamento das responsabilidades acima referidas teve a seguinte evolução, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 2016:

	(euros)	
	2016	2015
1 de janeiro	14.103.885	15.582.218
Contribuições entregues	1.052.200	-
Ganhos/ (perdas) atuariais	(405.191)	(770.253)
Benefícios pagos	(1.017.003)	(1.369.778)
Retorno esperado dos ativos do fundo	585.449	661.698
31 de dezembro	14.319.340	14.103.885

O Fundo de Pensões, na sua totalidade era composto pelos seguintes ativos, com referência a 31 de dezembro de 2015 e 2016:

	(euros)	
	2016	2015
Obrigações	47.022.667	54.883.341
Depósitos curto prazo	4.540.860	6.966.524
Produtos estruturados	197.490	-
Fundos investimento	14.880.391	5.353.501
	66.641.408	67.203.366

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Custos dos juros	(637.116)	(666.899)
Ganhos / (perdas atuariais)	(997.111)	(1.024.538)
Retorno estimado dos ativos do plano	585.449	661.698
Total incluído em gastos com pessoal	(1.048.778)	(1.029.739)

21. Prémios a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a decomposição da rubrica “Prémios a pagar” era como segue:

Descrição	(euros)					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Prémios a pagar	69.153.184	-	69.153.184	21.837.072	-	21.837.072
Euromilhões - 50%	10.918.655	-	10.918.655	19.318.914	-	19.318.914
Euromilhões - <i>Prize Guarantee Fund</i>	(8.434.005)	-	(8.434.005)	(14.892.218)	-	(14.892.218)
Euromilhões - <i>Jackpot</i>	(2.484.650)	-	(2.484.650)	(4.426.696)	-	(4.426.696)
Lotaria Instantânea	7.089.406	27.031.535	34.120.941	5.194.201	19.240.933	24.435.135
Fundo pagamento prémios Totoloto	-	23.864.274	23.864.274	-	22.046.485	22.046.485
Fundo pagamento prémios Totosorteio	-	7.137.988	-	-	-	-
Outros	333.727	-	333.727	(163.168)	-	(163.168)
Total prémios a pagar	76.576.317	58.033.797	127.472.126	26.868.106	41.287.418	68.155.524

Prémios a pagar: saldo referente a prémios a pagar quanto às categorias de Apostas Mútuas, Apostas Desportivas à Cota e Lotaria Nacional e lotaria Instantânea. Os prémios abaixo de 150 euros são pagos diretamente pelos Mediadores, sendo reembolsados pelo Departamento de Jogos. Quando se trata de prémios de valores entre 150 euros e 5.000 euros, estes são pagos por transferência bancária para a conta do premiado indicada através dos Mediadores. Os restantes prémios são pagos diretamente pelo Departamento de Jogos;

Euromilhões - 50%: saldo corresponde a 50% das vendas destinado a prémios;

EM - *Prize Guarantee Fund*: fundo de reserva do jogo de Apostas Mútuas Euromilhões, utilizado para pagamento de *jackpots*, o qual serve apenas para cumprir obrigações de jogo;

Euromilhões - *Jackpot*: Saldo referente a pagamento de prémios de *jackpot*. Estas três contas referentes ao Euromilhões devem ser analisadas em conjunto;

Lotaria Instantânea: saldo referente aos prémios dos jogos “Pé de Meia”, “Super Pé de Meia”, “Mega Pé de Meia” e “Mini Pé de Meia”, jogos em relação ao qual foram definidos pagamentos mensais aos vencedores para um período máximo de 14 anos;

Fundo para pagamento prémios do Totoloto: fundo que garante o valor mínimo de 1.000.000 euros para pagamento do 1.º prémio, conforme Decreto-Lei n.º 200/2009, de 27 de agosto e assegura, quando necessário, o direito ao pagamento dos prémios da categoria especial de prémios denominada “Número da Sorte”, conforme previsto na Portaria n.º 102/2011, de 11 de março.

Fundo para pagamento prémios do Totosorteio: fundo destinado a garantir, em caso de eventual insuficiência da importância destinada a prémios, o prémio de 1.000.000 de euros, bem como a atribuição de prémios adicionais nos termos constantes do regulamento do jogo, conforme Decreto-Lei n.º 43/2016, de 16 de agosto.

22. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a decomposição da rubrica “Fornecedores” era como se segue:

Descrição	(euros)					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores gerais	5.233.911	-	5.233.911	12.183.566	-	12.183.566
Total saldo fornecedores	5.233.911	-	5.233.911	12.183.566	-	12.183.566

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Entidade	(euros)	
	2016	2015
IGT Global Solutions Corporation	1.009.839	5.687.284
TVI - Televisão Independente, S.A.	363.300	255.566
Radiotelevisão Portuguesa, S.A.	358.877	348.574
MEO - Serviços de Comunicações Multimédia, S.A.	352.481	466.876
OliveDesportos	336.200	273.333
Fuel Publicidade, LDA	225.508	378.338
Albano R. N. Alves, Indústria de Transf. Papel, S.A.	218.815	33.512
MOP - Multimédia Outdoors, S.A.	206.379	56.375
Cofina Media, S.A.	163.760	912.679
Scientific Games International, LTD.	108.649	832.791
ENERRE Produtos e Representações, LDA	-	383.760
Urbanos - Distribuição Expresso, S.A.	131.443	319.651
Outros	1.758.659	2.234.829
Total	5.233.911	12.183.566

23. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 a decomposição da rubrica “Outras dívidas a pagar” era como se segue:

	(euros)					
	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	1.437.453	-	1.437.453	1.212.766	-	1.212.766
Outros credores						
Lucros - resultados antecipados	135.369.418	-	135.369.418	128.023.501	-	128.023.501
Beneficiários das deduções legais	5.804.352	-	5.804.352	3.202.709	-	3.202.709
Beneficiários por resultados transitados	-	-	-	5.219.351	-	5.219.351
Partes relacionadas	1.931.489	-	1.931.489	3.676.058	-	3.676.058
Cauções Mediadores (numerário)	10.504.427	-	10.504.427	10.376.039	-	10.376.039
Cartões portal	3.643.114	-	3.643.114	3.519.391	-	3.519.391
Vendas portal	6	-	6	988.259	-	988.259
Outros	487.913	-	487.913	93.331	-	93.331
Credores por acréscimos de gastos	35.772.538	-	35.772.538	37.698.324	-	37.698.324
Outras dívidas a pagar	194.950.710	-	194.950.710	194.009.727	-	194.009.727

Fornecedores investimentos: o saldo em aberto a 31 de dezembro de 2016 respeita a faturação pendente relativa à aquisição de ativos tangíveis e intangíveis;

Lucros – resultados antecipados: conta através da qual são registados os apuramentos de resultados a distribuir pelos Beneficiários dos jogos sociais, conforme as disposições do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2011, de 24 de março e Decreto-Lei n.º 106/2011, de 21 de outubro;

Beneficiários das deduções legais: conta-corrente com os beneficiários das deduções legais sobre receitas de Apostas Desportivas à Cota, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril e na Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro;

Partes relacionadas: conta que espelha as transações em conta-corrente entre a Santa Casa e o Departamento de Jogos;

Cauções Mediadores (numerário): saldo de cauções prestadas pelos Mediadores dos jogos sociais, as quais os habilitam a desenvolver venda de jogo nos pontos de venda;

Cartões portal: saldo corrente a favor dos Apostadores dos jogos sociais, associado aos carregamentos de cartões de jogo;

Vendas portal: o saldo compreende o reconhecimento das vendas dos jogos sociais da última semana do ano civil;

Credores por acréscimos de gastos: este saldo respeita a especializações de gastos de natureza diversa, os quais se resumem como segue:

	(euros)	
Credores por acréscimos de gastos	2016	2015
Remunerações a pagar	2.265.693	2.218.900
Prémios Lotaria Instantânea	30.166.778	31.238.435
Outros credores por acréscimos de gastos	3.340.067	3.909.325
Totaloto	-	58.985
Euromilhões	-	272.678
Total	35.772.538	37.698.324

Remunerações a pagar: especialização de remunerações de colaboradores, face a direitos adquiridos e reconhecidos durante o período, a serem pagos durante o período subsequente;

Prémios Lotaria Instantânea: especialização efetuada em função do desvio dos prémios reais pagos em relação aos prémios apurados de acordo com o *payout*, o qual varia entre os 50% e 70% sobre o capital emitido, consoante o jogo;

Outros credores por acréscimos de gastos: especializações de custos operacionais diversos (publicidade, assistência a terminais de jogo, entre outros).

24. Diferimentos – rendimentos a reconhecer

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016 o Departamento de Jogos tem registado na rúbrica de “Diferimentos – Rendimentos a reconhecer” os seguintes saldos:

	(euros)	
	2016	2015
Vendas antecipadas	7.180.389	6.590.610
Rendimentos a reconhecer	7.180.389	6.590.610

Vendas antecipadas: este saldo refere-se à especialização de vendas de jogos sociais, cujas extrações/sorteios/eventos apenas irão ocorrer após a data do Balanço, como é o caso da Lotaria dos Reis.

25. Rédito

O detalhe do rédito reconhecido na demonstração dos resultados é como se segue:

	(euros)	
	2016	2015
Vendas brutas dos jogos sociais		
Totobola	9.240.997	11.346.100
Totoloto	110.333.308	129.036.866
Joker	31.193.510	35.632.865
Euromilhões	780.293.185	820.542.070
Lotaria Clássica	46.750.821	51.813.984
Lotaria Popular	23.452.544	25.057.265
Lotaria Instantânea	1.359.094.888	1.101.510.844
Apostas Desportivas à Cota	385.380.411	65.390.867
Totosorteio	29.443.058	-
Subtotal	2.775.182.722	2.240.330.860
Imposto do Selo		
Totobola	(397.941)	(488.588)
Totoloto	(4.751.205)	(5.556.611)
Joker	(1.343.263)	(1.534.430)
Euromilhões	(33.601.154)	(35.334.347)
Lotaria Clássica	(2.013.195)	(2.231.230)
Lotaria Popular	(1.009.912)	(1.079.021)
Lotaria Instantânea	(58.525.616)	(47.433.481)
Apostas Desportivas à Cota	(16.595.328)	(2.815.875)
Totosorteio	(1.267.883)	-
Subtotal	(119.505.497)	(96.473.583)
Prémios		
Totobola	(5.544.657)	(6.807.827)
Totoloto	(60.683.586)	(70.971.439)
Joker	(17.156.585)	(19.598.569)
Euromilhões	(390.150.254)	(410.280.852)
Lotaria Clássica	(30.511.723)	(35.564.864)
Lotaria Popular	(16.777.654)	(17.106.191)
Lotaria Instantânea	(862.936.345)	(691.994.055)
Apostas Desportivas à Cota	(265.145.655)	(43.279.391)
Totosorteio	(19.137.988)	-
Subtotal	(1.668.044.447)	(1.295.603.186)
Remunerações dos Mediadores pagas p/Apostadores		
Totobola	(581.758)	(731.349)
Totoloto	(7.177.286)	(8.408.104)
Joker	(2.042.664)	(2.347.963)
Euromilhões	(36.906.082)	(38.927.683)
Lotaria Clássica	(5.209.219)	(5.863.536)
Lotaria Popular	(2.460.044)	(2.686.583)
Lotaria Instantânea	(134.416.900)	(108.723.243)
Apostas Desportivas à Cota	(19.268.811)	(3.269.543)
Totosorteio	(1.390.150)	-
Subtotal	(209.452.916)	(170.958.005)
Deduções Legais sobre Receitas		
Apostas Desportivas à Cota	(21.199.119)	(3.597.896)
Subtotal	(21.199.119)	(3.597.896)
Vendas líquidas dos jogos sociais	756.980.742	673.698.190
Outras vendas	9.989	11.390
Total	756.990.731	673.709.579

Vendas brutas dos jogos sociais: rendimentos das vendas efetuadas nos pontos de venda e Portal Jogos Santa Casa, líquidas das devoluções registadas até à data da extração/ concurso/evento (ver Nota 4.20 - Rédito).

Imposto do Selo: efeito da incidência da taxa de Imposto do Selo de 4,5% sobre os jogos sociais, suportada pelo Departamento de Jogos. O Imposto do Selo encontra-se incluído no preço da aposta (ver Nota 4.20 - Rédito);

Prémios: valor de prémios de jogos sociais reconhecidos durante o período (ver Nota 4.20 - Rédito);

Remunerações dos Mediadores pagas pelos Apostadores: valor das remunerações incluídas no preço da aposta, como referido na Nota 4.20 – Rédito.

Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota: valor das deduções efetuadas, conforme determinado no Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril. Para efeito destas deduções considera-se a receita das vendas dos Bilhetes de Apostas registados, independentemente da data dos eventos.

O Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril determina as deduções à receita:

- O montante correspondente a 2 % destinado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- O montante correspondente a 3,5 % a atribuir às entidades objeto da aposta a repartir pelos clubes ou pelos praticantes, consoante o caso, e pela federação que organize o evento, incluindo as ligas se as houver.

A Portaria n.º 315/2015, de 30 de setembro, estabelece as condições de atribuição do montante correspondente a 3,5 % da receita apurada, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 12.º do regime jurídico da exploração e prática das apostas desportivas à cota de base territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2015, de 29 de abril.

Nestes termos, a distribuição pelas entidades beneficiárias do valor das Deduções legais sobre receitas das Apostas Desportivas à Cota é a seguinte:

	(euros)	
	2016	2015
Deduções Legais sobre Receitas		
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	7.708.700	1.308.326
Federação Portuguesa de Futebol	8.410.287	1.349.795
Federação Portuguesa de Ténis	550.500	44.040
Federação Portuguesa de Basquetebol	683.472	137.896
Liga Portuguesa de Futebol Profissional	3.791.958	757.839
Comité Olímpico de Portugal	54.203	-
Total	21.199.119	3.597.896

26. Subsídios à Exploração

O rendimento reconhecido, em 2016, como subsídio à exploração resulta do financiamento de um estágio profissional pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

27. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas em 2015 e 2016 é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Bilhetes de Lotaria Instantânea	11.100.830	9.314.054
Bilhetes de Apostas Mútuas	483.740	417.742
Bilhetes de Apostas Desportivas à Cota	453.072	143.085
Papel térmico	2.476.173	2.279.495
Consumíveis para jogo	290.359	208.125
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.804.174	12.362.500

A reconciliação do custo das mercadorias e das matérias consumidas para os períodos findos a 31 de dezembro de 2015 e 2016 é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Existências iniciais	5.601.035	5.503.149
Compras	13.651.114	12.460.769
Regularizações	(101.737)	(382)
Existências finais	4.346.238	5.601.035
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14.804.174	12.362.500

28. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o detalhe dos fornecimentos e serviços externos é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Comunicação	4.327.075	3.435.076
Conservação e reparação	4.569.878	5.079.355
Publicidade, patrocínios e comunicação institucional	26.961.320	23.579.683
Transporte de bens e valores	1.989.612	1.918.734
Rendas de edifícios	1.879.613	1.573.266
Trabalhos especializados	5.160.563	8.583.412
Outros	4.527.608	4.132.008
Fornecimentos e serviços externos	49.415.669	48.301.534

29. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os períodos de 2015 e 2016, foram como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Remunerações		
Órgãos sociais e Júris dos concursos, extrações e reclamações	258.565	233.073
Pessoal	14.502.243	13.498.973
Subtotal	14.760.807	13.732.046
Encargos sociais		
Benefícios de reforma	1.048.778	1.029.739
Encargos sobre remunerações	3.303.196	3.007.065
Gastos de ação social	30.910	31.021
Outros	257.662	115.103
Subtotal	4.640.546	4.182.927
Gastos com o pessoal	19.401.353	17.914.973

Nos períodos em análise, destacam-se:

- Aumento de 24 pessoas no número total de funcionários;
- Reconhecimento de perdas atuariais e dos rendimentos esperados do fundo, deduzidos de encargos com serviços correntes e juros, os quais produzem um impacto em resultados de 1.048.778 euros, conforme descrito na Nota 20;
- Os gastos com pessoal, associados à imputação pelos serviços instrumentais, ascendem, em 2016, a 6.350.579 euros (2015: 5.662.716 euros).

O número de empregados do Departamento de Jogos a 31 de dezembro de 2016 era de 332 (2015: 308).

30. Juros e rendimentos similares obtidos

O detalhe dos juros e rendimentos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos (depósitos à ordem)	101	5.142
Juros obtidos (depósitos a prazo)	705.616	1.568.812
Outros financiamentos concedidos	444	-
Outros juros	(107.000)	(16.852)
	599.162	1.557.102

31. Outros rendimentos

A rúbrica de outros rendimentos é apresentada como se segue:

	(euros)	
	2016	2015
Prémios caducados	8.721.452	8.551.326
Correções relativas a períodos anteriores	8.564	782.418
Regularização dos gastos financiados pelo FREM	10.702.734	11.220.885
Outros	654.457	523.963
Total de Outros rendimentos e ganhos	20.087.207	21.078.592

Prémios caducados: rendimentos derivados da caducidade de prémios de jogo apurados, findo o período de 90 dias no qual estes prémios podem ser reclamados.

Regularizações dos gastos financiados pelo FREM: depreciações, amortizações e gastos referentes a projetos que incluam a aquisição ou renovação de equipamento e de sistemas de exploração de jogo.

32. Outros gastos

A rúbrica de outros gastos pode ser apresentada como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Despesas bancárias	867.223	945.791
Abates Ativo Fixo Tangível	957.928	-
Outros	525.945	476.889
Total de Outros Gastos	2.351.097	1.422.681

33. Juros e gastos similares suportados

O detalhe dos juros e gastos similares do período em análise é como segue:

	(euros)	
	2016	2015
Juros e gastos similares		
Outros	825.697	1.330.565
	825.697	1.330.565

Referem-se essencialmente a reversões da atualização dos prémios da Lotaria Instantânea do tipo *win for life*.

34. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Departamento de Jogos dizem respeito apenas a locações operacionais.

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de dezembro de 2016:

	(euros)			
Rendas vincendas	< 1 ano	1 - 5 anos	> 5 anos	Total
Viaturas	226.864	247.665	-	474.530
	226.864	247.665	-	474.530

35. Matérias ambientais

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, o Departamento de Jogos, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental.

Em 31 de dezembro de 2016 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência, por haver a convicção de que não existem, a essa data, obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Entidade.

36. Partes relacionadas

O Departamento de Jogos integra a Santa Casa, que atua sob a Tutela do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

36.1. Remunerações dos Órgãos Sociais

Os Órgãos Sociais do Departamento de Jogos (júris dos concursos, das extrações e das reclamações e administrador executivo) foram considerados, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do Departamento de Jogos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, as remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais do Departamento de Jogos ascenderam a 258.565 euros.

	(euros)	
	2016	2015
Vencimentos	61.767	38.779
Remunerações dos Júris dos concursos, extrações e reclamações	196.798	194.294
Total	258.565	233.073

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – Serviços Centrais (Santa Casa);

Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA);

Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão (CMRA)

(b) Transações e saldos pendentes

Entidades Contabilísticas (sem personalidade jurídica) do Universo Santa Casa da Misericórdia de Lisboa:

Durante os períodos de 2015 e 2016, o Departamento de Jogos efetuou as seguintes transações com estas entidades:

	(euros)	
	2016	2015
Prestação de serviços		
Santa Casa	-	3.348
ESSA	-	3.749
Total Prestação de serviços	-	7.097
Aquisição de Serviços		
Santa Casa	220	-
Total Aquisição de serviços	220	-

(c) Saldos devedores e credores

No final dos períodos de 2015 e 2016, os saldos das partes relacionadas são compostos por movimentos de distribuição de resultados e movimentos operacionais de remunerações, aquisição de bens e serviços a terceiros, aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, impostos e juros.

	2016		2015	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Outras contas a pagar / receber				
Santa Casa				
Referentes a remunerações	-	774.757	-	733.865
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	1.036.815	-	2.637.914
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	27.232
Referentes a Impostos	-	99.636	-	234.518
Referentes a juros	-	20.281	-	42.644
	-	1.931.489	-	3.676.175
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (ESSA)				
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	-	117	-
	-	-	117	-
Outras contas a pagar / receber - resumo por natureza				
Referentes a remunerações	-	774.757	-	733.865
Referentes à aquisição de bens e serviços	-	1.036.815	-	2.637.798
Referentes à aquisição ativos fixos	-	-	-	27.232
Referentes a Impostos	-	99.636	-	234.518
Referentes a juros	-	20.281	-	42.644
	-	1.931.489	-	3.676.058
Distribuição de Resultados e de Deduções legais sobre receitas				
Santa Casa	-	36.026.883	-	34.094.770
Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão	-	433.047	-	442.651
Santa Casa por Resultados Transitados	-	-	-	1.448.892
	-	36.459.930	-	35.986.313
TOTAL	-	38.391.419	-	39.662.370

O Provedor,

(Pedro Miguel de Santana Lopes)

O Diretor de Gestão Financeira

O Vice-Provedor,

(André Casanova Matos Prado Lyra)

(Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho)

